



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

HILDA LACERDA DA SILVA

**PERFIL, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO DOCENTE EM ATIVIDADE
PERMANENTE NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO
SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE: UM
QUADRO-SÍNTESE A PARTIR DO CURRÍCULO LATTES**

João Pessoa – PB
2007

HILDA LACERDA DA SILVA

**PERFIL, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO DOCENTE EM ATIVIDADE
PERMANENTE NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO
SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE: UM
QUADRO-SÍNTESE A PARTIR DO CURRÍCULO LATTES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração de Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Administração, área de concentração em Organizações e Recursos Humanos, sob orientação do Professor Doutor Walmir Rufino da Silva.

João Pessoa - PB
2007

S586p Silva, Hilda Lacerda da.

Perfil, formação e atuação do docente em atividades permanente nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração da região nordeste: um quadro-síntese a partir do *currículo lattes* / Hilda Lacerda da Silva – João Pessoa, 2007.

148 p.

Orientador: Walmir Rufino da Silva.

Dissertação (mestrado) – UFPB/CCSA

1. Docentes – formação – Administração. 2. Docentes – pós-graduação – Administração. 3. Formação acadêmica – Administração. 4. Programa de pós-graduação Acadêmica *Stricto Sensu*.

HILDA LACERDA DA SILVA

**PERFIL, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO DOCENTE EM ATIVIDADE PERMANENTE
NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO
DA REGIÃO NORDESTE: UM QUADRO-SÍNTESE A PARTIR DO CURRÍCULO
LATTES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Administração, área de concentração em Organizações e Recursos Humanos.

Orientação: Prof^o. Dr. Walmir Rufino da Silva.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM / / 2007

Prof. Dr. Walmir Rufino da Silva
Orientador – UFPB

Prof. Dr^a. Rita de Cássia de Faria Pereira
Examinadora – UFPB

Prof. Dr. Gesinaldo Ataíde Cândido
Examinador - UFCG

João Pessoa – PB
2007

DEDICO

Ao meu pai, Augusto (*in memorian*), que batalhou pela vida;

À minha mãe, Anísia, exemplo de força e perseverança;

À minha filha, Geraldine, com amor;

Aos meus irmãos, Pedro (*in memorian*), Oto, Roberto, Ronaldo,

Aparecida, Maria Teresa, Gilda e Sandra que, juntos, compõem a minha história de vida, com minha gratidão;

Aos meus queridos tios, Adília (*in memorian*), Caetaninha e Maria do Rosário, Almir (*in memorian*), Antunito e Nhôzinho.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação do PPGA/UFPB, na pessoa do atual Coordenador, Prof. Dr. José Rodrigues Filho, pelo acolhimento deste trabalho;

Ao Prof. Dr. Walmir Rufino da Silva, pela compreensão diante das minhas dificuldades pessoais e pela sua atenção durante o convívio como sua orientanda;

Ao Prof. Dr. Jozemar Pereira dos Santos, do Departamento de Estatística, pela orientação na fase de tratamento estatístico e de análise dos dados, agradeço pelo apoio e espero que a presente versão do trabalho reflita a maior parte das suas recomendações;

À Profa. Dra. Sandra Leandro Pereira, pela orientação dos meus primeiros passos no trabalho de pesquisa e por me fazer acreditar que nunca é tarde;

Agradeço também ao Prof. Dr. Guilherme de Albuquerque Cavalcanti, pela sua atenção e cordialidade;

Agradeço ao Prof. Dr. Rosivaldo de Lima Lucena, por ajudar e apoiar esta empreitada e, sobretudo pela sua amizade e confiança;

À Profa. Rejane Maria, pela sua colaboração sempre presente, meus sinceros agradecimentos;

À Profa. Edna Marciano, pela generosidade e pelo estímulo nas horas difíceis.

Ao corpo docente, Profas. Kátia, Célia, Isabel e Sandra, aos Profs. Fernando, Joel, Rufino, João Agnaldo e José Rodrigues do PPGA 2005, da Universidade Federal da Paraíba, cujos ensinamentos orientaram meu caminho na Pós-graduação em Administração;

Aos colegas do Curso, pelo incentivo nos momentos de dificuldade;

Ao competente corpo administrativo do PPGA, Risomar, Helena, Mara e Batista, pela cooperação e apoio;

Aos funcionários das Bibliotecas Central e Setorial, pela preciosa cooperação durante todo o Mestrado.

Agradeço, ainda, aos amigos da Instituição “Nosso Lar”, na pessoa do seu Diretor Sr. Laécio, pela acolhida;

E aos amigos que conquistei na Paraíba, cujo apoio foi determinante para que este trabalho chegasse ao final: Francisca, Graça, Aureni, Adelva e família, Carmen, Verônica, Mônica Maria, Rita, Neide, Célia, Magna, José e Francivaldo.

A todos, muito obrigada!

SILVA, Hilda Lacerda. **PERFIL, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO DOCENTE EM ATIVIDADE PERMANENTE NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE: UM QUADRO-SÍNTESE A PARTIR DO *CURRÍCULO LATTES***. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

RESUMO

Este trabalho apresenta com base nas informações do currículo Lattes, o perfil dos docentes permanentes dos Programas de Pós-graduação em Administração, reconhecidos pela CAPES e localizados na Região Nordeste, com relação às características da formação acadêmica e das áreas de atuação profissional. Para atingir esse objetivo, foi realizada uma pesquisa documental com abordagem exploratória, uma vez que existe pouca informação sobre o assunto. As informações coletadas nos currículos foram organizadas em um banco de dados e transferidos para o pacote estatístico SPSS- *Statistical Package for Social Sciences* - para investigação quantitativa. A análise levou em conta a formação graduada e pós-graduada, as áreas de atuação, as disciplinas ministradas, as orientações e alguns aspectos da produção e divulgação científica. Quase a metade dos docentes do universo pesquisado está lotada em instituições do Estado da Bahia. No grupo, há predominância do gênero masculino. De 96 docentes/pesquisadores, 40,6% (39) têm formação básica em Administração, e 37,5% (36), em Outras Áreas. Entre os docentes/pesquisadores doutores, 42,7% (41) são titulados em Administração. São 20,8% (20) docentes com graduação e Doutorado em Administração, mas há entre 10 e 50% de pesquisadores, dependendo da variável pesquisada, atuando sem formação específica na área. O número de graduados e pós-graduados em Outras Áreas supera o número de docentes graduados e pós-graduados na Área de Administração, com relação às áreas de atuação declaradas, embora com diferença discreta. A inserção de docentes graduados e pós-graduados em Administração para atuar em Outras Áreas apresenta percentuais bem menores. Os periódicos nacionais, Organizações e Sociedade, Cadernos Ebape e Revista de Administração Contemporânea – RAC, classificados no Sistema Qualis como Nacional A, são os mais utilizados pelos docentes para a publicação dos seus artigos.

Palavras-chave: Administração. Formação docente. Atuação Profissional. Programas de Pós-graduação Acadêmicos *Stricto Sensu*.

ABSTRACT

This work shows, according to information of the curriculum Lattes, the profile of the professors permanent of the Programs of after-graduation in Administration, recognized for the CAPES, located in the Northeast region of the Brazil, with relation to the characteristics of the academic formation and the areas professional performance. In order to reach that goal a documental research was accomplished with exploratory research, once little information exists about that subject. The collected data on those curriculums were organized in a database and transferred to statistical treatment with the use of the statistical package SPSS - Statistical Package Social Sciences for a quantitative evaluation. The analysis have been accounted according to the graduate and postgraduate formation. The study has involved the performance, presented disciplines areas, educational orientations and some aspects of the production and scientific popularization. Almost 50% of the educational ones around the researched universe are located among institutions of the Bahia State. Most of that group is formed of the masculine gender. They are 40,6% (39 individuals) the educational/researchers with lower graduation in Management and 37,5% (36 individuals) with lower graduation in other Areas. Around the educational/researchers masters 42,7% (41 individuals) which are mastered in Management. 20,8% (20 individuals) are assembled by educational with graduation and doctorate in Management, but there are among researchers' 10 and 50% depending on the researched variable, acting without a specific formation in the area. The graduate number and postgraduates in other areas overcome the number of educational graduate and postgraduates in Management area with relationship to the declared areas of performance, although with a small difference. The quantity of graduated and postgraduates educational ones from other areas outnumbers the graduated and postgraduates in Management with relationship to the declared areas of performance, although with discreet difference. The insert of graduated and postgraduates educational ones in Management to act in other Areas present a smaller percentile. The national periodical magazines like Organizations and Society, Ebape magazine and Contemporary Management Magazine – (RAC), all of them classified the Qualis System as National A are the most used periodical ones for publication for their studies.

key-words: Management. Master's Education. Professional performance. Academic Masters degree Stricto Sensu program.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Evolução do Sistema Nacional de Pós-graduação: número de cursos	48
Tabela 2:	Número de cursos segundo a dependência administrativa: Mestrado	48
Tabela 3:	Número de cursos segundo a dependência administrativa: Doutorado	48
Tabela 4:	Número de cursos segundo a grande área do conhecimento – Mestrado.....	49
Tabela 5:	Número de cursos segundo a grande área do conhecimento – Doutorado.....	49
Tabela 6:	Docentes na pós-graduação no período de 1987-2003	60
Tabela 7:	Evolução da Pós-graduação no período de 1987- 2003.....	61
Tabela 8:	Distribuição dos Programas por grande área do conhecimento	61
Tabela 9:	Trabalhos Publicados em periódicos de circulação internacional.....	67
Tabela 10:	Composição do universo estudado	76
Tabela 11:	Distribuição dos docentes por gênero	83
Tabela 12:	Distribuição dos docentes segundo títulos específicos de graduação.....	84
Tabela 13:	Distribuição dos docentes segundo a grande área do conhecimento na formação de graduação.....	85
Tabela 14:	Docente por ano de formação em nível de Doutorado	86
Tabela 15:	Distribuição dos docentes segundo títulos específicos da pós- graduação.....	87
Tabela 16:	Distribuição dos docentes segundo a grande área do conhecimento na formação de Doutorado	89
Tabela 17:	Titulação de graduação <i>versus</i> titulação de doutorado (n de docentes) (Apêndice A).....	90
Tabela 18:	Titulação de graduação <i>versus</i> titulação de doutorado (% C) (Apêndice A).....	90
Tabela 19:	Formação básica de graduação <i>versus</i> formação pós-graduada.....	92

Tabela 20: Formação básica de graduação <i>versus</i> formação pós-graduada (%).....	93
Tabela 21: Distribuição dos docentes segundo local (País) onde cursou o Doutorado	95
Tabela 22: Distribuição dos docentes segundo conhecimento de língua estrangeira.....	96
Tabela 23: Nº máximo de áreas de atuação <i>versus</i> áreas de atuação declaradas (% L).....	97
Tabela 24: Identificação das duas áreas: Administração <i>versus</i> Outra Área.....	98
Tabela 25: Título de graduação <i>versus</i> área de atuação (Apêndice A).....	99
Tabela 26: Título de doutor <i>versus</i> n de áreas de atuação (Apêndice A).....	100
Tabela 27: Título de graduação <i>versus</i> n máximo de áreas de atuação (Apêndice A).....	102
Tabela 28: Título de doutor <i>versus</i> n de áreas de atuação (Apêndice A).....	104
Tabela 29: Nº de docentes que ministram disciplinas nos dois níveis de formação: graduação e pós-graduação.....	106
Tabela 30: Áreas referentes disciplinas ministradas na graduação (Apêndice A).....	106
Tabela 31: Áreas referentes disciplinas ministradas na pós-graduação (Apêndice A)..	107
Tabela 32: Ensino de graduação <i>versus</i> ensino de pós-graduação	107
Tabela 33: Nº de áreas referente disciplinas lecionadas pelos docentes na graduação.....	109
Tabela 34: Nº de áreas referente disciplinas lecionadas pelos docentes na pós- graduação.....	110
Tabela 35: Nº de áreas referente disciplinas de graduação <i>versus</i> nº de áreas referente disciplinas de pós-graduação (%).....	110
Tabela 36: Nº de áreas referente disciplinas de graduação <i>versus</i> n máximo de áreas de atuação (%) (Apêndice A)	110
Tabela 37: Nº de áreas referente disciplinas de pós-graduação <i>versus</i> n máximo de áreas de atuação (Apêndice A)	111
Tabela 38: Áreas referentes orientações na iniciação científica.....	113
Tabela 39: Áreas referentes orientações na graduação	114
Tabela 40: Áreas referentes orientações na pós-graduação – mestrados	115
Tabela 41: Áreas referentes orientações na pós-graduação – Doutorado.....	116

Tabela 42: Nº de áreas referentes orientações na iniciação científica	116
Tabela 43: Nº de áreas referente orientações na graduação	117
Tabela 44: Áreas referentes orientações no mestrado	117
Tabela 45: Nº de Áreas referente orientações no doutorado.....	118
Tabela 46: Tempo de doutor – em períodos de 10 anos	118
Tabela 47: Tempo de titulação de doutorado <i>versus</i> nº de áreas referente orientações na iniciação científica	119
Tabela 48: Tempo de titulação de doutorado <i>versus</i> nº de áreas referente orientações de graduação	120
Tabela 49: Tempo de titulação de doutorado <i>versus</i> nº de áreas referente orientações de mestrado	120
Tabela 50: Tempo de titulação de doutorado <i>versus</i> nº de áreas referente orientações de doutorado	121
Tabela 51: Periódicos utilizados pelos docentes para publicações	132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Distribuição dos docentes nos programas das diferentes instituições.....	82
Gráfico 02: Docentes ligados aos de programas de Pós-graduação em Administração – PPGA	94
Gráfico 03: Área de atuação – Administração (graduação)	100
Gráfico 04: Área de atuação – Administração (doutorado)	102
Gráfico 05: Docentes atuando em apenas uma área (graduação)	103
Gráfico 06: Docentes atuando em duas áreas (graduação)	103
Gráfico 07: Docentes atuando em apenas uma área (doutorado)	105
Gráfico 08: Docentes atuando duas áreas (doutorado)	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Características de Programas de Pós-graduação com referência à visibilidade.....	51
Quadro 02: Distribuição dos cursos de Pós-graduação por região	62
Quadro 03: Dados gerais dos programas de Pós-graduação	73
Quadro 04: Variáveis e indicadores da dimensão formação acadêmica.....	77
Quadro 05: Variáveis e indicadores da dimensão atuação profissional	77
Quadro 06: Medidas Resumo (média, desvio padrão, número mínimo e número máximo) sobre nº de áreas referente disciplinas ministradas	108
Quadro 07: Nº de docentes referente orientações concluídas	112
Quadro 08: Tempo de titulação como doutor	118
Quadro 09: Áreas de atuação declaradas pelos graduados e pelos doutores <i>versus</i> nº de docentes atuando em Administração e em Outras Áreas	123
Quadro 10: Graduados e doutores em Administração e em Outras Áreas lecionam na área de Administração e em Outras Áreas	124
Quadro 11: Graduados e doutores em Administração e em Outras Áreas lecionam na pós-graduação em Administração e em Outras Áreas.....	125
Quadro 12: Graduados e doutores em Administração e em Outras Áreas orientam na Iniciação Científica	126
Quadro 13: Graduados e doutores em Administração e em Outras Áreas orientam na graduação em Administração e em Outras Áreas.....	127
Quadro 14: Graduados e doutores em Administração e em Outras Áreas orientam na pós-graduação – Mestrado em Administração e em Outras Áreas	128
Quadro 15: Graduados e doutores em Administração e em Outras Áreas orientam na pós-graduação – Doutorado em Administração e em Outras Áreas	129
Quadro 16: Produção bibliográfica dos diversos produtos considerados na pesquisa.....	130
Quadro 18: Número de docentes com publicações nos periódicos Qualis de Administração no último triênio.....	132

LISTA DE APÊNDICE

Apêndice A:

Tabela 17: Titulação de graduação *versus* titulação de Doutorado (nº docentes)

Tabela 18: Titulação de graduação *versus* titulação de Doutorado (%coluna)

Tabela 25: Título de graduação *versus* Área de atuação

Tabela 26: Título de doutor *versus* Área de atuação

Tabela 27: Título de graduação *versus* número máximo de áreas de atuação

Tabela 28: Título de doutor *versus* Número de áreas de atuação

Tabela 30: Áreas referentes disciplinas ministradas na graduação

Tabela 31: Áreas referentes disciplinas ministradas na pós-graduação

Tabela 36: Número de áreas referentes disciplinas da graduação *versus* Número máximo de áreas de atuação (%)

Tabela 37: Número de áreas referente disciplinas de pós-graduação *versus* Número máximo de áreas de atuação

Apêndice B

CD com tabelas no Excel referente cruzamento das variáveis correspondentes às dimensões: formação acadêmica e atuação profissional

LISTA DE SIGLAS

- ANPAD:** Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Administração
- CAPES:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CFA:** Conselho Federal de Administração
- CNPq:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CRAs:** Conselhos Regionais de Administração
- DASP:** Departamento de Administração do Serviço Público
- FGV:** Fundação Getulio Vargas
- FNDCT:** Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- IES:** Instituição de Ensino Superior
- IFES:** Instituição Federal de Ensino Superior
- INEP:** Instituto Nacional de Estudos e Pedagógicos
- LDB:** Lei de Diretrizes e Bases
- MEC:** Ministério da Educação e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA.....	19
1.2 JUSTIFICATIVA	22
1.3 OBJETIVOS	24
1.3.1 Objetivo Geral	24
1.3.2 Objetivos Específicos	24
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	25
2.1 - Ensino superior em Administração no Brasil - a formação e o perfil do Administrador.....	25
2.1.1 Histórico do ensino superior em Administração	26
2.1.2 O Conselho Federal de Administração e as pesquisas sobre perfil, formação e identidade do administrador	30
2.1.3 A identidade do Administrador	38
2.1.4 Outros Estudos.....	44
2.2 A Pós-graduação no Brasil.....	47
2.2.1 A CAPES e os seus critérios de avaliação	50
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	69
3.1 Natureza da pesquisa.....	70
3.2 Universo da pesquisa	72
3.3 Dimensões e variáveis da pesquisa	76
3.4 Técnicas da pesquisa.....	78
3.4.1 Coleta de dados	79
3.5 Tratamento dos dados.....	81
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	82
4.1 Distribuição dos docentes quanto aos programas de pós-graduação em administração (PPGAs).....	82
4.2 Distribuição dos docentes quanto ao gênero	83
4.3 Distribuição dos docentes quanto à formação básica de Administração.....	84
4.4 Distribuição dos docentes quanto à formação em nível de doutorado	86
4.5 . Distribuição dos docentes quanto à atuação profissional.....	96
4.5.1 Áreas de atuação	96
4.5.2 Disciplinas Ministradas	106

4.5.3 Orientações concluídas	111
4.6 Apresentação de quadros-síntese	121
4.7 Produção bibliográfica	129
4.7.1 Indicador Médio de Produção.....	131
5 CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS	134
6 CONCLUSÕES	138
6.1 Recomendações e sugestões para estudos futuros	140
6.2 Limitações.....	141
REFERÊNCIAS.....	143
APÊNDICES.....	149

1 INTRODUÇÃO

A temática sobre formação docente vem se tornando cada vez mais enfatizada, sendo objeto de estudo, inclusive, em outras áreas, tais como: didática e currículo.

Hoje, em nosso País, há um conjunto de esforços buscando melhorar quantitativa e qualitativamente a capacitação dos docentes no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), em seu Artigo 52, reza que as universidades devem ter em seus quadros pelo menos um terço do corpo docente com titulação acadêmica de Mestrado ou de Doutorado. As estimativas das condições de oferta de cursos que o Ministério da Educação vem implementando têm como um dos principais requisitos a qualificação do pessoal docente, avaliada pelo grau de titulação e pela coerência da formação do profissional com a área em que está atuando.

A formação de docentes/pesquisadores também tem sido um tema freqüente nas discussões relativas à melhoria da qualidade de ensino nas universidades e, já há algum tempo, vem recebendo incentivos por parte das agências de fomento, através de concessões de bolsas de estudo que, na principal agência, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES –, chegam a concentrar 96% do orçamento (INFOCAPES, 2002).

Com o processo de ampliação da formação em pesquisa, fez-se necessário desenvolver mecanismos que viabilizassem a avaliação dos produtos educacionais gerados. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) assumiu tal função - a de desenvolver o processo avaliativo, produzindo indicadores referentes aos aspectos quantitativos da formação de pesquisadores em níveis de Mestrado e também de Doutorado. Tais avaliações fornecem um panorama no que se refere ao funcionamento dos cursos de pós-graduação, mas não possibilitam análises mais específicas, a exemplo da coerência entre a formação e a trajetória de atuação do pós-graduado que detém o grau de doutor.

Este trabalho tem como objetivo conhecer as características da formação acadêmica dos docentes/pesquisadores que são oferecidas para que estes profissionais atuem nos programas acadêmicos de pós-graduação *stricto sensu* em Administração, tendo como fonte principal de pesquisa o currículo *Lattes*. Foram considerados para este estudo apenas os mestrados acadêmicos (excluídos os mestrados profissionalizantes e interestitucionais) na sistematização do perfil docente. Além dos objetivos e da introdução apresentados, o trabalho fica assim estruturado: Revisão bibliográfica (capítulo 2); Procedimentos metodológicos (capítulo 3) e; Apresentação dos resultados

(capítulo 4) e, finalmente, são apresentadas as conclusões, as recomendações e as limitações da análise seguidas das sugestões para trabalhos futuros, das referências e do apêndice.

1.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

No contexto das reformas educacionais, um novo perfil de docentes vem sendo construído, com características necessárias e adequado ao cumprimento da missão da Educação no País. Com relação aos atuais Programas de Pós-graduação em Administração no Brasil, esse perfil, acredita-se, já esteja prescrito e, mesmo não estando explicitamente detalhado, parece ter seus contornos delineados pelos objetivos e critérios da avaliação da CAPES.

De acordo com as diretrizes da CAPES, o perfil do docente/pesquisador deve ser coerente com o mestre ou doutor que se pretende formar. Para atuar nos programas de pós-graduação os docentes devem ter título de doutor e atuar em áreas de especialização consistentes e coerentes com as áreas de concentração e de linhas de pesquisa do Curso. Então, a formação (relativa aos conhecimentos adquiridos) deve ser adequada para atender às áreas de concentração e às linhas de pesquisa do Curso e também suficientes para atender às especificidades do resultado – prática ou atuação (mobilização dos conhecimentos) – a ser produzido pelos programas: um administrador formado e preparado para ocupar as melhores vagas do mercado e produção bibliográfica preferencialmente com inserção internacional e que, obrigatoriamente, deve ser disponibilizado à comunidade em que está inserida a instituição de ensino, ou seja, aos clientes externos ou consumidores, nos níveis exigidos de qualidade.

A qualidade desse produto depende da funcionalidade do ambiente interno composto pelo pessoal administrativo e os docentes. Estes últimos, detentores do insumo específico e necessário ao processamento desse produto - o capital intelectual - com o qual esses trabalhadores contribuem com a maior parte.

Ao longo do tempo, observou-se uma crescente inserção de docentes/ pesquisadores com formação básica em Outras Áreas, atuando nos programas de Administração, bem como o profissional com formação básica em Administração atuando em áreas distintas da sua formação. Sobre esse assunto, as opiniões se dividem: há os que entendem que devam atuar na área de Administração apenas aqueles docentes com formação básica em Administração, preservando assim a identidade e a posição do administrador profissional nos espaços acadêmicos e organizacionais e, há uma corrente que defende a diversidade das áreas de formação, dizendo que isso contribui para o crescimento e a qualidade da área, ou seja, defende a formação ou carreira

com trajetória interdisciplinar. Se, a diversidade da formação básica do corpo docente contribui para o crescimento da área, só poderia ser comprovado com estudo específico. Só esse tópico já mereceria outro estudo, que não será abordado neste trabalho, por não fazer parte do escopo da pesquisa.

No entanto, quando se dá prioridade à qualidade, remete-se a uma idéia circular, haja vista que, para oferecer um trabalho docente de qualidade, é necessário que esses profissionais tenham tido também uma formação no mesmo nível. Sabe-se que as deficiências educacionais, dentre elas, a precariedade da atuação docente, muitas vezes, começam nos primeiros anos escolares e muito contribuem para que os alunos aqueles que alcançam os níveis superiores cheguem despreparados aos programas de Pós-graduação. A preocupação em mapear as variáveis da atuação docente está na dificuldade do docente em se perceber como parte responsável do processo pelas deficiências ou inadequação de sua formação. Durante algum tempo, o fracasso escolar chegou a ser justificado por essa falta de clareza em se situar o docente que apresentava problemas de formação, como falta de articulação entre formação e atuação (teoria e prática).

Mas, para que os programas possam viabilizar ações e atingir os níveis prescritos pela Capes para os programas de Pós-graduação *stricto sensu* de qualidade, é necessário ter recurso, assim, a atenção recai sobre os insumos que permitem viabilizar a qualidade - os recursos financeiros. Esse é outro grande desafio a ser também equacionado pelas instituições de ensino superior em função da assimetria observada no aporte de recursos, questão apontada nos estudos de Bortolozzi *et al* (2004) que, ao analisar a distribuição regional e estadual dos recursos financeiros, constataram o desequilíbrio da distribuição ao comparar os dados da Região Sudeste com as demais regiões. Em 2002, ano da coleta de dados, essa região recebeu 60% dos recursos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e dos fundos setoriais. Em contrapartida, detinha 63% dos doutores brasileiros, 64% das bolsas CAPES, 58% dos programas de pós-graduação e 43% da população brasileira, o que justificaria o diferencial da sua massa crítica, bem qualificada e altamente produtiva. O restante dos recursos foi dividido entre as demais regiões, evidenciando a discrepância com relação ao aporte de recursos pelas demais regiões do País.

A análise das taxas de crescimento feita pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP mostra que, nesse período, houve maior expansão na Região Norte (15% ao ano), seguida das regiões Centro-Oeste (12%), Sul (12%), Nordeste (9,6%) e o Sudeste (6,3%). Esse crescimento não foi suficiente para alterar as assimetrias existentes entre as regiões e, sobretudo, entre os Estados.

Como salienta Bortolozzi *et al.* (2004), o aporte de recursos deveria ter como objetivo a formação de recursos humanos e o aumento da qualidade na pesquisa, de forma a tornar a

instituição um instrumento para o desenvolvimento sustentado do Estado, da região e do País de forma igualitária.

Os programas precisam funcionar – a pressão do mercado por qualificação é visível e recai também sobre os profissionais da educação. Essas crescentes exigências com relação à obrigatoriedade de titulação, de freqüentar cursos, podem colocar o docente em dúvida com relação ao seu objetivo de formação, muitas vezes interpretada como um dever - subir na carreira. Ao invés de se constituírem uma experiência profissional relevante para o docente e, em “ganhos”, para o programa, essas exigências transformam a formação em tarefa de caráter administrativo, em detrimento da preocupação com o conteúdo das disciplinas ministradas e das orientações realizadas.

Na prática, o docente, muitas vezes, acaba por ceder ao imperativo de diversificação e de adequação para atender às várias atividades nas quais está envolvido. A matrícula nos cursos é feita obedecendo a outros parâmetros que não as suas necessidades, a exemplo da adaptação de horários livres, obtenção de créditos mais fáceis e rápidos, mesmo sem a relação direta com o trabalho que está desenvolvendo no programa.

Reconhecida a posição que esses recursos humanos ocupam no sistema de produção do conhecimento, é oportuno anunciar que é desses insumos que trataremos neste trabalho. Para isso, é necessária a busca por identificação de “fios” que indiquem congruência ou não, entre a formação acadêmica e a atuação profissional, necessárias ao cumprimento da missão dos programas.

Não se trata de avaliar cada um ou todos os docentes aí enquadrados, mas, sim, identificar o percentual dos docentes com formação graduada e com doutorado em Administração, que atuam na área, aqueles que têm formação na área de Administração e atuam em outras áreas e também os docentes que não têm formação em Administração e atuam na área.

Nessa perspectiva, procurou-se responder à seguinte questão de pesquisa: Qual é o perfil do docente permanente, lotado nos programas acadêmicos de pós-graduação *stricto sensu* em Administração da Região Nordeste do Brasil, com relação às características da formação acadêmica e das áreas de atuação a partir do currículo Lattes?

1.2 JUSTIFICATIVA

A motivação para a realização deste estudo surgiu da atração pelo tema bem como do desejo de compartilhar reflexões e possíveis descobertas no que se refere aos caminhos escolhidos para a formação e a conseqüente atuação docente. As reflexões são também um resultado da experiência

adquirida ao longo da vida profissional da pesquisadora - ora como docente, ora ocupando cargos administrativos na área de recursos humanos - a qual, na maior parte das vezes, foi também afetada pelos desafios que esse tema impõe.

Entende-se que, para realizar uma proposta de tal natureza, é necessário sentir-se parte desse universo e viver as preocupações intrínsecas da profissão, o que ocorre há quase vinte anos. A reflexão deve se fazer acompanhar da ação, do fazer, para, sistematicamente, contribuir com esclarecimentos, especificamente nos Programas de Pós-graduação em Administração da Região Nordeste, por localizar-se em uma região tão carente de recursos naturais e historicamente desprovida de suficiente estoque de capital produtivo e que desperta curiosidade pela sua evolução histórica e sua trajetória até atingir a atual estrutura acadêmica.

Já no início do trabalho, foram percebidas algumas nuances, a exemplo de que não se poderia falar da formação dos docentes sem ao menos traçar as linhas gerais da ambiência em que ela acontece - o seu entorno - e caracterizá-la. Nesse sentido, sentiu-se a necessidade de examinar os Programas de Pós-graduação, que comportam os cursos de Mestrado e Doutorado, a fim de captar as informações necessárias ao estudo da maneira a mais fiel possível.

Como em todos os trabalhos realizados nessa nova era, a variável tempo foi determinante na decisão de se realizar uma pesquisa de caráter prático, mas que apresentasse um resultado confiável e, posteriormente, pudesse ser colocado à disposição dos interessados no assunto.

O desafio então passou a ser “como fazer”. No Portal Capes na Revista Brasileira de Pós-graduação, o artigo de Luiz (2006) apresenta uma Proposta de Quantificação para a Avaliação da Produção Acadêmica, sugerindo uma metodologia que utiliza como *locus* de pesquisa a Plataforma *Lattes*.

Sob essa perspectiva, surge a idéia de utilizar o currículo *Lattes* como via de acesso que possibilite um estudo preliminar que permitiria, futuramente, alçar vãos mais altos sobre o assunto Trajetória Docente – formação e realizações. Assim, o currículo *Lattes* foi escolhido como fonte para a coleta de dados.

Definida a base de dados, foi possível planejar as etapas para o desenvolvimento do trabalho, para elencar as características dos docentes/ pesquisadores. O refinamento e a delimitação ocorreram durante a execução do trabalho, com amparo na teoria que fundamentou o estudo.

Com a revisão bibliográfica inicial, aos poucos se definiu os aspectos que podem ser apontados como característicos do grupo em estudo: o nível de titulação, as áreas de atuação, as disciplinas ministradas, as orientações realizadas e as publicações.

O estudo se justifica pela relevância do tema e, embora seja um estudo exploratório, teve a pretensão de contribuir para que essa área de conhecimento tenha, nos rumos estabelecidos, mais transparência e passos mais concretos.

Teoricamente, o trabalho poderá contribuir para o avanço do tema, especificamente, no tocante à realidade dos Programas de Pós-graduação em Administração. Em nível prático, espera-se que se ampliem os debates sobre o assunto e a partir daí promovam os ajustes necessários no que se refere aos critérios de avaliação dos programas.

Assim, considerando-se que um tema nunca se esgota e que, em todas as áreas do conhecimento, a aquisição de saberes deve ser uma dinâmica constante, este estudo, certamente, poderá colaborar para que se desenvolvam outras investigações a respeito do tema proposto.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Conhecer, com base nas informações do currículo *Lattes*, o perfil do docente permanente que pertence aos programas acadêmicos de pós-graduação *stricto sensu* em Administração da Região Nordeste do Brasil.

1.3.2 - Objetivos específicos

- a) Identificar e caracterizar os docentes pertencentes aos programas de Pós-graduação em Administração da Região Nordeste;
- b) Investigar as áreas de formação acadêmica (titulação) dos docentes pertencentes aos programas de Pós-graduação em Administração da Região Nordeste;
- c) Investigar as áreas de atuação profissional (área de atuação, disciplinas ministradas, orientações concluídas e as publicações) dos docentes pertencentes aos programas de Pós-graduação em Administração da Região Nordeste;
- d) Construir um quadro-síntese de resultados que retrate o perfil dos docentes no que se refere às características da formação acadêmica e das áreas de atuação, objeto da produção nos programas de Pós-graduação em Administração da Região Nordeste

2 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Baseado nos objetivos propostos, a revisão bibliográfica deste trabalho foi desenvolvida da seguinte forma:

- a) O ensino superior em Administração no Brasil – a formação e o perfil do Administrador: apresentação breve do histórico do ensino superior em Administração e seu currículo, o Conselho Federal de Administração – CFA e as pesquisas com discussão sobre o perfil, a formação e a identidade do Administrador;
- b) A Pós-graduação no Brasil: evolução do sistema de pós-graduação, características dos programas de pós-graduação, os critérios de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, considerações gerais sobre o perfil do docente e dos itens disciplinas ministradas, publicações e orientações realizadas pelos docentes.

Por se tratar de temas bastante abrangentes, não é viável abordá-los de forma detalhada. Desse modo, neste capítulo estão apresentados somente os tópicos mais importantes para esta pesquisa.

2.1 O ENSINO SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL A FORMAÇÃO E O PERFIL DO ADMINISTRADOR

A Administração é considerada uma das áreas mais novas dentre as áreas do conhecimento, tendo surgido em função das especificidades das relações de mercado no contexto econômico. As práticas administrativas, no entanto, são empregadas pela humanidade desde os tempos mais remotos.

Para que essa ciência cumpra seu objetivo, é necessário que os trabalhadores dessa área, em especial, os que estão envolvidos com a produção do conhecimento, - o corpo docente, por exemplo, - detenha características de formação distintas, com desenvolvimento e práticas diferentes daquelas realizadas nas demais áreas das ciências sociais aplicadas.

Assim, para o cumprimento da missão dos programas acadêmicos de Pós-graduação em Administração, convém que se produza conhecimento teórico e se formem profissionais qualificados para o desenvolvimento de ensino e pesquisa a fim de atuarem no mercado de trabalho.

É sabido que a formação é um processo complexo que exige constantes estudos e pesquisas para a definição das características ideais desse profissional e para a composição curricular adequada a essa formação.

No Brasil, a discussão sobre o perfil profissional já vem acontecendo há algum tempo, tendo passado por várias etapas buscando atender às exigências de um mercado que vive em constante mudança, exigindo das instituições de ensino superior a adequação das suas funções às novas realidades. Os programas de pós-graduação reconhecem essa necessidade de adequação, por isso têm hoje caráter temporário e duram apenas enquanto estiverem atendendo aos objetivos para os quais foram criados.

2.1.1 Histórico do Ensino Superior em Administração

No final do século XVII, a organização das tarefas acelerou devido ao reconhecimento da necessidade de melhor estruturação das atividades inerentes à produção de bens. No século seguinte, substituiu-se o trabalho artesanal pelos novos formatos de produção: a divisão do trabalho e a utilização de máquinas, com a finalidade de atender às necessidades imediatas de intensificação das relações comerciais que contribuiriam para uma maior racionalização do trabalho produtivo.

A divisão do trabalho provocou várias mudanças, dentre elas, a aceleração da produção e a modificação das relações existentes. O novo processo produtivo mecanizado exigia pessoas responsáveis pelas partes desse processo e, o mais importante, exigia conhecimentos específicos para gerir a produção. Embora o processo fosse todo fragmentado, para que se conseguisse o produto pronto, era necessário que todos os envolvidos finalizassem as tarefas que estavam sob suas responsabilidades. Assim, para garantir continuidade do trabalho, foi preciso criar o gerenciamento das pessoas.

Nos trabalhos de Taylor e Fayol, encontram-se os fundamentos que serviram de base para que a área de Administração se desenvolvesse na educação superior, nos Estados Unidos, onde se surgiram os primeiros cursos na área de Administração, por volta de 1881, quando da criação da *Wharton School*.

No Brasil, a primeira escola a ser criada foi a Escola Superior de Negócios (ESAN), por iniciativa do Padre Roberto Sabóia de Medeiros, em 1941, embora só tenha sido reconhecida em

1961. No seu curso, o modelo de currículo utilizado era o da Universidade de *Harvard Administration*, o qual acabou sendo implantado também pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (MARTINS, 1989).

Naquela ocasião, em São Paulo, o debate entre professores brasileiros e americanos consistia no projeto de criação de uma escola que tivesse como objetivo formar especialistas em Administração. A vinda dos professores estrangeiros foi possível graças ao apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esse debate teve como principal resultado a criação da Escola Brasileira de Administração Pública - EBAP, que nasceu com objetivos pré-determinados - de se dedicar não só ao ensino da Administração Pública, mas também da Administração de Empresas criada na cidade do Rio de Janeiro em 1952, tendo apresentado o primeiro currículo especializado em Administração, que tinha forte influência americana. A seguir, mais precisamente em 1954, iniciaram-se as atividades da Escola de Administração de Empresas Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, com a primeira turma de formandos em 1958.

Mesmo antes da criação das Escolas de Administração, estudos sistemáticos nessa área, já eram realizados através da criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT - em 1930 e do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP - em 1931. A administração pública acabou sendo privilegiada com a criação, pelo Governo, da Escola de Serviço Público para formação de técnicos de Administração (PIZZINATTO, 1999).

A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA) surgiu com a denominação de Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, em 1946, oferecendo os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Mais tarde, após a regulamentação da profissão de administrador, conforme Lei 4769 de 09/09/65, é que passou a oferecer o curso de Administração.

Os Estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro acompanham a iniciativa de São Paulo e dão início aos seus cursos de Administração Pública e de Administração de Empresas. Um fator que impulsionou o desenvolvimento dos cursos de Administração foi a abertura da nossa economia ao capital estrangeiro, ocorrida após o Governo Juscelino Kubitschek, motivado pela expansão da indústria de base, que demandou um significativo número de técnicos especializados nas atividades de planejamento, controle e análise. Esse fato, segundo Martins (1989), obrigou o mercado interno brasileiro a se organizar para enfrentar a concorrência.

Nessa época, estava se desenvolvendo um espírito modernizante em função das mudanças e da formação social brasileira, um ambiente que oferecia as condições e as motivações necessárias para que os cursos de Administração fossem criados e se desenvolvessem. Tais motivações estavam relacionadas com o caráter de especialização e o uso crescente de técnicas

administrativas, o que tornava imprescindível a atividade de profissionais para as diferentes funções de controlar, analisar e planejar as atividades empresariais (COVRE, 1981).

A Lei nº 4.769/65, que regulamentou a profissão de administrador estabelece em seu Artigo 2º, as atividades que são privativas dessa profissão, conforme discriminado a seguir:

a) elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria geral, chefia intermediária e direção superior;

b) pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da Administração, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que estes se desdobrem ou aos quais sejam conexos (CFA, 2004).

Após a regulamentação da profissão de administrador, houve a consolidação e o crescimento da área de atuação. Em função dessa demanda, foram criados o Conselho Federal de Administração – CFA - e os Conselhos Regionais de Administração – CRAs.

O primeiro currículo do curso de Administração, aprovado em 1966 pelo Conselho Federal de Educação – CFE (Parecer 307/66) era composto das seguintes matérias: Matemática, Estatística, Contabilidade, Teoria Econômica, Economia Brasileira, Psicologia aplicada à Administração, Sociologia aplicada à Administração, Instituições de Direito Público e de Direito Privado, Legislação Social, Legislação Tributária, Teoria Geral da Administração, Administração Financeira e Orçamento, Administração de Pessoal e Administração de Material. Essas disciplinas deveriam ser ministradas em 2.700 horas-aula, o formando denominava-se Técnico em Administração e tinha como requisito obrigatório o cumprimento do estágio com duração de seis meses. O título só viria a ser substituído para administrador em 13/06/1985, através da Lei 7.321, permanecendo o mesmo campo e atividade profissional (PIZZINATTO, 1999).

O ensino superior no Brasil teve grande expansão na década de 70, e a área de Administração foi uma das que mais cresceu, comparativamente a outras áreas do conhecimento, se observados os números referentes ao período de 1969-1974, no Estado de São Paulo: as matrículas nos cursos superiores tiveram um crescimento de 162%. Na área de Administração, o aumento foi na ordem de 372%. Nesse período, o modelo de desenvolvimento no Brasil apontava para a necessidade de profissionais com capacidade para atuar naquele contexto de expansão das empresas e a conseqüente centralização e burocratização.

O currículo acima mencionado foi reformulado em 1993, depois de permanecer vigente por vinte e sete anos. O novo currículo mudou o enfoque dos cursos de Administração de “solucionador de problema” (resultados) para “a promoção de novas relações produtivas e sociais” (processo), além de procurar atender às necessidades crescentes do mercado de trabalho (CFA, 1993).

Sobre essa reformulação, assim se manifestou o CFA (2003);

na ação educativa, a convicção é de que precisamos educar para o desconhecido, cabendo às escolas, ao eleger suas disciplinas específicas, conferir organicidade ao estudo de todas as variáveis que interferem no fato administrativo (...) em função dos seus objetivos, sua história e herança, e em função das necessidades de sua clientela.

Procurando desenhar o perfil adequado do profissional de Administração, cuja atuação pudesse atender às novas exigências do mercado, outras concepções desse perfil foram apresentadas, a exemplo do entendimento do Prof. Marcos Cintra, citado por Pizzinatto (1999, p.173-189), de que “um bom administrador tem de estar aberto e conhecer todas as correntes de pensamento” para “gerenciar conflitos dentro de sua empresa e entender o que acontece na sociedade”. O autor entende que a carga horária de ensino deveria incluir disciplinas da área de humanas.

Após amplo debate sobre o assunto qualidade no ensino de Administração, do qual participaram o Conselho Federal de Administração – CFA; a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração – ANGRAD, o novo currículo mínimo de Administração foi aprovado conforme Resolução 02/93, que definiu as seguintes cargas horárias para categorias de conhecimento: 24% ou 720 horas-aula para formação básica e instrumental, com inclusão da disciplina de Informática; 34%, ou 1.020 horas-aula para formação profissional; 32%, ou 960 horas-aula, para cumprimento das matérias eletivas e complementares, e os 10% restantes, ou 300 horas-aula, para o estágio supervisionado, totalizando 3000 horas, com prazo para adequação até janeiro de 1995 (ALVES, 1996; PIZZINATTO, 1999).

O maior mérito da proposta parece residir na possibilidade de adequação dos currículos de acordo com a necessidade detectada pela instituição em sua região, utilizando-se do espaço denominado de “matérias complementares” para formação. Isso estimulou as instituições para proporem novas habilidades necessárias para atuação nessa área.

2.1.2 O Conselho Federal de Administração e as pesquisas sobre perfil, formação e identidade do administrador.

O CFA, hoje, constitui-se como o órgão máximo representativo da categoria dos administradores no Brasil e tem, dentre as suas atribuições, a responsabilidade de situar a categoria dos administradores brasileiros no atual contexto sócio-econômico, em que são delineados os

conhecimentos, as habilidades e atitudes, consideradas fatores essenciais para a atuação desse profissional no mercado de trabalho.

Com o intuito de contribuir para maior compreensão do espaço profissional que o administrador ocupa na sociedade brasileira, o CFA tem investido em pesquisas de âmbito nacional. De 1994 até os dias de hoje, desenvolveu quatro desses estudos nos anos de 1994, 1998, 2003 e 2006, cada um deles divulgados no ano seguinte ao da sua realização.

Na pesquisa realizada em 2003, foram explorados aspectos relativos ao perfil, à formação, à identidade e às perspectivas profissionais do administrador. Na última pesquisa (2006) o CFA inova e se ocupa de analisar os cenários e identificar tendências para a profissão do Administrador no País, ambas realizadas em parceria com a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração – ANGRAD e de Instituições de Ensino Superior – IES.

Em 2007, o CFA disponibilizou, em seu *site*, um relatório com o registro retrospectivo dos resultados alcançados com as pesquisas realizadas nos anos de 1994, 1998, 2003 e 2006, contendo alguns aspectos que considerou de maior interesse para a comunidade e visando contribuir com dados e informações que poderiam subsidiar estudos que “valorizem o administrador e para reafirmar o espaço do profissional de Administração” (CFA, 2004 e 2007). Observa-se uma evolução entre a pesquisa de 2003 e a pesquisa de 2006, nesta última foram incluídos dados que podem ser analisados por região do País, CRAs, Estados e também por municípios brasileiros.

Para a pesquisa, denominada Pesquisa Nacional Sobre o Perfil, Formação e Atuação e Oportunidades de Trabalho do Administrador, realizada em 2003, foi contratada a Fundação Instituto de Administração – FIA/USP. O objeto de investigação foi a profissão do administrador sobre o qual foi efetuado um levantamento, diagnóstico e análise da situação existente, atualizações de informações, ampliação do universo da pesquisa com a inclusão da população de profissionais da administração pública direta e indireta, das empresas estatais e empresas do 3º. Setor, bem como esclarecimentos sobre o grande contingente daqueles administradores que não exercem a profissão.

Se considerada a prática, a Administração já existe há muito tempo, mas, como área do conhecimento, tem pouco mais de cem anos e, no Brasil, somente 60 anos aproximadamente. Com relação à obrigatoriedade de as organizações públicas e privadas contratarem e manterem em seus quadros profissionais graduados em Administração o CFA informa que esse “é um assunto que tem ensejado muita discussão tendo a situação se agravado em virtude dos fatos que têm influenciado o campo de atuação dos administradores, assim relatados: a) criação do cargo de Gestor Público no Serviço Público Federal, que permite que pessoas com qualquer graduação possam exercer atividades que, em sua maioria, integram o conjunto daquelas que são exclusivas do administrador; b) a existência, ainda hoje, nos serviços públicos federal, estadual e municipal, de funcionários

rotulados de Administradores Públicos; c) utilização em organizações privadas de Tecnólogos em Administração, formados em cursos com duração de 2 e 3 anos, em função de gestão.

O objetivo dos estudos realizados pelo CFA é oferecer para toda comunidade interessada um quadro de referências que possam balizar as ações nesse campo. Foram, então, realizadas pesquisas para obter e analisar informações atualizadas e representativas sobre as diferentes dimensões que caracterizam a situação da área de Administração e das condições que envolvem a situação dos administradores.

Nos estudos, em geral, realizados pelo CFA procura-se conhecer o perfil e o estágio atual de desenvolvimento dos administradores profissionais; caracterizar a identidade e o espaço de atuação do administrador; subsidiar a implementação de melhorias, em conteúdo e forma, nos cursos de graduação e pós-graduação em Administração; avaliar o interesse dos empregadores e as oportunidades de mercado para os administradores; subsidiar o aprimoramento da Atuação do Sistema CFA/CRAs.; analisar a adequação da regulamentação da profissão e comparar os resultados da pesquisa atual – 2006 - com os das pesquisas de 1994, 1998 e 2003.

A população de interesse desses estudos é o conjunto de todos os administradores do País, graduados em Administração, com registro no CRA e cujos estudos foram concluídos em cursos aprovados pelo MEC e que foram divididos em três segmentos: administradores registrados nos CRAs., coordenadores e professores de cursos de graduação em Administração e empregadores dos profissionais graduados em Administração. Em dezembro de 2003, o total de administradores registrados nos CRAs era de 207.593 profissionais, que representavam, na época, 20% da população total (CFA, 2004, p.10).

Após a conclusão da pesquisa, apurou-se que, em 2003, 70% dos administradores brasileiros eram do sexo masculino. O gênero feminino vem aumentando sua participação: em 1994, era 21%; em 1998, passou para 25%; em 2003, 29,98% e, na última pesquisa em 2006, 32,60%. Em 12 anos, portanto, o percentual de administradoras teve um acréscimo de 57%.

Quanto ao estado civil, em 2003, mais da metade era composta de casados (56%); acompanhando a tendência do que ocorre na sociedade, o número de casados diminuiu. Com relação à faixa etária, a pesquisa revelou um percentual expressivo de administradores bastante jovens, na faixa de até 30 (trinta) anos, em que se enquadravam 33% dos respondentes; 64% tinham menos de 40 anos. Constatou-se, na ocasião, uma redução na faixa etária com relação às pesquisas anteriores Na pesquisa mais recente (2006) as características da faixa etária permaneceram inalteradas.

Outro dado em destaque, observado na pesquisa de 2003, foi o expressivo número de administradores com pouco tempo de formados, sendo que 34% tinham obtido seus títulos de bacharel na década de 1990; no período de 2000-2003, o mesmo percentual se repetiu: 34%, em

2006 constatou-se que a maioria dos respondentes concluiu seu curso entre os anos de 2000 e 2005.

Com relação ao domínio de idiomas, em 2003, a maioria citou o Inglês (44%), seguido do Espanhol, com 19%; dos restantes, 29% não dominam nenhum idioma estrangeiro, na última pesquisa os percentuais referentes ao domínio do idioma Inglês e Espanhol passaram para 77,82% e 35,39%, respectivamente.

Na pesquisa de 2003 do total da população de respondentes, 9% têm Mestrado, e 72%, curso de Especialização. No último estudo realizado (2006) a maioria, 56,08%, possui Mestrado, o que demonstra a preocupação destes profissionais em se manter atualizado, no entanto, só 9% possuem Doutorado, dos demais 49% pretendem realizá-lo nos próximos 5 anos e declararam sua preferência pela área de Administração. Para obter informações atualizadas, os administradores recorriam aos periódicos técnico-científicos, tais como: *HSM Management*, citado por 16%; Revista Brasileira de Administração – RBA/CFA (8%), Revista de Administração de Empresas – RAE/USP (5%) e as revistas de cunho jornalístico Veja (36%), Exame (26%) e Você S/A (14%).

Um dado que surpreendeu em 2003 foi o alto percentual de administradores que se declararam empregado (95%). Do total, 68,09% com carteira profissional; do restante, 20% exerciam atividades nas áreas públicas e privadas ou estavam aposentados. Em 2006, o índice destes profissionais com carteira assinada se manteve estável (67,87%).

Com relação à renda individual, conforme resultados da pesquisa de 2003, 53% percebiam entre 6 e 20 salários mínimos; 21% deles recebiam remuneração superior a 25 salários mínimos e somente 17% declaram ter remuneração inferior a 5 salários mínimos. Na pesquisa realizada em 2006 a renda média aproximada do Administrador ficou em torno de 11,51 SM equivalente a R\$4.028,00 (maio/2006).

A pesquisa revelou também que, naquela ocasião (2003), do total dos administradores, 42% desenvolviam atividades no setor de serviços; 21%, no setor industrial, e 14%, no setor comercial. Com relação às áreas funcionais, 30% atuavam em Administração Geral, seguindo-se da Área Financeira com 18%. Em 2006, das quatro áreas de maior concentração de administradores (Administração Geral, Financeira, Vendas e Recursos Humanos), a Administração Geral apresentou alto índice de alocação destes profissionais e nas outras áreas houve decréscimo de alocação.

No que se refere à posição funcional, em 2003, 26% encontravam-se ocupando o cargo de gerência; 16% eram analistas; 10%, coordenadores; 8% ocupavam cargos de diretores; 8% eram supervisores, e 6% eram presidentes/proprietários. Nas ocupações que pressupõem elevada capacidade de comando e decisão, houve predominância do gênero masculino. Os espaços ocupados pelo gênero feminino estavam assim distribuídos: um quinto das respondentes ocupavam o cargo de empresária, autônoma ou consultora e só um oitavo ocupava cargo de diretora. Os

administradores melhor remunerados concentravam-se na área de Administração Geral (38%), ocupando posições de gerência e de direção.

No segmento dos professores respondentes, em 2003, 74% eram do sexo masculino, e 26%, do sexo feminino. Com relação ao estado civil da população considerada, 67% eram casados, e 19%, solteiros; 76% tinham menos de 50 anos e estavam na faixa etária de 31 a 40 anos (34%). No que se refere à renda individual, 42% estão na faixa de 11 a 20 SM por mês, 24% recebiam mais de 25 SM e 4% ganhavam menos de 5 SM.

Na pesquisa realizada em 2006, no que referem ao segmento dos professores, outros temas considerados mais importantes foram incluídos, substituindo temas tratados na pesquisa anterior. Nesse contexto, foi apurado que a maior parte dos professores prefere a área de Administração, 62,70%, para seus futuros projetos; 55,81% dominam o idioma Inglês, trabalha em faculdades integradas e leciona Teoria da Administração na maior parte do seu tempo como docente.

Para atualização, condição indispensável para um bom desempenho acadêmico, a pesquisa de 2003 revelou que 39% liam até três livros técnicos por semestre, e 70% liam mais de seis artigos técnicos. Dos periódicos técnico-científicos, a *HSM Management* foi citada por 28% dos respondentes; a Revista de Administração de Empresas – RAE/USP foi citada como preferida por 15%; a Revista Brasileira de Administração – RBA/CFA, por 9%, a Revista da ANGRAD, por 8%, e as revistas de cunho jornalístico, Exame (45%), Veja (22%) e Você S/A (11%).

Com relação à Formação Acadêmica dos Professores dos cursos de Administração, em 2003, 62% eram graduados em Administração, com um crescimento de 7%, se comparados aos dados da pesquisa anterior (1998); grande parte (38%) se graduou em Universidades privadas. Sobre o ano de conclusão da graduação, a maioria dos respondentes (37%) concluiu seus cursos no período compreendido entre 1990 e 1999. Dessa população, 62% dos professores estavam registrados no Sistema CFA/CRA's até o ano de 2003. Foram 754 os respondentes desta questão. Em 2006 há predominância de professores graduados em Administração, 76,32%, e destes quase 14% não se registraram no Sistema CFA/CRA's, sendo que a maior parte se registrou a partir de 1999.

Ainda com relação aos professores, segundo o estudo realizado em 2003, 55% declararam ter cursado o Mestrado, e 10% têm curso de Doutorado. Os que declararam ter especialização foram 30%, sendo 966 o total dos respondentes desta questão. Verificou-se também que 42% atuavam em universidades privadas, porém um contingente significativo de professores (41%) tem experiência de docência, variando de 01 a 05 anos, se for considerado que 20% dos docentes já atuaram na profissão entre 06 e 10 anos. Este é, pois, um quadro relativamente jovem nesse aspecto.

A maioria dos professores respondentes acumulava a atividade docente com atividades profissionais junto ao mercado em 2003, com destaque para as atividades empreendedoras, com negócio próprio (10%) e em atividades de consultoria (25%) O fato de os professores estarem

envolvidos com outras atividades profissionais é considerado positivo, principalmente para aqueles que lecionam disciplinas profissionalizantes.

O segmento dos administradores-empregadores naquela ocasião (2003) era composto por empregadores dos três setores da Economia (indústria, comércio e serviço) e de todos os portes, no que se refere ao faturamento, micro, pequeno, médio e grande. Do total dos respondentes desse segmento, 47% eram proprietários, e 21%, gerentes. Ressalta-se que o faturamento anual de 54% das empresas era de 1,2 milhão, sendo compatível com empresas de pequeno porte (32%) e com micro-empresa 22%. Com relação ao setor, as organizações respondentes estavam assim distribuídas: 36% eram do Setor de Serviços, 18%, do Setor Industrial, 16%, do ramo de Consultoria, e só 2% representando o Terceiro Setor.

Para o nível de escolaridade dos empregados que atuam nessas empresas, em 8% delas, metade dos empregados tinham cursos universitários. Desse total, 10% são graduados em Administração.

A remuneração média dos administradores informada pelas organizações participantes foi a seguinte: 11% recebiam menos de 5 salários mínimos; o maior grupo - 23% - situava-se na faixa de 06 a 10 SM, e 22%, na faixa de mais de 25 SM.

O Ensino de Administração no Brasil é o que detém a maior demanda de alunos do Ensino Superior. De acordo com o INEP/MEC, em 2002, eram 500 mil alunos, distribuídos em 1.413 cursos de graduação em Administração, o que correspondia a 14% do universo dos discentes matriculados no nível superior. Do total dessa população, 14% dos administradores respondentes declararam ter escolhido o curso por vocação (em 1994, eram 47%); com a intenção de abrir a própria empresa, ampliar negócio, a carreira, dentre outros, foi citado por 27%; outros 15% visavam ascender ao mercado de trabalho. Em 2004, eram 619.237 alunos matriculados, aproximadamente 1.500.000 administradores nos 2.594 cursos existentes. Na pesquisa realizada em 2006, a vocação foi a terceira alternativa mais indicada como motivação para a escolha do curso de Administração um aumento de 1,73% sobre o percentual (14,08%) apurado na pesquisa anterior, continuam válidas as demais observações sobre a escolha do curso.

O CFA analisou de forma combinada os fatores assinalados em 2003, com relação aos dados coletados em 1994, e concluiu que, naquela data (2003), a maior preocupação dos administradores se resumia em se manterem empregados, enquanto que, em 1994, o motivo da escolha do curso era a vocação. No item avaliação da qualidade dos cursos de Administração no País, 62% considerava terem sido atendidos parcialmente nas suas expectativas com relação às exigências do mercado de trabalho. Na análise qualitativa, durante a fase das reuniões de grupo, o mesmo percentual (62%) foi apurado com relação a esse quesito.

Essa pesquisa, realizada em 2003, revelou, também, que os professores se preocupavam com o aumento do número de vagas oferecidas pelos programas de graduação em Administração e entendiam que esse fenômeno poderia comprometer a imagem e dificultar a definição da identidade do administrador. Na opinião de 27% dos respondentes, o comprometimento da qualidade acadêmica dos programas era devido à mercantilização da educação superior, apontada como a consequência mais significativa naquele momento, para um percentual semelhante - (26%) -, no entanto, o aumento do número de vagas induzia a uma democratização do acesso à educação superior.

Foi possível, através desta pesquisa, detectar os principais fatores que poderiam distinguir a qualidade de um curso de Graduação em Administração. Para 29% dos respondentes, resumem-se no compromisso da IES, da direção acadêmica e dos professores, desde que haja efetiva aprendizagem dos estudantes; 20% declararam como principal fator a empregabilidade assegurada pela formação e pelo diploma expedido; 19% consideraram a adequação do projeto pedagógico do curso às demandas do mercado; 18%, “o equilíbrio entre a formação acadêmica e a experiência dos professores”; 6% declararam como principal fator a existência de atividades extracurriculares para ampliar e aprofundar a aprendizagem; para 4%, são os resultados das avaliações realizadas pelo MEC, e 1% citou o nível de exigência para aprovação, adotado pelos professores.

Na pesquisa de 1998, já se havia assinalado o aumento extraordinário do número de instituições de ensino superior, que ofereciam programas de graduação e pós-graduação. O receio explicitado naquela época era de que essa manifestação do ensino superior pudesse comprometer ainda mais a qualidade da formação do administrador. Nessa pesquisa, dentre os indicadores de qualidade apontados, estava a desarticulação entre a teoria e a prática, citado por 22% dos respondentes; a falta de incentivo à pesquisa foi citada por 15%; o indicador atribuição à pouca importância dada ao curso ficou perto de 15%; o ingresso despreparado foi citado por 13%, e menos de meio por cento (0,2%) citou a distância entre a formação e as exigências do mercado.

Como sugestões para correção dessas deficiências, foram apresentadas as seguintes medidas: o estabelecimento de parcerias entre as IES e as empresas, oferta de programas de incentivo à pesquisa, investimento na atualização, reciclagem dos professores, aproximação do programa do curso à realidade do mercado, dentre outros.

Esses resultados, na avaliação do CFA, são convergentes com os indicadores eleitos como os mais importantes de qualidade na pesquisa de 2003, pois, conforme se pode observar, o compromisso das IES, da direção acadêmica e dos professores com a efetiva aprendizagem dos estudantes foi declarado por 29% dos respondentes; a empregabilidade assegurada pela formação e pelo diploma expedido foi citada por 20%; o percentual de respondentes que atribuíram à adequação do projeto pedagógico do curso às demandas do mercado de trabalho local era de 18,5%; com um

percentual muito próximo do anterior, 18,4% dos respondentes declararam como importantes indicadores: o equilíbrio existente entre a qualidade da formação acadêmica e a qualidade da experiência profissional (não acadêmica) apresentada pelos professores. Com percentuais bem menores, foram citados os indicadores: existência de atividades extracurriculares capazes de contribuir para ampliar e aprofundar a aprendizagem do estudante (6%); os resultados das avaliações realizadas pelo MEC (4%) e nível de exigência para aprovação adotada pelos professores (1%).

A pesquisa de 2003 também revelou dados interessantes sobre a metodologia de ensino dos professores: 41% declararam utilizar-se das aulas expositivas, 32% preferiam as discussões em grupo orientadas por exercícios e/ou *cases* como alternativa de recurso didático, e 14% citaram os recursos multimídia. Isso, segundo o CFA, poderia indicar a mudança nas estratégias de ensino, com uso de softwares educacionais especializados, utilização de projeção de aulas por computador e, principalmente, salas de aula virtuais, ensino a distância e outras possibilidades de *e-learning* apoiadas em *softwares* de ensino em Administração.

Na avaliação da aprendizagem, conforme pesquisa de 2003, a maioria dos professores (63%) tem utilizado uma combinação entre provas, trabalhos, seminários e participação dos estudantes, e 21% utilizam-se da prova realizada individualmente e sem consulta. Na última pesquisa realizada em 2006, observou-se que os professores continuam utilizando os recursos didáticos tradicionais (aulas expositivas e livro texto básico). Conforme foi declarado ainda é bastante limitada a utilização das novas tecnologias de ensino. Nesta mesma pesquisa, os Administradores e os professores puderam se manifestar com relação à adoção da Educação a Distância (EAD) para a formação de graduados em Administração. A maioria dos Administradores se posicionou contrária a essa modalidade de ensino, entre os professores a rejeição foi menor. Entre aqueles que rejeitam a alegação é de que haverá o comprometimento da eficácia da aprendizagem, os que se pronunciaram a favor alegam que haverá flexibilidade e maior oportunidade para os discentes que, por algum motivo, não podem participar de cursos presenciais.

2.1. 3 – A Identidade do Administrador

Há algum tempo, os profissionais que atuam na área de Administração lutam pela legitimação profissional e também acadêmica do administrador. Reivindica-se que se tenha um espaço próprio, peculiar e inconfundível, que não permita a inserção de outras profissões.

O fato é que, ao se definir a Administração como “a arte de liderar pessoas e gerenciar recursos tecnológicos, materiais, físicos, financeiros dentre outros, visando à busca de resultados superiores para a organização” (CFA, 2004), percebe-se a dificuldade de se definirem seus contornos. Acredita-se que um dos fatores que contribuíram para dificultar a definição dos limites da Administração e da identidade do administrador foi a incongruência constatada entre o que se ensinava na maioria dos cursos e o que se praticava nas organizações, contrariando, assim, o propósito para o qual foi criada: produzir conhecimentos aplicáveis às Organizações, mas que acabam praticando modos de atuação que não refletem necessariamente o que é lecionado, contrariando a principal finalidade da pesquisa, que é da aproximação do conhecimento da ação concreta.

Dentre as opções apontadas e que podem caracterizar a profissão, as mais citadas por 63% dos administradores, por 73% dos professores e por 63% dos empregadores foram a promoção da sinergia e visão sistêmica. Na opinião desses três segmentos, a palavra que melhor define a identidade do administrador é de que ele é um articulador. A última pesquisa (2006) revelou que esta imagem do Administrador encontra-se consolidada.

Conforme citado pelo CFA (2004, p.23), o administrador pode ser definido idealmente como um “profissional com visão sistêmica da organização para promover ações internas, criando sinergia entre pessoas e recursos disponíveis e gerando processos eficazes”. E grifa: “em outras profissões não há, especificamente, essa marca”. Nenhuma outra profissão é formada com esse foco; colocando em evidência as especificidades de formação nesse campo do conhecimento.

Dos 5.902 administradores que responderam à questão sobre Identidade do administrador, em 2003, 35% citaram como características que podem identificar a profissão: promover ações inter e intra-departamentais, criando sinergia, entre indivíduos e os recursos disponíveis gerando processos eficazes; ter visão sistêmica da organização foi citado por 27,5%; liderar e motivar equipes de trabalho (13%); definir prioridades na otimização de recursos visando a objetivos (12%); articular as áreas fim e meio das organizações (4%); perto de 3% dos respondentes citaram negociar conflitos e interesses, e 1% ficou com a opção clima organizacional.

No segmento dos professores, dados de 2003, 825 pessoas responderam a questão sobre identidade do administrador. Das características que podem identificar essa profissão, as mais citadas foram: ter visão sistêmica da organização (39,5%); promover ações inter e intra-departamentais, criando sinergia entre indivíduos e os recursos disponíveis gerando processos eficazes (33%); liderar e motivar equipes de trabalho (8%); definir prioridades na otimização de recursos visando a objetivos (7,5%); articular áreas fim e meio das organizações (4%); negociar conflitos e interesses (3%) e zelar pelo clima organizacional citado por quase 2% dos respondentes.

No segmento dos administradores, na pesquisa de 2003, 471 pessoas responderam a mesma questão e das características que podem identificar a profissão do administrador as mais citadas foram: promover ações inter e intra-departamentais, criando sinergia entre indivíduos e os recursos disponíveis gerando processos eficazes (32,5%) em 2006, esse percentual decresceu drasticamente para 13,82% passando para 13,82% ; ter visão sistêmica da organização (31%) passando para 36,59% em 2006; definir prioridades na otimização de recursos visando objetivos (12%) em 2006 esse percentual foi apenas 5,28% ; liderar e motivar equipes de trabalho (11,5%) em 2006 aumentou para 17,89%; articular as áreas fim e meio das organizações (6%) na pesquisa de 2006 passou para 15,85%; negociar conflitos e interesses (2,5%) e em 2006 alcançou o percentual de 6,91% e zelar pelo clima organizacional, menos de 1% este último item não foi incluído na pesquisa de 2006.

Se o consenso se deu quando se tratou de definir as principais características do administrador, como foi visto acima, o mesmo não ocorreu quando foi abordada a questão da qualificação para assumir um cargo gerencial. Nesse quesito, dos três segmentos, 55% dos administradores e 50% dos professores acham necessária a formação em Administração, opiniões que se diferenciam das dos empregadores, que declararam contratar profissionais com qualquer graduação e especialização em Administração (36%), seguida da opção graduação em Administração, citada por 27% deles.

Como assinalou o CFA (2004, p.24), tais constatações confirmaram o pensamento que já tinha sido exposto durante as reuniões de grupo, uma vez que os empregadores demonstravam nitidamente não ter preferência por algum curso no momento de designar ocupantes para as funções gerenciais e considerar outros quesitos considerados importantes, tais como: competências e habilidades, a confiança e a experiência adquirida na função.

Houve também consenso entre os três segmentos, no que se refere aos conhecimentos necessários ao administrador. A opção: visão ampla, profunda e articulada do conjunto das áreas de conhecimento foi citada por 44% dos administradores, 63% dos professores e por 39% dos empregadores, seguida da opção Administração Estratégica, escolhida por 22% dos administradores, 17% dos professores e 25% dos empregadores.

Os resultados apontados são compatíveis com a característica predominante do administrador já citada - a de profissional articulador com visão sistêmica: "O administrador é um articulador nas organizações que cada vez mais beneficiam-se de seus conhecimentos e habilidades e, como contrapartida, reconhecer o seu valor" (CFA,2007).

O domínio de outro idioma, na pesquisa de 2003, foi outra característica importante e que o administrador deve ter. Especificamente na pesquisa do CFA, o idioma espanhol foi apontado por

34% dos respondentes, seguido do inglês, referido por 33%, uma inversão que surpreendeu as expectativas.

No que se refere às competências, nos três segmentos, foi escolhida pela maioria a opção identificar e solucionar problemas, apontada por 28% dos professores e 29% dos empregadores. Outra opção foi enfatizada pelo mesmo percentual de professores (28%): desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico sobre a realidade organizacional escolhida como a mais importante. Nesse mesmo quesito, as opiniões dos empregadores (19%) e dos administradores (20%) coincidem. Para esses dois segmentos, a competência mais importante é assumir o processo decisório das ações de planejamento, organização, direção e controle.

Com relação às habilidades, a opção relacionamentos interpessoais, visão do todo, criatividade e inovação foi escolhida consensualmente pelos três segmentos, seguida de Liderança, mencionada pelos administradores (17%) e empregadores (16%). Dos professores, só 7% têm essa opinião.

No quesito atitudes, o comportamento ético é, na opinião da maioria dos administradores (19%) e dos professores (25%), a mais importante, seguida pela opção atitude empreendedora, escolhida por 17% dos administradores e 21% dos professores. Os empregadores (23%) elegeram, também, como a mais importante a atitude empreendedora, mas destacaram o comprometimento, escolhido por 24% das pessoas desse segmento.

Com relação às oportunidades de trabalho para os administradores, o maior número de vagas encontra-se no Setor de Serviços, na opinião dos administradores (43%) e dos professores (45%); os outros setores indicados foram: o Terceiro Setor e Consultoria (atividade típica do administrador como profissional liberal). Nas reuniões realizadas em grupo, nos três segmentos, outros ramos foram citados como promissores: turismo, meio ambiente, saúde, educação, exportação e agronegócio.

Em relação à área funcional, os empregadores preferem contratar administradores na área de Administração Geral (52%), seguido das áreas de Finanças (7%) e Vendas (7%). No segmento dos administradores, apurou-se que a maioria se encontra atuando na Administração Geral (30%) e, depois, na área Financeira (18%). Comparados aos números das pesquisas anteriores, nota-se que as áreas de Marketing (15%) e Logística (8%) apresentaram maior participação.

Sobre a remuneração média que era paga aos administradores em 2003, assim declararam os empregadores: 23% situavam-se na faixa de 6 a 10 SM, e 22% na faixa de mais de 25 SM, enquanto que 11% recebem menos de 5 SM. Na pesquisa realizada em 2006, a remuneração média informada pelos empregadores é de 11,78 SM. Em 2006 a remuneração média informada pelo empregador é de 11,78 SM.

Após efetuada a pesquisa qualitativa, observaram-se vários aspectos que têm impossibilitado que se delineiem os limites de atuação do administrador. Com a agravante de que, por desinformação das organizações públicas e privadas, profissionais alheios a essa área acabam assumindo posições que são privativas do administrador, contribuindo para a formação do contingente de profissionais habilitados, muitos deles desempregados e/ou atuando em outras áreas, a exemplo do cargo de Gestor Público Federal, que tem sido ocupado por profissionais graduados em qualquer área para exercer funções que são privativas do administrador. O mesmo acontece com o cargo de gestor, dificultando o caminho para que o administrador tenha espaço próprio e o devido reconhecimento.

Outro exemplo semelhante é o de funcionários que, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, ocupam as posições de administradores públicos, a que o CFA chama de “desajuste cultural antigo” e que já vem de algum tempo. Há também o caso da contratação de tecnólogos em gestão, profissionais formados em cursos com duração de 2 e 3 anos e que ocupam funções de administrador.

Esses fatores denunciam as distorções ocorridas com relação ao exercício profissional do administrador no País, com relação à área de atuação, bem como à falta de reconhecimento da sua importância nas organizações (CFA, 2004, p.28).

Buscando a valorização da profissão de administrador, deve-se destacar a atuação do Sistema CFA/CRA, que tem trabalhado para cumprir a missão de “promover a difusão da Ciência da Administração e a valorização da profissão do Administrador visando à defesa da Sociedade” e que, procurando conhecer melhor as expectativas dos associados com relação a alguns pontos da pesquisa qualitativa, apontou em seu relatório da pesquisa 2003, a opinião dos professores, dos empregadores e dos administradores sobre os serviços prestados pelo Conselho Regional de Administração – CRA, tendo apurado que: 40% dos administradores declararam, à época, não utilizar nenhum serviço do Sistema CFA/CRA, da parcela que se utiliza dos serviços, 28% apontaram o jornal do CRA, 16%, os *sites*, e 6%, as revistas, como os serviços mais usados.

Desses serviços, os mais destacados pelos professores foram: o jornal, citado por 17% deles, seguido do Sistema CFA/CRA (15%); as Revistas são utilizadas por 10% desse segmento, e outros 10% citaram a participação em eventos. No segmento dos empregadores, a maioria declarou não se utilizar de nenhum serviço, 20% apontaram o jornal, e 14%, os sites.

Com relação à qualidade desses serviços, no segmento dos administradores, 49% avaliaram como Bom, e 19% consideraram Muito Bom. Dos professores, 46% atribuíram o conceito Bom, e 25%, Muito Bom. Dos empregadores, 52% julgaram bom, e 19% consideraram Muito Bom. No quesito, principal contribuição que o Sistema CFA/CRA oferece à classe, 36% dos administradores apontaram a defesa dos interesses da categoria, 22%, o incentivo à capacitação profissional e, para

18%, a fiscalização do exercício profissional. Sobre as expectativas dos administradores com relação ao Sistema CFA/CRA, as mais citadas foram aquelas voltadas para a capacitação profissional, fiscalização profissional e divulgação das oportunidades de trabalho.

Ainda com relação às ações do Sistema CFA/CRA, 59% dos administradores consideraram como uma ação imprescindível: que o sistema influa sobre a qualidade dos programas de graduação em Administração do País; 46% do total de professores expressaram a mesma opinião. Essa idéia originou um debate sobre a realização de exame de proficiência para aqueles profissionais que almejam exercer a profissão de administrador (semelhante ao Exame da OAB). Essa proposta, na ocasião da pesquisa (2003), recebeu 74% de aprovação.

A pesquisa revelou, ainda, que há um consenso em relação à necessidade de atualização da Lei 4769/65, que dispõe sobre o exercício da profissão de administrador e que, na ocasião, já contava com quase 40 anos de existência, pois, com os avanços e inovações da tecnologia de gestão, outras profissões surgiram com atividades consideradas privativas dessas profissões e que coincidem com as atividades que são privativas do administrador.

Segundo o CFA (2004, p.33), foram muitas as expressões citadas para expressar a identidade do administrador, tendo a palavra “articulador” se sobressaído dentre as demais. Idealmente pode-se definir o administrador como o profissional com visão sistêmica da organização para promover ações estratégicas e criar sinergia entre as pessoas e recursos disponíveis, gerando processos eficazes.

Pelos números apresentados, aumenta o interesse de jovens estudantes universitários pelo curso de Administração, um fenômeno que acompanha o crescimento da nossa economia, caracteriza-se pela maior sofisticação de procedimentos e pelo aumento da complexidade observada no mercado e acarreta maior complexidade nos níveis de atuação do administrador. Mesmo assim, como já antevia Castro (1981), “aumenta o número de pessoas que, de alguma forma, atuam na dimensão gerencial ou que influenciam no processo da tomada de decisões”. Para ele, “não é claro e nem é óbvio o que deverão saber essas pessoas, porém a área de Administração propõe-se a ser uma alternativa privilegiada de preparar recursos humanos para ocupar tais posições”.

Segundo Marcovitch (*apud* ALVES, 1996, p.15), “a formação integral do Administrador será exercida por três agentes: dirigentes motivados, professores competentes e pesquisadores dedicados”. Em sua opinião, caberá a esses atores delinear os contornos da formação do administrador, nessa ambiência de grandes transformações e de alta competitividade. Nesse contexto, o papel do professor ganha importância, utilizando-se da prática de pesquisa na busca de temas atuais que possibilitem a formação integral do administrador como elemento desencadeador e facilitador do processo junto aos seus alunos.

2.1.4 Outros estudos

Durante a pesquisa bibliográfica realizada, foram encontrados alguns artigos e também dissertações, cujos autores têm preocupações semelhantes às apresentadas neste trabalho, apesar do sujeito da pesquisa abordar de forma diferente, ou seja, tratam da formação do administrador. Entretanto neste trabalho a formação do administrador é apenas um dos produtos, mas, que tem estreita relação com o docente, sujeito da pesquisa e responsável pela formação desse administrador. Considera-se que, pelo fato de seus autores serem também professores, estes possuem mais “lentes apropriadas” para a leitura da realidade que se quer conhecer.

Dois desses trabalhos foram escolhidos para serem aqui citados: O trabalho de Vidigal (1996), que aborda a formação do administrador no contexto da Universidade Federal de Viçosa (UFV), a partir das relações que se dão na sociedade, e suas idéias são defendidas a partir do delineamento do curso onde desenvolveu seu trabalho, da área de educação e da linha de pesquisa, qual seja, supervisão e currículo. A educadora inicia atestando a crise do Sistema Educacional Brasileiro e suas principais causas: “a ausência de um projeto de sociedade que se quer construir” e também “a falta de prioridade e atenção de sucessivos governos para com a educação”. Informa sobre a existência de dados alarmantes no que se refere à qualidade do ensino e reforça a necessidade de avaliação dessa realidade. Sob o ponto de vista da autora, há um descompasso entre as expectativas da sociedade onde se inserem a comunidade universitária e as políticas públicas direcionadas à educação. Partindo desse pressuposto, a autora sugere uma reflexão mais ampla sobre a educação universitária, especialmente no que se refere à formação de nível superior, que deve preparar os alunos para intervir e solucionar as questões emergenciais da sociedade.

Em sua opinião, dizer que o problema central da formação do administrador se resume à adequação do currículo às demandas empresariais é considerar a relação universidade/sociedade como via de mão única, e sabe-se que as funções da universidade são muito amplas. Citando Barbosa *et al.* (1988), aponta alguns indicadores sobre a premência em repensar o Curso de Administração da Universidade Federal de Viçosa – UFV, onde realizou o estudo: insatisfação com um currículo mal orientado, discrepante da realidade, programas repetitivos, desarticulação entre ciclo básico/ciclo profissional, inexistência e/ou inadequação de princípios e diretrizes, definindo o tipo de profissional a ser formado e dificuldades crônicas de espaço físico, equipamentos e materiais. Também atesta o boom dos projetos dos Cursos de Administração.

Outro trabalho escolhido foi o de Sguarezi (2003), que apresentou um estudo sobre o perfil do profissional de Administração, tendo como ponto central de sua análise o compromisso desse profissional com a responsabilidade social. Dentre as suas constatações, está a necessidade de criar mecanismos que estimulem o aluno – na condição de sujeito – a desenvolver valores e atitudes que o levem a uma convivência cidadã. A partir desse pensamento, o autor faz uma advertência: para mudar o perfil do aluno, há necessidade de “mudar a maneira como nós próprios (os professores) interpretamos o mundo”, e apresenta alguns pontos de intersecção com as preocupações desse trabalho, a necessidade do delineamento do perfil do futuro profissional da Administração e da reconfiguração do objeto da Administração.

Dentre as contribuições que o autor oferece, encontra-se a sua reflexão sobre o papel do professor na educação do administrador. Ele observa que há necessidade de romper com fórmulas ultrapassadas - do professor como o transmissor de informações ou o que repete conteúdos, e o de reprodutor de relações sociais. O autor recomenda que tome o lugar do primeiro, o professor comprometido com a ousadia e preocupado em construir conhecimentos com os recursos que sua realidade oferece. Alerta, ainda, que os problemas apontados se reproduzem tanto na graduação, quanto na pós-graduação, além de refletir as falhas de formação do administrador que foi o aluno e que hoje é o professor.

Na contemporaneidade, a formação do administrador ganha importância e, com isso, aumenta muito a responsabilidade dos envolvidos com a profissão. Segundo dados constantes do Relatório MEC (2000), essa formação encontra-se norteada pelos seguintes objetivos:

- a) contribuir para o aprimoramento da formação do administrador, como cidadão e profissional, para que colabore com a elevação das condições de vida em sociedade;
- b) integrar um processo de avaliação mais amplo e continuado do curso de Administração, incentivando ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino.

Hoje, as universidades têm maior autonomia na definição de seus currículos, o que a coloca frente a frente com o desafio de definir o perfil do profissional que deseja formar e que possa ocupar as melhores vagas do mercado. Outro desafio está subjacente e no mesmo nível: o de recrutar docentes com a formação coerente para atuar nos seus programas de pós-graduação.

Na próxima seção, são apresentados os temas: evolução dos sistemas de pós-graduação, características dos programas de pós-graduação, os critérios de avaliação da CAPES e considerações gerais sobre o perfil do docente e dos itens disciplinas ministradas, publicações e orientações realizadas pelos docentes.

2.2. A Pós-graduação no Brasil

Na Pós-graduação os estudantes devem desenvolver a capacidade de reflexão, e, crítica sobre a formação profissional, já recebida na graduação e que teve como objetivo principal a prática da profissão. Para o alunado, crescem os níveis de exigência em relação à dedicação e à produção acadêmica distinta daqueles encontrados na graduação. Nessa perspectiva, é importante que se delinear o perfil ideal do professor capaz de criar nos seus orientandos as competências necessárias.

A crescente produção dos programas de Pós-graduação no Brasil tem merecido apreciações elogiosas em função dos números apresentados. É um cenário que desperta curiosidade e, para satisfazê-la, não basta apenas apreciar estatísticas da evolução do número de Programas e de cursos, é necessário, também, proceder a avaliações que contribuam para melhor compreensão do fenômeno.

A evolução, em termos numéricos, dos cursos de Mestrado e de Doutorado é apresentada em tabelas seqüenciais:

Tabela 01: Evolução do Sistema Nacional de Pós-graduação: número de cursos, 1976-2004

Nível	1976 (1/)	1990	1996	2004 (21/maio)	Taxa Geométrica (% aa)		
					2004/1976 (27 a 5m)	2004/90 (13a5m)	2004/96 (1ª 5m)
Mestrado	490	975	1083	1.959	5,2	5,3	8,3
Doutorado	183	510	541	1.034	6,5	5,4	9,1
Total	673	1.485	1.624	2.993	5,6	5,4	8,6

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Censo Escolar de 2003. Inep/MEC.

Entre 1976 e 2004, o número de cursos recomendados pela CAPES saltou de 673 para 2.993, o que representa um aumento de 5,6% ao ano. Destaca-se o crescimento do Doutorado que, praticamente, duplicou no período de 1996 a 2004, como mostra a Tabela 01.

Tabela 02: Número de cursos segundo a dependência administrativa: Mestrado, 1996-2004

Dependência Administrativa	1996	2004 (21/maio)	Taxa Geométrica (%aa)	Porcentagens	
				1996	2004 (21/maio)
Federal	631	1.077	7,5	58	55
Estadual	365	524	5,0	34	27
Municipal	-	12	-	-	1
Particular	87	346	20,5	8	18
Total	1.083	1.959	8,3	100	100

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Censo Escolar de 2003. Inep/MEC.

Tabela 03: Número de cursos segundo a dependência administrativa: Doutorado, 1996 -2004

Dependência Administrativa	1996	2004 (21/maio)	Taxa Geométrica (% aa)	Porcentagens	
				1996	2004 (21/maio)
Federal	230	568	13,0	43	55
Estadual	267	370	4,5	49	36
Particular	44	96	11,1	8	9
Total	541	1.034	9,1	100	100

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Censo Escolar de 2003. Inep/MEC.

O segmento público é responsável por 82% da oferta dos cursos de mestrado e por 90% dos cursos de doutorado. Por sua vez, o segmento privado cresceu de forma expressiva na pós-graduação, passando de 87 cursos para 346 no mestrado e de 44 para 96 no doutorado, no período de 1996 a 2004.

As Tabelas 4 e 5, abaixo, ilustram a evolução do número de cursos, segundo a grande área do conhecimento, primeiramente em nível de Mestrado e a seguir em nível de Doutorado.

Tabela 04: Número de cursos segundo a grande área do conhecimento – Mestrado, 1996-2004

Grande área do Conhecimento	1996	2004 (21/maio)	Taxa Geométrica (%aa)	Porcentagens	
				1996	2004 (21/maio)
Multidisciplinares e Ensino	25	130	24,9	2,3	6,6
Ciências Sociais Aplicadas	92	236	13,5	8,5	12,0
Engenharias	119	227	9,1	11,0	11,6
Ciências Humanas	146	278	9,1	13,5	14,2
Linguística, Letras e Artes	62	110	8,0	5,7	5,6
Ciências Biológicas	106	183	7,6	9,8	9,3
Ciências Exatas e da Terra	136	212	6,2	12,6	10,8
Ciências Agrárias	137	208	5,8	12,7	10,6
Ciências da Saúde	260	375	5,1	24,0	19,1
Total	1.083	1.959	8,3	100,0	100,0

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Censo Escolar de 2003. Inep/MEC.

Tabela 05: Número de cursos segundo a grande área do conhecimento – Doutorado, 1996-2004

Grande Área do Conhecimento	1996	2004 (21/maio)	Taxa Geométrica (% aa)	Porcentagens	
				1996	2004 (21/maio)
Multidisciplinares e Ensino	7	32	22,7	1,3	3,1
Ciências Sociais Aplicadas	27	82	16,2	5,0	7,9
Ciências Agrárias	51	121	12,4	9,4	11,7
Ciências Humanas	65	142	11,1	12,0	13,7
Ciências Biológicas	64	131	10,1	11,8	12,7
Engenharias	53	107	9,9	9,8	10,3
Linguística, Letras e Artes	34	60	8,0	6,3	5,8
Ciênc. Exatas e da Terra	74	124	7,2	13,7	12,0
Ciências da Saúde	166	235	4,8	30,7	22,7
Total	541	1.034	9,1	100,0	100,0

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Censo Escolar de 2003. Inep/MEC.

Nos dias atuais, elegeu-se consensualmente como uma das variáveis desta avaliação, a qualificação dos trabalhadores envolvidos com a produção do conhecimento. São os profissionais (clientes internos) da educação, os insumos imprescindíveis para o cumprimento da missão dos programas de pós-graduação e que compõem, juntamente com o pessoal administrativo, seus recursos mais importantes.

Como os demais trabalhadores, os docentes que atuam nesse segmento da educação, precisam ter claramente especificados os requisitos de formação necessários ao exercício de sua

função, bem como esclarecimentos normativos com relação à coerência das linhas de pesquisa com a proposta do programa, com as disciplinas ministradas e o bom nível de envolvimento dos alunos com relação às práticas pedagógicas de orientação.

Esses critérios e indicadores de avaliação e a avaliação propriamente dita das propostas para novos programas e dos que estão em atividade na pós-graduação *stricto sensu*, situados nas grandes áreas do conhecimento, encontram-se sob responsabilidade da CAPES assunto que será tratado a no próximo item.

2.2.1 - A CAPES e os seus critérios de avaliação

A CAPES é uma agência de fomento criada em 1951, extinta pelo Presidente Collor e recriada, em 1992, como fundação, consolidada nacional e internacionalmente (INFOCAPES, 2002). Há mais de trinta anos, a CAPES vem se ocupando da avaliação sistemática dos programas *stricto sensu*. Para levar adiante tal intento, produziu indicadores quantitativos que fornecem uma visão geral do funcionamento dos programas. Contribui, através dos seus relatórios de avaliação e da proximidade que mantém com os dirigentes dos programas, orientando na implementação de medidas, para a melhoria contínua dos produtos gerados, que hoje se traduzem em profissionais preparados para ocupar as melhores vagas do mercado e a produção bibliográfica, preferivelmente, com inserção internacional.

Na visão macro, um trabalho importante e que apresenta um quadro real da situação dos programas de pós-graduação foi realizado por Horta (2002). O autor evidencia características importantes dos programas de pós-graduação na área de educação que, se acredita, deva ser a mesma realidade dos demais programas.

Quadro 01: Características dos Programas de Pós-graduação com referência à visibilidade

	Conceito	Publicações	Competição	Matrícula	Tempo/titulação	Títulos	Evasão de alunos
--	-----------------	--------------------	-------------------	------------------	------------------------	----------------	-------------------------

Programas com alta visibilidade	Conceitos mais altos, incluindo conceitos 6 e 7	Docentes mais dedicados à produção científica, incluindo as publicações internacionais	Fortes na competição de recursos do CNPq e dos órgãos estatais de fomento	Baixo índice de matrícula por docente	Tempo médio de titulação mais alto	Número de titulados por docente abaixo da média	Perdem mais alunos por desligamento
Programas com baixa visibilidade	Baixos conceitos	Publicam menos	Menos competitivos na disputa de financiamentos de outras agências	Índice mais alto de matrícula	Buscam reduzir o tempo para a titulação	Número maior de titulados	Perdem menos alunos

Fonte: informações extraídas do texto de Horta (2002): “A bússola de escrever”.

Na visão do autor supracitado, os programas estão divididos em dois grandes grupos, a partir da avaliação CAPES:

a) aqueles com conceitos altos – conceitos seis e sete, direcionados para a publicação com inserção internacional - são programas que representam o conceito CAPES de “perfil de excelência”. São mais competitivos, portanto, ao disputar recursos alternativos do CNPq e das companhias de fomento estaduais. A esses programas é interessante recrutar e selecionar o docente/pesquisador com histórico de publicações internacionais, pois, se o programa anteriormente não gozava de visibilidade e de conceitos altos, poderá agora tê-los e, se já ocupava o patamar mais alto, assim se manterá caso os docentes continuem a produzir e, principalmente, a publicar. Essa estratégia, se assim puder ser considerada, poderia desencadear uma corrida pela contratação de docentes com esse perfil, se incorporada por parte de alguns programas, nos quais, o tempo médio para titulação é alto, e a atividade de orientação parece estar em baixa, itens que pouco repercutem na avaliação do programa, já que os docentes comprovadamente dedicam mais tempo à produção científica;

b) aqueles com baixa visibilidade - com os conceitos mais baixos, são menos competitivos ao disputar os recursos alternativos. A esses programas parece interessar que seus orientandos se titulem o mais rápido possível, o que influi decisivamente na distribuição de bolsas da CAPES, pois é nesse programa de bolsas que esses programas captam recursos e assim se mantêm na ambiência das instituições superiores.

A partir dessas constatações de Horta (2002), pode-se afirmar o que, durante muito tempo, foi declarado sobre a missão dos programas de pós-graduação acadêmicos, “a de formar pesquisadores”, se mantém. O quadro acima apresentado mostra que, mesmo que outros itens tenham ganhado peso ou sido acrescentados à missão, a pesquisa continua sendo o principal

produto e reforça a idéia de que as mudanças implantadas ainda são frágeis. “Forte”, importante, continua sendo a pesquisa de qualidade com publicação obrigatória.

A avaliação classifica os programas entre os graus um e cinco, sendo reservado o cinco para aqueles com melhor qualidade na área – num segundo momento, esses programas são avaliados e poderão alcançar seis ou sete, se e somente se, tiverem qualidade equivalente aos melhores em sua área com padrão nitidamente internacional (INFOCAPES, 2002).

Na avaliação realizada pela CAPES em 2004, no total dos programas avaliados – 58 ao todo - mais de 12% (7) foram descredenciados. Aqueles programas que na avaliação anterior (2001) tinham sido rebaixados recuperaram-se e alguns atingiram patamares superiores de desempenho fazendo com que o saltasse de 3 para 5 e de 4 para 6. Do total, 51, de programas que tiveram seus credenciamentos renovados no ano de 2004, 6% (3) atingiram o conceito 6 e nenhum atingiu o conceito 7 (CAPES, 2004-2006).

A avaliação, assim caracterizada, possibilita uma competição entre os programas, em função dos indicadores de excelência que, a qualquer momento, podem ser movidos para cima quando do alcance de patamar superior de desenvolvimento.

Como demonstrado, para se perpetuar nessa ambiência, é necessário investir na adoção de processos regulatórios relacionados à legislação e aos procedimentos exigidos pela CAPES, visto que, do atendimento às exigências legais, dependem o credenciamento e o re-credenciamento, que autorizam o funcionamento legal da instituição e o imprescindível recebimento de verbas rateadas em função do atendimento às expectativas de resultados e sua conseqüente permanência no ambiente do ensino. Para obter os recursos e benefícios do governo, convém que a instituição de ensino superior atinja patamares satisfatórios de avaliação da CAPES.

Notadamente, os cursos novos acabam sendo mais exigidos, pois as avaliações são feitas caso a caso e, ao serem “confrontados com o conjunto do sistema, acabam levando bomba mesmo tendo sido aprovados recentemente” (INFOCAPES, 2002, p.6). O autor também chama à atenção de que a boa pós-graduação é aquela que tem no seu nascedouro grupos de pesquisa já consolidados e em torno dos quais o programa deveria se organizar.

Esse caráter generalizador acaba por dificultar o entendimento de qual pesquisador estamos falando, se do mestre pesquisador ou do doutor pesquisador. Para entender o texto, foi preciso retroagir no tempo, apenas o estritamente necessário para tal entendimento. Baseado no Parecer 977/65 do extinto MEC/CFE, o Mestrado, inicialmente, tinha um caráter de “grau terminal”. Mesmo exigindo um trabalho de pesquisa para conclusão daquele grau, rezava o parecer que o curso era para aqueles “que não possuem vocação ou capacidade para a atividade de pesquisa”. Era, portanto, a fase inicial da capacitação, tendo como seqüência o Doutorado, que deveria ser cursado se o candidato percebesse ter vocação para a pesquisa.

O objetivo desses cursos superiores era, então, a formação de “pesquisadores” ou “docentes” e, àquela época, em fases seqüenciais, já que existia a obrigatoriedade do Mestrado concluído para cursar o Doutorado, o que implicava num tempo maior à titulação necessária para exercer a função de docente na pós-graduação.

A partir dos anos 80, com o aumento da complexidade do mercado “não-acadêmico” e a crescente demanda pela sofisticação de seus produtos, os egressos da pós-graduação passaram a ser alvo fixo desse mercado em função da queda do prestígio das profissões ditas acadêmicas e a ênfase no *business*. Esses foram redirecionados para as carreiras não-acadêmicas. Foi preciso, uma melhor definição da missão do Mestrado acadêmico no que tange à sua especificidade.

O rumo que tomou a pós-graduação, a partir daquela data, no que se refere à demanda e ao seu atendimento, deve-se principalmente, segundo Guimarães e Caruso (1996, p.9), à distribuição dos recursos financeiros do Governo. Os autores apontam como uma das causas a “crise em que vive” o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT - e que representa “o principal instrumento financeiro de fomento à infra-estrutura da pós-graduação”, uma situação que se contrapõe ao *status* da CAPES que, através do Programa de Apoios Institucionais vem cumprindo seu papel de “fiadora”, “catalisadora” e “animadora”. Acredita-se, todavia que os investimentos foram, até aqui, insuficientes.

No Brasil, os cursos em nível de Pós-graduação, têm suas características determinadas com base nas leis que regem a educação superior no Brasil e às normas pertinentes à pós-graduação expedidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), Ministério de Educação (MEC) e Fundação e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Os estudos pós-graduados *stricto sensu* foram implantados no País após a reforma universitária a partir de 1968. Segundo Almeida (1993), foram concebidos para atender a três motivos fundamentais: a) formar professorado competente que possa atender à expressão quantitativa do ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; b) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio de preparação adequada de pesquisadores; c) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores.

Têm a denominação de pós-graduação aqueles cursos que estão condicionados ao pré-requisito de que os discentes tenham concluído um curso de graduação. No Brasil, esses cursos se subdividem em dois níveis: a pós-graduação *lato sensu* e a pós-graduação *stricto sensu* (CASTRO, 2002, p.136). A Pós-graduação *lato-sensu* se caracteriza como uma espécie de extensão de graduação. Tem como objetivo o aperfeiçoamento e/ou especialização da formação profissional básica alcançada na graduação realizada. A Pós-graduação *stricto-sensu* é considerada como a pós-graduação propriamente dita, e se subdivide em dois níveis seqüenciais: o Mestrado e o

Doutorado. Tem como objetivo a formação acadêmica, mais especificamente focada na formação de pesquisadores. O regime de dedicação dos docentes é, via de regra, exclusivo.

Cada nível tem seu elemento definidor (SEVERINO, 2002, p.137): “a pós-graduação *lato sensu* tem como elemento definidor o ensino e a pós-graduação *stricto sensu* a pesquisa”, motivo pelo qual se passou, por uma questão de preferência, a utilizar o termo programa para a pós-graduação *stricto sensu* – Programa de Pós-Graduação ou Programa de Estudos Pós-graduados, quando se trata de Mestrado e Doutorado, e para graduação *lato sensu*, Curso de Especialização ou Curso de Aperfeiçoamento. Segundo o mesmo autor, o “termo curso se liga diretamente ao ensino, e seu centro é um elenco de disciplinas que os alunos devem cursar. A pós-graduação *stricto sensu*, além do ensino, envolve como elemento central, a pesquisa. Usa-se o termo programa para abarcar tanto as atividades de ensino como de pesquisa”.

Essa diferenciação consta do texto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, Artigo 44:

A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

I – cursos seqüenciais...;

II – de graduação...;

III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados. (BRASIL, 1996)

Além do mestrado acadêmico há outra modalidade de mestrado denominado mestrado profissionalizante, o documento emitido pela CAPES, quando da sua criação dos mestrados profissionalizantes – Portaria 080/98, evidencia em sua redação a natureza qualitativamente diferente dos mestrados acadêmicos, ao enumerar suas principais características:

- a) articulação entre uma base de pesquisa consolidada;
- b) produção científica e técnica;
- c) corpo docente qualificado academicamente e com experiência gerencial;
- d) desenhos curriculares e estratégias inovadoras de ensino, aprendizagem claramente articuladas às experiências profissionais dos alunos e às demandas da sociedade.

Os programas de Pós-graduação acadêmica, na forma como vêm sendo compreendidos, têm a missão de formar pesquisadores efetivamente e não poderiam, portanto, atender às expectativas com relação aos papéis profissionais, desenhados. Através do documento acima aludido, outra característica de diferenciação se evidencia entre os dois mestrados: a qualidade do corpo docente que, por um lado, é essencial, por outro não é obrigatoriamente medida em função da produção de

artigos em revistas Qualis A, como acontece com os mestrados acadêmicos. Uma distinção também importante e que deve ser observada é que a pós-graduação profissional, ou Mestrado profissional, é dirigida ao mercado empresarial que, certamente, busca outro perfil de egresso.

De acordo com os dizeres de Fischer (1977, p.99) “os programas e cursos de Administração são, informalmente, um recurso de ensino em sua estrutura e funcionamento, pois, o aluno está vivendo uma realidade organizacional enquanto aprende” a autora enfatiza assim, o caráter prático das atividades da Área de Administração, representado pelo conjunto de experiências vivenciado pelo professor e os alunos em sala de aula.

Sobre a pós-graduação profissional, não se farão maiores aprofundamentos por não fazer parte do escopo deste estudo.

A CAPES criou um modelo de avaliação nacional hegemônico. Se, até então, não havia textualizado sua preocupação com as questões regionais, cumpriu essa expectativa em documento expedido em outubro de 2005, sobre as Diretrizes e os Parâmetros de Avaliação de Proposta de Cursos Novos de Mestrado Acadêmico e de Doutorado no item 3 – Parâmetros de Análise – item a – caracterizando a proposta: “a instituição de ensino superior deverá descrever a importância do curso no contexto do seu plano de desenvolvimento e a relevância e o impacto regional da formação dos profissionais com o perfil previsto”.

Na mesma proposta, encontram-se também os critérios CAPES (2005), que devem ser seguidos rigorosamente pelos programas, que fundamentaram teoricamente o estudo ora realizado e estão assim discriminados:

- a) corpo docente: docentes permanentes, docentes colaboradores e docentes visitantes, com o total de oito, no Mestrado, e 12, no Doutorado;
- b) todos devem ter título de doutor;
- c) devem atuar em áreas de especialização consistentes e coerentes com as áreas de concentração e linhas de pesquisa do curso;
- d) a produção bibliográfica, avaliada de forma qualitativa, tecnológica e técnica do corpo docente permanente do curso deve ser consistente com suas linhas de pesquisa;
- e) os grupos de pesquisa, os temas para orientação dos discentes e as disciplinas devem estar articulados com as linhas de pesquisa – os projetos de pesquisa devem ser coerentes com a especialização e o tipo de formação pretendida.
- f) um grupo de pesquisa, no mínimo, no caso de Mestrado, e dois grupos, no caso de Doutorado – registrados na Plataforma *Lattes*.

Pela redação apresentada, os programas devem manter total coerência em todas as suas ações, especificamente nos itens d: produção bibliográfica, consistente com suas linhas de

pesquisa, (do programa); item e: grupos de pesquisa, temas para orientação articulados com linhas de pesquisa, e também projetos de pesquisa coerentes com a especialização e o tipo de formação pretendida.

Segundo a CAPES, as linhas de pesquisa devem expressar a especificidade de produção de conhecimento da respectiva área de concentração, ou seja, representar um recorte específico e bem delimitado desta. O corpo docente permanente deve ser capaz de sustentar adequadamente as linhas de pesquisa. Cada linha de pesquisa deve contar com a participação de, no mínimo, quatro docentes permanentes. As disciplinas devem estar alinhadas às linhas de pesquisa.

Para melhor compreensão, alguns elementos conceituais são apresentados, sobre área de concentração: a) de acordo com a CAPES, corresponde à área de conhecimento do programa, ou seja, os contornos gerais do programa, ou ainda, os contornos gerais de sua especificidade na produção do conhecimento e na formação esperada; b) conforme o Conselho Federal de Educação – CFE, trata-se da “reunião de conteúdos afins” (Parecer 69/72).

Observe-se que no conceito de área de concentração encontra-se implícito o princípio de integração que, de acordo com Fischer (1972, p.105) determinaria uma abordagem interdisciplinar do conhecimento, além do estabelecimento de “nexos entre as disciplinas com vistas à consecução de objetivos de ensino, mas da ocorrência da interação entre o pessoal envolvido no atingimento dos mesmos”. Dando continuidade ao seu raciocínio, a mesma autora afirma que “ao se pretender a integração entre diferentes ramos do conhecimento, supõem-se a interação entre especialistas de diferentes disciplinas” a ênfase é dada ao envolvimento dos profissionais.

Na mesma vertente, a CAPES define interdisciplinaridade como: (RECUO)

[...] a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência ou da tecnologia, que possa fazer surgir um novo profissional com um perfil distinto dos já existentes, com uma formação de base sólida e integrada, e ao mesmo tempo transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos e ou novas disciplinas, o corpo docente deve ter uma formação disciplinar diversificada, mas coerente com as áreas de concentração, linhas ou projetos de pesquisa integradores (INFOCAPES, 2002, P.50).

Nesse contexto, a expressão “área de conhecimento ou campos do conhecimento” foi substituída pela palavra “disciplina”.

Embora a CAPES apregoe a interdisciplinaridade como princípio para as atividades da área vale considerar que no universo da academia, segundo Aran citado por Hoff (2007) as disciplinas se caracterizam pelo acentuado “senso de autonomia pela definitividade e estabilidade.” Entende-se a partir daí, que, para se atingir o objetivo perseguido pela CAPES carece examinar na prática, se os

demais quesitos vistos como necessários para que a interdisciplinaridade aconteça, já foram atendidos pelos programas.

Se assim for, várias idéias de campos distintos do conhecimento devem estar contribuindo para a área em questão, podendo-se afirmar que a disciplina se constitui em um sistema de idéias. Então, conforme definição de Fischer (1972) se,

a disciplina é vista como um sistema de idéias, ao se estruturar, adquire uma configuração própria, pode-se entender a Administração como uma área de conhecimento, pelo menos multidisciplinar, pois obviamente muitas disciplinas para ela contribuem”.

Conforme Hoff et al (2007) quando se menciona “multidisciplinaridade” está se referindo a possibilidade de se tratar um objeto de estudo a partir de múltiplas facetas de modo a abranger toda a sua complexidade.

Na busca de melhor entendimento do texto apresentado pela CAPES verificou-se, inicialmente, que o significado da palavra consistente é o que tem base bem estruturada e coerente, a segunda palavra em destaque, articulado, significa ajuste entre partes e, por último, coerência, que significa lógica ou harmonia entre dois fatos ou idéias (Dicionário Antonio Houaiss). Tais significados parecem remeter à mesma idéia de harmonia, em se tratando de um todo coeso, como parece ser, os conhecimentos oferecidos pelos docentes para atuar nos programas devem seguir o mesmo princípio, ou seja, a área de formação oferecida pelo docente/pesquisador deve ser igualmente coerente com a área em que pretende atuar, - é o que se pensa *a priori* -, mas observem-se, na continuidade, as orientações CAPES (2002)

O programa deve verificar se a formação dos docentes é diversificada quanto a ambientes e instituições; valorizar os indicadores de atualização da formação e de intercâmbio em outras instituições. É recomendável que o núcleo docente permanente de um programa seja egresso de diferentes programas de Pós-graduação, apresentando relativa heterogeneidade na formação acadêmica; nos casos em que houver concentração superior a 40% de docentes titulados em nível de doutorado por um mesmo programa de Pós-graduação, recomenda-se fortemente a participação desses docentes em estágios de pós-doutorado em outros programas, de forma a diminuir a influência desta endogenia acadêmica. Vale acrescentar que, endógeno é qualidade do que é originado no interior do organismo ou sistema, ou por fatores internos.

Nota-se, pela redação apresentada, que o entendimento desta Agência de Fomento caminha em outra direção, acredita-se que sejam expressões de sua posição favorável ao conhecimento diversificado no que tange à formação docente.

Durante muito tempo, o principal objetivo da Pós-graduação no Brasil foi formar pesquisadores e docentes com titulação formal de nível superior. Na visão dos mais otimistas, essa empreitada foi realizada com sucesso, considerando-se apenas os números publicados. Na realidade, tal objetivo foi alcançado, pontualmente, em função das diferenças e dificuldades enfrentadas regionalmente pelas instituições de ensino superior.

Pode-se verificar a evolução do número de docentes na pós-graduação e sua relação com o número de alunos matriculados em equivalente Doutorado, que aponta que, para cada três alunos de Mestrado, há um aluno de Doutorado, para efeito de capacidade de orientação do corpo docente permanente, como está expresso na Tabela 06.

Tabela 06: Docentes na pós-graduação e alunos matriculados – 1987 – 2003

Ano	Docentes (1/) [D]	Alunos Matriculados (dezembro)			Relação (M/D)
		Mestrado	Doutorado	Equivalente Doutor $M=Md+Mm/3$	
1987	13.349	29.281	7.914	17.674	1,32
1988	15.374	31.451	8.441	18.925	1,23
1989	16.323	32.472	9.671	20.495	1,26
1990	17.542	37.789	11.210	23.806	1,36
1991	17.726	37.865	12.219	24.841	1,40
1992	18.405	38.459	13.689	26.509	1,44
1993	19.044	39.509	15.625	28.795	1,51
1994	20.243	43.612	17.912	32.449	1,60
1995	21.247	46.152	20.095	35.479	1,67
1996	23.644	45.622	22.198	37.405	1,58
1997	25.354	47.788	24.528	40.457	1,60
1998	24.412	50.816	26.828	43.767	1,79
1999	28.026	57.044	29.998	49.013	1,75
2000	27.528	61.614	33.004	53.542	1,95
2001	27.766	65.309	35.134	56.904	2,05
2002	30.014	68.340	37.728	60.508	2,02
2003	32.354	72.001	40.213	64.213	1,98

(1/) 1987-1995: Docente permanente. 1996-2003: Total de docentes.

Fonte: CAPES/MEC.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Na perspectiva das grandes áreas do conhecimento, o aumento do número de docentes é realmente animador, se for considerado esse item isoladamente. O impacto é muito menor se tomados o número de docentes titulados e a população dos discentes matriculados, conforme Tabela 7. Segundo Marchelli, (2005, p.9), acompanhando a tradição e os moldes de formação no Brasil, até o ano de 1985, 40% dos doutores em atividade tinham obtido titulação em instituições de ensino estrangeiras. Uma mudança significativa pode ser notada, nos anos seguintes, na evolução da pós-graduação, em função das políticas de expansão.

As Tabelas 7 e 8, apresentadas a seguir, ilustram a evolução da Pós-graduação no Brasil, período: 1987-2003. Na primeira tabela foram considerados os programas, os docentes e os discentes nos dois níveis de formação: Mestrado e Doutorado e na segunda foram consideradas as grandes áreas do conhecimento.

Tabela 07: Evolução da Pós-graduação no período 1987 – 2003

	Anos								
	1987	1989	1991	1993	1995	1997	1999	2001	2003
Programas	815	919	1.019	1.120	1.230	1.274	1.424	1.551	1.819
Titulados Doutorado	868	1.047	1.489	1.803	2.528	3.620	4.853	6.040	8.094
Titulados Mestrado	3.647	4.727	6.811	7.609	9.265	11.922	15.380	20.032	27.630
Alunos Novos Doutorado	1.786	2.416	3.509	4.132	5.331	6.199	7.903	9.101	11.343
Alunos Novos Mestrado	9.440	11.432	12.768	13.633	17.746	17.570	23.837	28.074	35.305

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Relatório Final da Avaliação Trienal da Pós-graduação** - Período Avaliado: 2001-2003. BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Tabela 08: Distribuição dos Programas por Grande Área do Conhecimento – 2004

Grande área	2004	%
Ciências da Saúde	360	19,8
Ciências Humanas	263	14,5
Engenharias e Ciências da Computação	237	13,0
Ciências Sociais Aplicadas	207	11,4
Ciências Agrárias	200	11,0
Ciências Biológicas	177	9,7
Ciências Exatas e da Terra	163	9,0
Multidisciplinar e Ensino Ciências	111	6,1
Linguística, Letras e Artes	101	5,6
Total	1.819	100,0

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Relatório Final da Avaliação Trienal da Pós-graduação** - Período Avaliado: 2004. BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Ainda, de acordo com os dados coletados por Marchelli (2005), referentes ao ano 2000, dos pesquisadores atuantes no Brasil, mais de seis, em cada dez, formaram-se em instituições do Estado de São Paulo; do total, 37% obtiveram seus títulos na Universidade de São Paulo, pólo reconhecidamente aglutinador de formação de profissionais de qualidade. Essa mudança se acentuou a partir da década de 90, com o movimento em direção às instituições e/ou programas localizados em outras regiões do País – Nordeste e Sul, gerado pelo esforço conjunto da comunidade interessada em oferecer uma formação com qualidade.

Pesquisas recentes realizadas pela CAPES apontam que no triênio 2004-2006 o número de programas da Área de Administração cresceu mais de 45%, ou seja, de 51 programas credenciados em 2004 passou para 74 em 2007, observou-se também um crescimento considerável no número de cursos de doutorado (42%) foram 12 os cursos avaliados em 2004 passando para 17 cursos avaliados em 2007 (CAPES, 2004-2006).

Com o aumento do número de cursos, notadamente, houve um crescimento do número de doutores formados. Dois outros itens acompanharam esse fenômeno: a diminuição do tempo médio para obtenção do título e a participação expressiva do sexo feminino nos cursos e doutorado.

Portanto, outro fator que merece atenção é a localização do programa ou região onde está inserido. O Quadro 2, abaixo, apresenta a distribuição dos Cursos de Pós-graduação por Região.

Quadro 02: Distribuição dos Cursos de Pós-graduação por Região

Região	2004		
	Mestrado	Doutorado	Total
Norte	58	18	76
Nordeste	280	106	386
Sudeste	1.027	679	1.706
Sul	362	175	537
Centro-Oeste	114	42	156
Total	1.841	1.020	2.861

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Os dados apresentados demonstram diferenças significativas entre os números de cursos oferecidos para a formação pós-graduada nas diferentes regiões do País, o que poderia indicar carência de pesquisadores principalmente nas Regiões Norte e Centro-Oeste.

A explicação pode estar nas variáveis dificultadoras enfrentadas pelo candidato a pesquisador, dentre elas, a região do país onde o egresso se encontra. Esse caráter generalizador abrange docente/pesquisador em nível de Mestrado e de Doutorado. Para melhor esclarecer a questão, os autores recorrem aos levantamentos quantitativos, algumas vezes aliados às interpretações qualitativas.

Outras particularidades chamam a atenção nos estudos pós-graduados; com relação ao alunado - o corpo discente - este deve ter características distintas daquelas exigidas na graduação.

Nessa perspectiva, outros fatores concorrem para que se atinjam bons resultados: considerar o perfil do professor sendo indispensável observar as disciplinas constantes dos currículos, além de atentar para as modalidades de ensino-aprendizagem no ensino de Administração, sendo aquelas mais usuais: os seminários, o método de casos e os jogos de empresa. Seja nos trabalhos realizados individualmente ou em grupo deve acompanhar a natureza e a estrutura da Área que é regida pelos princípios de interatividade, flexibilidade, realidade, inovação e organização. Com a adoção destes princípios supõe-se que se esteja contribuindo para a aprendizagem através da experiência (FISCHER, 1977).

A literatura elege com o perfil ideal o professor capaz de criar, nos seus alunos e orientandos, as competências para que eles possam seguir a sua trajetória, tanto para o trabalho nas empresas quanto no trabalho docente e na pesquisa.

Com um quadro de docentes capaz de ministrar bem as disciplinas sob a sua responsabilidade, quer no plano formal quer em conteúdo, a produção do conhecimento científico e tecnológico de boa qualidade se tornará viável, significando que o programa estará cada vez mais ajustado e em condições de cumprir a missão da instituição de ensino superior à qual pertencem.

Mesmo no universo das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que parece ser menos heterogêneo do que o complexo sistema das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil é bastante difícil a tarefa de transformar a capacitação em um indicador ou operacionalizá-la para que possa ser medida. No Brasil, imitando as universidades internacionais – principalmente a norte-americana – a titulação acabou sendo um indicador de diferenciação, apoiado na idéia de que quanto maior a titulação formal maior será a qualidade do corpo docente. Na proposta fundadora da pós-graduação brasileira, já era evidente a questão da capacitação docente, mesmo porque disso depende o exercício regular dos cursos superiores.

No entanto, o programa de ampliação de matrículas nesses cursos objetivou dar treinamento adequado ao professor universitário com a utilização dos cursos de pós-graduação como instrumento de treinamento. Destarte, observou-se que os docentes mais titulados começaram a se afastar das atividades de ensino de graduação, na qual reside o componente básico da missão universitária, um efeito por certo perverso da “bem sucedida” pós-graduação brasileira (GUIMARÃES; CARUSO, 1996).

De acordo com os mesmos autores, baseando-se apenas na titulação, à medida que vai aumentando o número de doutores, o indicador de capacitação vai perdendo o caráter discriminatório, o que já ocorre em algumas áreas do conhecimento, como a Física, por exemplo. Com essa massificação, criou-se um segmento de docentes/pesquisadores que, após obter o seu diploma, abandonaram a sala de aula sem produzir qualquer “escrito” relevante e engrossam as estatísticas como docentes capacitados. Devido a isso, cresceu a preocupação com a incorporação de outros componentes de produtividade científico e tecnológico para o aprimoramento dos instrumentos de avaliação da capacitação docente e das medidas necessárias para capacitação que, na década de 90, aconteceu de duas maneiras: a) através de programas de incentivo à capacitação docente: as instituições liberam os professores para freqüentar cursos de pós-graduação, com manutenção do salário e demais vantagens. Em algumas instituições, além da manutenção do salário, eles ainda recebem bolsas complementares; em alguns casos, o docente afastado é substituído por um docente horista; b) o estímulo à abertura de concursos públicos com vagas privativas para professores já titulados.

Com o afastamento dos docentes e as necessidades de qualificação detectadas, as universidades passaram a convidar docentes visitantes com titulação de doutor para permanecer durante um período em seus diversos departamentos – um professor, na forma tradicional, um docente – pesquisador altamente qualificado – vinculado a outra instituição que, quase sempre, acaba celebrando contratos administrativos mais longos e ao final pode resultar em abertura de vaga para concurso público. Podem participar dessa modalidade tanto jovens doutores, os bolsistas recém-doutores do CNPq quanto recém-aposentados contratados pela própria universidade. Embora não seja um procedimento da maioria das universidades, a absorção do professor visitante em seu corpo docente tem colaborado para a capacitação docente e contribuído para o fortalecimento e a sedimentação das linhas de pesquisa.

Na visão de Severino (2002, p.75),

[...] a linha de pesquisa deve ser entendida como um núcleo temático suficientemente delimitado que reflita a especialidade e as competências dos docentes do Programa, e as linhas de pesquisa devem se constituir em elemento norteador para definição dos núcleos de estudos, para o delineamento da temática das dissertações e teses, para a produção científica dos docentes e discentes.

No entendimento do autor, a constituição e o desenvolvimento das linhas de pesquisa devem ser obra de “um sujeito coletivo”. É mais interessante que a produção seja coletiva, que o Programa tenha poucas linhas de pesquisa e que envolva vários de seus docentes e discentes. Assim, a linha de pesquisa deveria ser criada caso coincidissem com os interesses de seus vários pesquisadores com suas competências e também com os objetivos comuns.

Na verdade, o que se objetiva é constituir uma equipe de pesquisadores coesa e bastante integrada com seus discentes, com o intuito de se obter uma produção bibliográfica de qualidade, de preferência, com inserção internacional.

Um dos critérios que é considerado importante pela CAPES, para inferir a qualidade de um programa, são as publicações resultantes das dissertações. Sendo assim, deve-se supor que cada tese concluída, se for de boa qualidade, deveria acrescentar ao menos uma publicação.

Na opinião de Moreira *et al.* (2004, p.31), a valorização dada às publicações em periódicos indexados é exagerada. Segundo o autor, "há que circular teorias para que se dê a expansão do conhecimento e que paradigmas sejam aceitos ou não, sem deixar de reconhecer que esta é apenas uma parte do processo de fazer ciência", citando a obra de Thomaz Kuhn.

Percebe-se, nos critérios de avaliação CAPES, um realce especial à figura do pesquisador, mesmo que alguns autores rejeitem a dicotomia - pesquisador, professor e orientador - não se pode negar o efeito na avaliação final do programa se, no quadro, existirem pesquisadores "fortes" na produção de seus trabalhos. Aqui se esbarra na complexa indagação para se saber até que ponto essa dedicação em escrever e publicar textos em revistas indexadas poderá favorecer ou prejudicar a transmissão de conhecimentos, bem como a interação com os discentes, o que, ao longo do tempo, poderia colocar, talvez, o ensino numa posição secundária, uma vez que, no atual processo de avaliação da pós-graduação, a produção bibliográfica é o quesito que realmente diferencia as instituições universitárias de maior prestígio.

A tabela 09, a seguir, apresenta dados resultantes da comparação entre os trabalhos publicados em periódicos de circulação internacional no Mundo, na América latina e no Brasil.

Tabela 09: Trabalhos publicados em periódicos de circulação internacional: comparação Brasil, América Latina e Mundo – 1981 a 2003.

Ano	Brasil (A)	América Latina (B)	Mundo (C)	% (A)/(B)	% (A)/(C)
1981	1.923	5.789	454.021	33,2	0,42
1982	2.220	6.353	466.671	34,9	0,48
1983	2.256	6.638	475.611	34,0	0,47
1984	2.329	6.670	475.199	34,9	0,49
1985	2.360	7.098	508.604	33,2	0,46
1986	2.521	7.640	528.017	33,0	0,48
1987	2.565	7.979	524.805	32,1	0,49
1988	2.815	8.243	545.167	34,2	0,52
1989	3.142	9.033	565.114	34,8	0,56
1990	3.597	9.833	579.640	36,6	0,62
1991	3.935	10.321	594.696	38,1	0,66
1992	4.650	11.633	631.287	40,0	0,74
1993	4.461	11.764	623.176	37,9	0,72
1994	4.857	12.872	658.428	37,7	0,74
1995	5.482	14.433	688.228	38,0	0,80
1996	6.008	15.868	698.193	37,9	0,86
1997	6.712	17.626	703.804	38,1	0,95
1998	8.037	19.657	729.574	40,9	1,10
1999	9.052	21.841	743.229	41,4	1,22
2000	9.676	22.979	742.207	42,1	1,30
2001	10.686	24.877	759.834	43,0	1,41
2002	11.423	26.200	756.129	43,6	1,51
2003	12.627	28.428	813.233	44,4	1,55

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Relatório Final da Avaliação Trienal da Pós-graduação** - Período Avaliado: 1981-2003.

Os números apresentados indicam oscilações na produção desse tipo de trabalho no Mundo, em termos percentuais, no Brasil, no entanto, é visível o seu crescimento.

Dentre os esforços da CAPES, no sentido de avaliar e qualificar a produção científica no Brasil está a criação da base Qualis em 2004, que, no estágio inicial, teve seus critérios de classificação considerados precários e trazia conseqüências aos resultados emitidos.

Em função da credibilidade da Capes, como órgão avaliador dos programas de pós-graduação, a aceitação da base Qualis para avaliação dos periódicos se deu prontamente tanto pelos docentes quanto pelos pesquisadores. Assim, de instrumento auxiliar de avaliação dos programas, passou a ocupar posição central, determinante talvez dos rumos da produção editorial, de acordo com (BONINI, 2004, p.141-159). Nas categorias de classificação elaboradas para a base Qualis, o autor detectou dois problemas: “a circulação ou distribuição a ser tomada como elemento central, ao se elegerem como base de classificação as categorias ‘local, nacional e internacional’, e apontou como aspectos complicadores o entendimento da comunidade acadêmica de que essa nomenclatura indica níveis ascendentes de qualidade e a distribuição como item de maior

complexidade na avaliação de periódicos e as citações pelos programas de pós-graduação não provoca aumento na circulação e tampouco da qualidade da revista”.

Tem razão o autor, quando afirma que, na prática, há o risco de se encontrar um trabalho de um excelente pesquisador em periódicos que não tiveram avaliação nível A. Há, ainda, o risco de algumas revistas, que não são tão bem sucedidas, serem cotadas como internacionais e, em consequência, inseridas no *ranking* nos primeiros lugares, junto às melhores.

Bonini (2004) sugere, então, uma alteração na nomenclatura das categorias classificatórias da qualidade editorial dos periódicos para alta, média e baixa e a diferenciação das publicações em nacionais e estrangeiras, para facilitar a identificação da origem do periódico, ao invés de se basear no modo de circulação. Afirma, também, que, na base Qualis, é possível encontrar em determinada área de conhecimento, periódicos de outras áreas, tornando confusa a classificação, como se naquela área seus integrantes tivessem conhecimento e meios para avaliar os periódicos das outras áreas. Nesses dizeres, está se referindo ao modo como essa avaliação e a classificação estão sendo realizadas na área de Letras/Linguística.

Para a inserção de novos pesquisadores, neste cenário, é imprescindível que os discentes ingressos na pós-graduação sejam acompanhados em seus projetos de pesquisa. Na proposta de Pardo (1999), é da responsabilidade do docente discutir a elaboração e execução do projeto nas suas diversas etapas, em trabalho conjunto com o aluno, definir as dificuldades, fornecer sugestões sobre as diferentes maneiras de agir, para solucioná-las, sem isentá-los do empenho para superar as dificuldades pessoais e, assim, poderem obter resultados positivos.

Um bom professor orientador se afirma pelos seus bons textos, por suas pesquisas bem estruturadas e frutíferas e por suas bem-sucedidas orientações de trabalhos acadêmicos. Com base nesse pensamento, implantou-se no Brasil um modelo de universidade voltada para a pesquisa, com hierarquização dos itens que compõem a missão da instituição na qual a pesquisa científica é, de longe, mais valorizada do que as demais atividades (PARDO,1999).

O pesquisador deve desenvolver qualidades que habilitem o estudante para a pesquisa, dentre as quais se destacam: o preenchimento, em função da especificidade da atividade de pesquisa, dos aspectos de formação que devem ser tratados dentro de parâmetros que garantam uma formação bem-sucedida.

Na outra vertente, encontram-se os livros de metodologia de pesquisa, as obras do tipo “como fazer” que têm por objetivo “orientar” a realização da pesquisa nas suas várias etapas: a descrição das características do projeto; a definição dos conceitos necessários para fundamentação do estudo; a enumeração dos procedimentos de coleta e de análise de dados e, finalmente, a elaboração do relatório de pesquisa (OLIVEIRA,1997; SALOMON, 1999; FIGUEIREDO, 2004). Esses

procedimentos são válidos para qualquer área do conhecimento, inclusive para a Área de Administração.

Com a apresentação da seção sobre o ensino superior procurou-se teoricamente fundamentar o posicionamento do CFA em relação à necessidade de formação básica de graduação na área de Administração no cenário organizacional que constitui em uma das correntes mencionadas no problema de pesquisa. A seção seguinte, sobre a Pós-graduação no Brasil, busca evidenciar a segunda corrente de pensamento que se refere à opção da CAPES pela diversidade da formação docente com destaque na produção bibliográfica - item considerável na avaliação realizada por aquele órgão -.

Com o intuito de mostrar em qual das correntes se situam as características da formação e da atuação dos docentes, são identificadas as áreas de formação acadêmica e as áreas de atuação profissional e seus respectivos cruzamentos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo se ocupa em apresentar os procedimentos metodológicos aplicados a presente investigação.

Segundo Minayo (1994, p. 16), pode-se entender metodologia como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”: Apoiado nesse conceito procurou-se desenhar um caminho que permitisse conhecer um pouco da realidade dos programas de Pós-graduação em Administração da Região Nordeste. O capítulo encontra-se dividido em cinco partes, sendo a primeira a que aborda a natureza da pesquisa e as demais tratam de aspectos referentes ao universo, às dimensões e variáveis da pesquisa, às técnicas de pesquisa e ao tratamento dos dados.

3.1 NATUREZA DA PESQUISA

O presente estudo se constitui num trabalho de caráter exploratório e descritivo. Exploratório, na medida em que procura alargar o grau de conhecimento sobre os programas de Pós-graduação em Administração; descritivo, na medida em que apresenta somente as características de determinados aspectos dos programas em questão, ou seja, as características da formação acadêmica e a atuação profissional dos seus docentes permanentes.

Segundo Figueiredo (2004), nesta modalidade de pesquisa as barreiras que surgirem podem ser detectadas e contornadas através de estudo exploratório. E também, a pesquisa exploratória é a considerada a mais indicada quando existe pouca informação sobre o assunto, pois, segundo Vergara (2004, p.47), a pesquisa exploratória “é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado e por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses, que, por ventura, podem surgir durante ou ao final da pesquisa”. Esse é um método apropriado para as etapas iniciais da investigação, quando o conhecimento e a compreensão do fenômeno, por parte do pesquisador não são suficientes.

Com amparo no conceito de Cervo e Bervian (1983, p.55) pode-se afirmar o caráter descritivo do estudo:

a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos do mundo físico e especialmente do mundo humano, sem interferência do pesquisador, procura descobrir com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características, busca conhecer as diversas situações que ocorre na vida social, política econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos de comunidades mais complexas.

Sendo assim, tal procedimento pareceu apropriado no momento, em função da finalidade que se pretende alcançar, ou seja, a de conhecer um pouco da realidade dos programas de Pós-graduação do Nordeste, especificamente aqueles que se referem à realidade dos seus docentes/pesquisadores. Assim, optou-se por realizar pesquisa documental e elegeu-se a *Plataforma Lattes* pela credibilidade que goza nos espaços acadêmicos e fora deles.

A *Plataforma Lattes* representa a experiência do CNPq na integração de bases de dados de currículos e de instituições da área de Ciência e Tecnologia em um único Sistema de Informações, cuja importância atual se estende, não só às atividades operacionais de fomento do CNPq, como também às ações de fomento de outras agências federais e estaduais (PLATAFORMA LATTES, 2006).

De iniciativa do CNPq, o Banco de Currículos, precursor da *Plataforma Lattes*, foi criado no final da década de 1980. Em meados de 1990, a *Plataforma Lattes* foi lançada e padronizada como o formulário de currículo a ser usado. É considerado um sucesso, atualmente com 800 mil currículos cadastrados, possibilitando, em função da facilidade operacional, o acesso a informações completas que podem ser prontamente visualizadas e compiladas pelo público interessado. As avaliações são feitas *por pares*, segundo Luiz (2005). Para esclarecer o significado da expressão *por pares* cita-se o autor Andrade (2005, p. 939):

O sistema de avaliação, *por pares (peer review)*, deve ser pautado no mérito acadêmico-científico-tecnológico do pesquisador ou do curso e utilizar critérios qualitativos, admitindo-se, no entanto, que subsidiariamente se utilizem critérios quantitativos. Os critérios precisam ser amplamente conhecidos (e legitimados), as mudanças requerem amplo debate e a construção de consensos. Na avaliação por pares, necessariamente, os critérios pertencem à comunidade avaliada, e não, aos avaliadores. Caso contrário, a avaliação não seria realizada por “pares”.

Segundo Figueiredo (2004), para o cadastramento de dados curriculares, os pesquisadores devem preencher o formulário eletrônico do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), do CNPq, da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Fundação – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC). Seus dados são utilizados para:

- a) avaliação da competência de candidatos à obtenção de bolsas e auxílios;
- b) seleção de consultores, de membros de comitês e de grupos assessores;
- c) subsídio à avaliação da pesquisa e da pós-graduação brasileiras.

Desde 2002, a existência de Currículo *Lattes* é obrigatória à todos os bolsistas de pesquisa, seja de Mestrado, Doutorado e de Iniciação Científica, orientadores e outros clientes do conselho. A falta de currículo pode ocasionar a suspensão de pagamentos e a renovação de bolsas.

A partir do desenho apresentado no currículo *Lattes*, a pesquisa teve como objetivo principal identificar as congruências existentes nas relações entre as variáveis: titulação, disciplinas ministradas, projetos de pesquisa, orientações e publicações que o docente/pesquisador construiu.

Uma das dificuldades iniciais foi definir que objetivos e/ou questões poderiam orientar a coleta de dados. Deu-se então, realce às informações trazidas pelo documento utilizado para coleta de dados – o *Currículo Lattes*.

Mesmo com o emprego dessa flexibilidade que o método oferece, há necessidade, como em todo trabalho de caráter acadêmico, de sistematizar e indicar as suas etapas. A presente pesquisa foi desenvolvida conforme etapas descritas a seguir.

3.2 UNIVERSO DA PESQUISA

A pesquisa realizada envolveu os programas de pós-graduação acadêmicos *stricto sensu* em Administração, localizados nos estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba.

No quadro a seguir, apresentam-se dados gerais dos programas que serviram de base para o estudo.

Quadro 03: Dados Gerais dos Programas de Pós-graduação

UFBA	<p>A Universidade Federal da Bahia, criada pelo Decreto-Lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946, e reestruturada pelo Decreto nº 62.241, de 8 de fevereiro de 1968, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-científica, nos termos da Lei e do seu Estatuto. A partir do início da década de 1970, foram implantados os primeiros cursos de pós-graduação – inicialmente em nível de Mestrado –, dentro de uma política nacional de qualificação de docentes universitários, preparação de quadros profissionais avançados e incremento às atividades de pesquisa pura e aplicada. A UFBA tem 29 unidades de ensino; em 2004, ofereceu 56 cursos de Graduação, 43 cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> (especialização e atualização), 41 cursos de Mestrado, três cursos de Mestrado Profissional e 17 cursos de Doutorado, além de 26 especialidades de Residência Médica.</p>
UFPE	<p>A Universidade Federal de Pernambuco, criada pelo Decreto-Lei da Presidência da República n.9.388, de 20 de junho de 1946, possui 354.909 m2. de área construída, 676 laboratórios e 393 salas de aula. Oferece seus cursos, distribuídos em dez centros, 67 departamentos com vínculo com a graduação – 62 cursos – e pós-graduação – 108 cursos – congregados em quatro grandes áreas do conhecimento. Na área de pesquisa e de pós-graduação, a UFPE é bem avaliada, possuindo a 7ª. melhor produção científica nacional entre as universidades federais. Está ainda em 7º. Lugar entre todas as instituições brasileiras, de acordo com o Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No ano de 2004, a Universidade Federal de Pernambuco contava com mais de 25.000 alunos matriculados, sendo 20.500 dos cursos de graduação, 2.484, dos cursos de especialização, 2.489, dos Mestrados e 1.199, dos Doutorados. Há, ainda, 389 alunos do Colégio de Aplicação, que oferece ensino médio. O quadro de professores é formado por 1.647 docentes efetivos. Desse total, 980 têm título de Doutorado e/ou Pós-doutorado, 451 de Mestrado, 100 de Especialização e 116 possuem apenas a graduação.</p>
UFRN	<p>A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) originou-se a partir da Universidade do Rio Grande do Norte, que foi criada no dia 25 de junho de 1958, através de lei estadual, e foi federalizada no dia 18 de dezembro de 1960. Foi formada a partir de faculdades e de escolas de nível superior já existentes em Natal, como a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina, entre outras. Com a Reforma Universitária, a partir de 1968, a UFRN passou por um processo de reorganização que marcou o fim das citadas faculdades e a consolidação da atual estrutura, ou seja, o agrupamento de diversos departamentos que, dependendo da natureza dos cursos e disciplinas, organizaram-se em departamentos. Além dos diversos setores de aulas, laboratórios e bibliotecas, o Campus Central possui um Centro de Convivência com restaurante, agências bancárias, livrarias, galeria de arte e agência dos correios. No prédio da Reitoria, concentram-se o Gabinete do Reitor, as Pró-Reitorias e todos os setores da administração central. Atualmente, a comunidade acadêmica é formada por mais de 27.000 estudantes, 3.062 servidores técnico-administrativos e 1.638 docentes</p>
UNIFOR	<p>A idéia da criação da Universidade de Fortaleza, concebida pelo industrial Edson Queiroz, empresário já estabelecido no ramo da agropecuária, de gás, da indústria metalúrgica e de telecomunicações, veio, junto com o clima de expectativas e apreensão nos idos de 1970, quando o Brasil enfrentava uma das maiores crises no ensino superior devido à reduzida oferta de vagas. No Ceará, o quadro não era diferente: o número de vagas nos poucos cursos universitários, então existentes, era ofertado apenas por duas instituições públicas. A evasão de muitos jovens para outros estados, em busca da complementação de seus estudos, era inevitável, pois, nos grandes centros urbanos, outras instituições de ensino superior acenavam com acolhida às suas aspirações. O ideal de Edson Queiroz se materializou- nos mais 45 mil profissionais graduados e 4 mil pós-graduados pela Unifor. Dos 1.270 alunos</p>

	iniciais, cerca de 25 mil compõem a população atual do corpo discente dos seus 34 cursos de graduação. O corpo docente, composto de 1.100 professores, com 72% de mestres e doutores, é responsável pela supervisão de 271 projetos de pesquisas no domínio científico, tecnológico, artístico, cultural e demais ramos que possam diversificar os benefícios sociais.
UNIFACS	A Universidade Salvador – UNIFACS - instituição de ensino superior particular, fundada em 1972, com o nome de Escola de Administração de Empresas da Bahia, é mantida pela FACS e está sediada na cidade do Salvador, estado da Bahia. Atualmente, a Universidade oferece cursos de graduação; de curta duração (de formação específica e de graduação tecnológica); de pós-graduação lato sensu (inclusive MBA's) e stricto sensu (Mestrados e Doutorado), estes credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A UNIFACS foi a primeira instituição de ensino superior credenciada, no estado da Bahia, para o oferecimento de cursos na modalidade a distância, já tendo em funcionamento dois cursos de graduação e dois tecnológicos. Hoje a UNIFACS desenvolve projetos junto a órgãos de fomento à pesquisa, fundos setoriais do Ministério de Ciência e Tecnologia, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), entre outros órgãos, em parceria com empresas e organizações com forte base tecnológica.
UFPB	A Universidade Federal da Paraíba, anteriormente Universidade da Paraíba, é uma Instituição autárquica de regime especial de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, com estrutura multi-campi e atuação nas cidades de João Pessoa, Areia e Bananeiras. Tem sua origem com a criação da primeira escola de nível superior, a Escola de Agronomia do Nordeste, em 1934, na cidade de Areia. Em 1952, abrem-se o leque para a criação de novos cursos técnicos superiores na Paraíba. No ano de 1955, existiam no Estado onze escolas de nível superior, o que possibilita a criação da Universidade da Paraíba, através da Lei Estadual nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955 e sua federalização, através da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, passando à denominação de Universidade Federal da Paraíba. Em 1973, o Conselho Universitário aprova a reformulação da estrutura acadêmica da Instituição, em que são lançadas as bases para a formação de Centros como órgãos intermediários e de concentração dos Departamentos por áreas de conhecimentos básicos e profissionais.

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

O universo pesquisado abrangeu os docentes de seis dos oito programas credenciados pela CAPES e situados na Região Nordeste, sendo quatro desses programas federais - PPGA – Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, NPGA – Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia - UFBA, PPGA – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN e PROPAD – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco –UFPE - e dois particulares - PPGA – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Salvador -UNIFACS e CMA – Curso de Mestrado em Administração de Empresas da Universidade de Fortaleza – UNIFOR - totalizando 99 (noventa e nove) docentes que corresponde a 99 (noventa e nove) currículos em formulário eletrônico (*Currículo Lattes*) dos docentes/pesquisadores dos Programas em estudo. Apenas dois deles não foram inclusos: o CEPPAD – Centro de Pesquisa e Pós-graduação em Administração da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE pela dessemelhança com os demais e o CMAAd – Curso de Mestrado

Acadêmico em Administração da Universidade Estadual do Ceará- UECE, que se encontra com o *site* desativado e sem resposta às tentativas de contato através de *e-mails* e telefonemas.

O grupo de docentes/pesquisadores, tratados como objeto de estudo, atuam em caráter permanente nos programas de pós-graduação acadêmica, *stricto sensu*, em Administração nas instituições localizadas na Região Nordeste, de ambos os sexos e todos, com titulação de doutor.

Entende-se por docente/pesquisador o profissional engajado diretamente com a produção do conhecimento científico – com titulação de doutor – objeto da avaliação acadêmica de cunho formal pela CAPES e também das avaliações de caráter interno.

Tabela 10: Composição do universo estudado

Grupo	Docentes
Especificação	Permanentes, com titulação de Doutor, indiscriminadamente, atuantes nos Programas de Pós-Graduação em Administração credenciados pela CAPES, da Região Nordeste.
Total	100% (99)

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

Para chegar a esse número, foi adotado o critério do docente pertencer à categoria permanente. Os docentes visitantes e os colaboradores não foram incluídos devido ao seu caráter transitório nos programas.

3.3 DIMENSÕES E VARIÁVEIS DA PESQUISA

Com o propósito de cumprir os objetivos específicos deste trabalho, foram exploradas duas dimensões: áreas de formação acadêmica dos docentes/ pesquisadores e áreas de atuação dos mesmos nos programas acadêmicos *stricto sensu* da área de Administração.

A primeira dimensão – formação – foi medida através da variável titulação. Para a segunda dimensão – atuação – foram observadas as seguintes variáveis: áreas de atuação, disciplinas ministradas (áreas), orientações concluídas (áreas) e as publicações, enfocando a distribuição desses docentes/pesquisadores, no que diz respeito à relação entre as duas dimensões. Nessa perspectiva, o estudo objetivou delinear um perfil desses profissionais.

Para que se pudesse melhor compreender as referidas dimensões, foram escolhidos alguns aspectos a serem explorados durante a pesquisa. A busca de características da formação e da atuação dos docentes determinou a importância de se definirem, previamente, as variáveis, assim como suas respectivas definições operacionais (indicadores) e, sobretudo, o entendimento sobre o significado da titulação na ambiência onde ocorre.

Neste estudo, as variáveis componentes das dimensões formação e atuação são as mesmas sugeridas por Luiz (2006, p. 305) em sua Proposta Preliminar e Não-compactuada de Itens e Ponderação de Produção Acadêmica que apresenta as variáveis determinadas a partir dos itens observados no currículo *Lattes* e vinculados ao referencial teórico. A escolha de tais dimensões para este estudo se justifica em função de tratar-se de pesquisa documental na qual se procurou acompanhar o conteúdo e a seqüência de itens apresentados no formulário eletrônico. Em virtude do

volume de informações encontradas no currículo dos docentes foram selecionadas apenas algumas variáveis para que a pesquisa fosse viável no tempo pré-determinado.

Os significados das variáveis foram definidos operacionalmente, conforme apresentados a seguir:

Quadro 04: Variáveis e indicadores da dimensão formação acadêmica

Dimensão	Variáveis	Indicadores
Formação Acadêmica	Titulação	Graduação Doutorado

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

Entende-se por **titulação**: o nível hierárquico adquirido após conclusão do curso de graduação e pós-graduação.

Quadro 05: Variáveis e indicadores da dimensão atuação profissional

Dimensão	Variáveis	Indicadores
Atuação profissional	Áreas de Atuação	Atuação na área de Administração
		Atuação em outras áreas
	Disciplinas ministradas	Disciplinas ministradas na área de Administração
		Disciplinas ministradas em outras Áreas
	Local onde cursou o Doutorado	País
	Idiomas	Tipo de idioma
	Produção Bibliográfica	Nº. de artigos completos publicados em periódicos
		Nº. de capítulos de livro publicados
		Nº. de trabalhos completos publicados em anais de congressos
		Nº. de demais tipos de produção bibliográfica
		Nº. de demais trabalhos
	Orientações Concluídas	Orientações na área
Orientações em outra área		

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

A conceituação das variáveis do estudo subsidiou a elaboração da pesquisa documental.

Grupo de pesquisa:

É um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente: ...cujo fundamento organizador da hierarquia é a experiência, o destaque e a liderança no terreno científico ou tecnológico; e envolvidos profissional e permanentemente com atividades de pesquisa; e que, em algum grau, compartilham instalações e equipamentos. (FIGUEIREDO, 2004, p.4).

Idioma: um dos muitos sistemas semióticos que existem em qualquer cultura. Por "sistema semiótico" entende-se um sistema de signos, como a música, a pintura e, obviamente, a linguagem natural. É um instrumento para descrever e expressar a cultura à qual pertence.

Disciplina: operacionalmente, pode ser entendida como a unidade de ensino de maior significado dentro dos cursos, por definição, é o conjunto de unidades de conteúdo selecionadas por sua relevância teórica e dispostas em sequência lógica.

Produção bibliográfica: é todo conteúdo produzido e publicado, fruto da pesquisa, seja livro, capítulo ou artigos.

Orientação: ato de direcionar, auxiliar em pesquisa, indicando material de leitura utilizada como produção acadêmica e para pesquisa, boa parte do trabalho em questão é a elaboração de uma obra escrita.

3.4 TÉCNICAS DA PESQUISA

Para a coleta dos dados necessários à concretização da pesquisa, foram utilizadas as técnicas a seguir indicadas:

- **Pesquisa bibliográfica:** essa etapa se estendeu até o final da elaboração da redação do trabalho. Além da permanente revisão da literatura, num primeiro momento, as energias estiveram concentradas no entendimento do tema objeto de investigação, buscando clarear os diversos questionamentos apresentados. Para isso, foram usadas várias fontes secundárias, como: publicações acadêmicas, revistas eletrônicas, portais e dados do currículo *Lattes*.

Os trabalhos acadêmicos com identificação da temática tiveram atenção especial por se entender que poderiam trazer informações mais atualizadas, embora se atribua aos livros o mesmo nível de importância.

- **Pesquisa documental:** para a coleta sistemática dos dados, fez-se uso apenas do formulário eletrônico (currículo *Lattes*). Para Cervo e Bervian (2002, p. 106), nesse tipo de pesquisa, são investigados documentos a fim de se poder "descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características". Esse documento foi utilizado em função de

informações e indicações que traz no seu conteúdo, referentes às dimensões formação e atuação dos docentes/pesquisadores. Para indicação da distribuição criou-se um Banco de Dados, a partir de uma seqüência fixa de informações e redação rigorosamente iguais para todos os componentes da pesquisa.

3.4.1 Coleta de dados

Nessa etapa, foi necessário conhecer o ambiente da *Plataforma Lattes*, o formato dos currículos e as variáveis referentes à formação e à atuação profissional e seus detalhamentos. Dos currículos verificados, a maioria foi atualizada neste ano de 2007, por esse motivo, considerou-se atualizadas as informações contidas neste documento.

A seguir, passou-se à execução das demais etapas, para a coleta sistemática dos dados.

Nos dizeres de Demo (1997, p.83):

O dado, como regra, expressa a parte empírica da realidade. O dado quantitativo representa o local empírico captado da realidade, não cabendo esta, por sua vez, em nenhuma teoria, e muito menos, em expressões empíricas [...] o dado significa metodologicamente sobretudo o que o lado de revelar também encobre. Não cabe desvalorizar a parte empírica da realidade, pela razão simples de que é real, nem cabe exclusivizar apenas porque é metodologicamente mais fácil de manejar.

A relação de docentes-pesquisadores permanentes da área de Administração foi obtida nos *sites* dos programas. Após a identificação, foram consultados os currículos *Lattes*, um a um, de todos os docentes-pesquisadores, manuseados para a observação das dimensões formação e atuação.

Devido ao volume de informações, foi empregado o recurso do quadro-resumo, constante do formulário eletrônico. Foram selecionadas algumas das variáveis, elegendo-se aquelas que permitissem, mais efetivamente, observar a relação entre formação acadêmica e atuação profissional, na perspectiva da congruência entre as duas dimensões. O currículo do docente foi então analisado com base na sua formação na graduação e no doutorado com vistas a identificar a diversidade da sua formação (trajetória interdisciplinar).

Na caracterização da publicação científica, foram classificados os artigos conforme relação de periódicos indicados pela CAPES, selecionados de acordo com as exigências de indexação das bases de dados no Sistema Qualis da área de Administração.

Com base nas informações encontradas nos currículos *Lattes*, utilizou-se o *software Excel* - 2003, na construção de um banco de dados para as informações dos docentes levantadas na Plataforma *Lattes* referentes às variáveis formação e atuação profissional e seus detalhamentos. Os dados contidos no banco de dados foram transferidos para o pacote estatístico *SPSS (Statistical Package for Social Sciences)* – versão 13.0. A maioria das variáveis: idiomas, áreas de atuação, disciplinas ministradas, orientações concluídas e periódicos utilizados para publicações são qualitativas, dicotômicas e medidas em escala nominal, a exceção das variáveis anos de graduação e de doutorado e das variáveis sobre produção acadêmica, todas essas sendo quantitativas e medidas em escala intervalar.

Inicialmente, efetuou-se a codificação das variáveis pertinentes, e procedeu-se a consistência dos dados e a seguir, procedeu-se o tratamento estatístico dos dados.

3.5 TRATAMENTO DOS DADOS

Na seqüência, e de acordo com objetivos específicos propostos, para o universo de docentes, procederam-se à análise exploratória dos dados através da construção de tabelas de freqüências simples e da utilização de medidas descritivas assim definidas – “relações estatísticas que possibilitam descrever, sob vários ângulos, o conjunto de dados que representa o universo” conforme Costa (1992, p.35) -, medidas de associação ou correlação, cruzamentos de variáveis (tabelas de freqüências conjuntas) e gráficos estatísticos pertinentes, para a população alvo de interesse.

Com base nos resultados da investigação quantitativa, realizou-se a avaliação qualitativa das variáveis utilizando-se o recurso da múltipla resposta, para a maior parte das variáveis, à exceção dos títulos de formação de graduação e de pós-graduação.

E, a seguir passou-se para a etapa de apresentação dos resultados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, resumem-se os principais resultados obtidos no estudo das dimensões formação acadêmica e atuação profissional dos docentes pesquisados, apresentados na forma de freqüências simples e de dupla entrada e os gráficos estatísticos pertinentes (barras e setores) enfocando-os em relação aos objetivos pretendidos e respondendo, inicialmente, aos objetivos específicos, relacionando-os posteriormente ao objetivo geral da pesquisa.

4.1 DISTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES QUANTO AOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGAs)

Com base na relação, dos docentes/pesquisadores, permanentes, dos Programas de Pós-graduação em Administração, disponível nos *sites* dos programas, apresenta-se a seguir o gráfico referente à distribuição dos docentes nos programas das diferentes instituições.

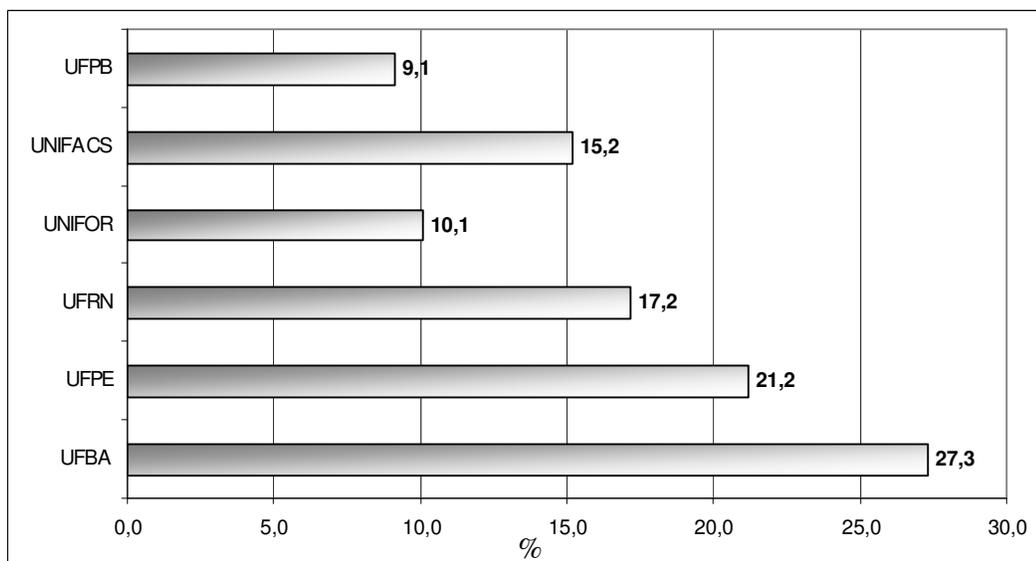


Gráfico 1: Distribuição dos docentes nos programas das diferentes instituições (%)

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

Os docentes/pesquisadores objeto da pesquisa estão distribuídos nos seis programas, em seis instituições, destas quatro são federais e duas particulares, na Região Nordeste, sendo que, 42,5% (42) quase a metade pertencem apenas a dois desses programas – o da UFBA 27,3% (27) e o da UNIFACS 15,2% (15) na Bahia. Se considerados os programas um a um, a maior concentração de docentes é a da UFBA, com 27,3% (27) do total; em segundo lugar, está a UFPE, com 21,2% (21), e em menor número, encontram-se os docentes/pesquisadores da Paraíba, com 9,1%(9).

4.2 DISTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES QUANTO AO GÊNERO

Tomando por base as informações contidas no currículo *Lattes*, apresentam-se abaixo a Tabela 11 referente à distribuição dos docentes/pesquisadores por gênero.

Tabela 11: Distribuição dos docentes por gênero

Gênero	Nº. Docentes	%
Masculino	68	68,7
Feminino	31	31,3
Total	99	100,0

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

O conjunto dos doutores em atividade nos programas que compõem o universo dos docentes pesquisados é formado por 68,7% (68 homens) e 31,3% (31 mulheres), respectivamente. Há, portanto, predominância do gênero masculino. Os números aqui apresentados refletem o espaço que existe e que ainda está por conquistar, por parte das docentes/pesquisadoras.

Com relação à faixa etária, e o estado civil, observou-se que o currículo *Lattes* não possui campos para essas informações, motivo pelo qual não foram incluídos esses dados para a caracterização dos docentes.

4.3 DISTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES QUANTO À FORMAÇÃO BÁSICA DE GRADUAÇÃO

A Administração é considerada um campo específico do saber, portanto, diferenciado. Para que o docente se integre nos grupos de pesquisa é necessário que ele adquira os requisitos específicos ao campo, então, a formação na área deve ser um desses requisitos para a caracterização desses pesquisadores.

Titulação de Graduação – Com relação ao título de Graduação, os docentes pesquisados estão assim distribuídos:

Tabela 12: Distribuição dos docentes segundo títulos específicos de graduação

Áreas	Docentes N	Percentual %
1 Agronomia	2	2,1
2 Psicologia	4	4,2
3 Soc. E Est. em Perspectiva de Integração	1	1,0
4 Engenharias	15	15,6
5 Administração	39	40,6
6 Ciências Exatas e da Terra	6	6,3
7 Ciências da Saúde	2	2,1
8 Ciências Sociais	3	3,1
9 Comunicação	1	1,0
10 Ciências Econômicas	9	9,4
11 Arquitetura	2	2,1
12 Pedagogia	3	3,1
13 Filosofia	1	1,0
14 Direito	3	3,1
15 Ciências Contábeis	3	3,1
16 Sprachen-Wirtschafts und Kulturraumstudien	1	1,0
17 Geologia	1	1,0

Total	96*	100,0
--------------	------------	--------------

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

(*) Do total de 99 docentes, 3 não informaram título de graduação (*missing*)

De acordo com a Tabela 12, do total dos 96 docentes que declararam sua titulação de graduação, 40,6% (39) dos docentes/pesquisadores têm formação básica de graduação em Administração, seguindo-se da titulação em Engenharias, com 15,6% (15); a titulação em Ciências Econômicas, fica na terceira posição, com 9,4% (9), seguida de Ciências Exatas e da Terra, com 6,3% (6). Os demais docentes detêm os seguintes títulos: 4,2%(4) com título em Psicologia, 3,1% (3) com títulos em Ciências Sociais, em igual percentual: 3,1% (3) titulados em Pedagogia; 3,1% (3) titulados em Direito; 3,1% (3) titulados em Ciências Contábeis, percentual de 2,1% (2) docentes (por área) com os seguintes títulos: Agronomia, Ciências da Saúde e em Arquitetura, e, com percentual de 1% (1) docente (por área) com os seguintes títulos: Sociedade e Estado em Perspectiva de Integração, Comunicação, Filosofia, *Sprachen-Wirtschafts und Kulturraumstudien* e Geologia.

Os dados coletados evidenciam que, se consideradas as áreas uma a uma, há uma predominância de graduados em Administração atuando nos programas. No entanto, quando se compara os dois percentuais: 40,6% de graduados na Área e 59,3% de graduados em Outras Áreas percebe-se que há uma diferença expressiva, predominam desta forma os graduados em Outras áreas.

Outra constatação a ser feita é o contingente de docentes, 15,6% (15), graduados na área de Engenharias. Uma tendência que vem sendo observada no dia-a-dia, em função do número de gestores com formação básica de Engenharia que, por necessidade imposta pela posição que ocupa nas organizações, opta pela formação pós-graduada em Administração.

De outro modo, pode-se observar a formação pelas grandes áreas, conforme tabela apresentada a seguir:

Tabela 13: Distribuição dos docentes segundo a grande área do conhecimento na formação de graduação

Área	Nº Docentes	%
Ciências Sociais Aplicadas	59	59,6
Ciências Humanas	15	15,2
Engenharias	10	10,1
Ciências Exatas e da Terra	7	7,1
Ciências da Saúde	2	2,0
Ciências Agrárias	2	2,0
Outra	1	1,0
Sem informação	3	3,0

Total	99	100,0
--------------	-----------	--------------

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

Quando as áreas são agrupadas nas denominadas “grandes áreas”, os números obtidos divergem um pouco dos anteriores, observa-se agora, que do total, 59,6% (59) têm títulos de graduação em Ciências Sociais Aplicadas, na qual a área de Administração está incluída, seguindo-se a formação em Ciências Humanas, com 15,2% (15), a formação nas Engenharias, fica na terceira posição, com 10,1% (10), seguida de Ciências Exatas e da Terra, com 7,1% (7), representam as grandes áreas de maior concentração dos títulos de graduação. Ao agrupar as áreas do conhecimento nas grandes áreas, perde-se o detalhamento das informações.

Em função da necessidade de se aprofundar nessa questão, optou-se em realizar o estudo considerando-se os títulos específicos de formação, que poderiam apresentar um quadro mais aproximado da realidade.

4.4 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES QUANTO À FORMAÇÃO EM NÍVEL DE DOUTORADO

Buscando caracterizar esses docentes de forma mais completa, iniciou-se a investigação referente aos títulos de doutor pelo ano da sua obtenção.

Tabela 14: Docente por ano de formação em nível de Doutorado

ANO	Nº. Docentes	%
Anterior a 1980	2	2,0
1980 a 1989	13	13,1
1990 a 1999	36	36,4
2000 a 2006	47	47,5
2007	1	1
Total	99	100,0

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

Observa-se, na Tabela 14, que metade do contingente, 47,5% (47) docentes, formaram-se entre os anos de 2000 e 2006. A pesquisa revelou um percentual considerável de Doutores com formação recente, que se mescla com os mais experientes, criando-se uma oportunidade de treinamento dentro dos programas.

Outros parâmetros poderiam ter sido criados a partir das informações sobre “ano da formação”, como por exemplo, sobre a realização de cursos de especialização, o que indicaria a continuidade de sua formação após a graduação. A preferência ou não pelos cursos em nível de pós-graduação *stricto-sensu* permitiria inferir se o objetivo do docente era a sua formação de pesquisador.

Com relação aos títulos específicos de formação em nível de doutorado, os docentes estão distribuídos conforme Tabela 15 apresentada a seguir

Tabela 15: Distribuição dos docentes segundo títulos específicos de pós-graduação-Doutorado

Áreas	Docentes	
	n	Percentual %
1 Ciências Humanas e Economia	1	1,0
2 Psicologia	2	2,0
3 Sócio Economia do Desenvolvimento	1	1,0
4 Administração de Empresas	41	41,8
5 Comunicação e Cultura Contemporânea	2	2,0
6 Urbanismo	2	2,0
7 Política de Ciência e Tecnologia	1	1,0
8 Engenharia	1	1,0
9 Sociologia	6	6,1
10 Comunicação	1	1,0
11 Sociologia Econômica e das Organizações	1	1,0
12 Regional Planning	2	2,0
13 Economia	5	5,1
14 Gerenciamento Estratégico	1	1,0
15 Economia da Indústria e da Tecnologia	2	2,0
16 Engenharia de Produção	7	7,1
17 Ciencias Economicas y Empresariales	1	1,0
18 Informática	1	1,0
19 Gerência Logística	1	1,0
20 Educação	8	8,2
21 Governo	1	1,0
22 Política Comercial	2	2,0
23 Marketing	1	1,0
24 Business Policy	1	1,0
25 Controladoria e Contabilidade	2	2,0
26 Planejamento Governamental	1	1,0
27 Psicologia do Trabalho e das Organizações	2	2,0
28 Direito	1	1,0
Total	98*	100,0

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

(*) Do total de 99 docentes, 1 não informou título de pós-graduação (missing)

Se considerados os títulos específicos de formação, dos 98 docentes que declararam sua titulação de doutorado, a maioria 41,8% (41) têm título em Administração, seguindo-se os docentes com títulos em Educação, 8,2% (8); os docentes com titulação em Engenharia de Produção são 7,1% (7) e os titulados em Sociologia, 6,1% (6); os titulados em Economia ocupam a quinta posição, com 5,1% (5). Os demais docentes estão distribuídos entre os 23 títulos restantes, com percentual de 2% (2) docentes (por área) titulados em cada uma das seguintes áreas: Psicologia, Comunicação e Cultura Contemporânea, Urbanismo, *Regional Planning*, Economia da Indústria e da Tecnologia, Ciências Políticas, Controladoria e Contabilidade e Psicologia do Trabalho e das Organizações, e, com 1% (1) docente titulado em cada uma das áreas: Ciências Humanas e Economia, Sócio Economia do Desenvolvimento, Política de Ciência e Tecnologia, Engenharia, Comunicação, Sociologia Econômica e das Organizações, Gerenciamento Estratégico, *Ciencias Economicas y Empresariales*, *Informatique*, *Supply chain management*, *Government*, *Marketing*, *Business Policy*, Planejamento Governamental e Direito.

Então, se, do universo de 98 docentes 41,8% (41) têm titulação específica, em nível de doutorado, na área de Administração, cabe, pois, destacar o número expressivo 58,2% (57) de docentes com titulação específica em Outras Áreas, embora a maioria esteja engajada na atuação docente e na pesquisa do campo de Administração.

Observe-se que, em números aproximados, os docentes com formação básica de graduação na área de Administração (40%) e aqueles com formação básica em Outras Áreas (60%), mantêm a mesma proporcionalidade nos dois níveis.

Os números observados, talvez, indiquem aquelas situações nas quais os docentes optaram pela formação pós-graduada na própria área na qual realizaram sua formação de graduação (carreira vertical) a ser investigado nos próximos tópicos.

Se, consideradas as grandes áreas do conhecimento, a distribuição passa a ser a seguinte:

Tabela 16: Distribuição dos docentes segundo a grande área do conhecimento na formação de Doutorado

Área	Nº de Docentes	%
Ciências Sociais Aplicadas	59	59,6
Ciências Humanas	28	28,3
Engenharias	9	9,1
Ciências Exatas e da Terra	1	1,0
Outras	2	2,0
Total	99	100,0

Fonte: Pesquisa direta (2007)

De acordo com as grandes áreas, a maioria 59,6% (59) dos docentes têm formação na grande área de Ciências Sociais Aplicadas e 28,3% (28) formação em Ciências Humanas. Os demais 12,01% (12) estão distribuídos entre as grandes áreas de Engenharias 9,1% (9), Ciências Exatas e da Terra 1% (1) e Outras.

O que se observa é que, há maior concentração de títulos nas mesmas grandes áreas reveladas durante o levantamento dos títulos de graduação.

Sabe-se, com base na literatura pesquisada, que o Doutorado tem, dentre os seus objetivos, a formação de docentes/pesquisadores. O fato de parcela considerável dos docentes não terem formação específica no campo da Administração, trata-se de questão a ser analisada detidamente em virtude de a formação ser tão diversificada.

A diversidade de formação, constatada também em nível de doutorado, poderia gerar grupos de pesquisadores sem vocação para o trabalho nesse campo específico, ou ainda aparentar que a produção científica nessa área não exige formação específica, o que não se pode dizer em função das especificidades dos objetos de estudo em administração. Essa diversidade de áreas de formação básica de graduação e também no doutorado reflete a interdisciplinaridade da trajetória da formação do docente e, talvez, a falta de clareza dos limites nessa área de conhecimento.

Os dados apurados, além de atestar a formação disciplinar diversificada ensejam outras investigações com relação à coerência desta formação com as áreas de concentração, linhas ou projetos de pesquisa de acordo com os objetivos do programa.

Em função da relevância que os grupos de pesquisa ganharam no âmbito dos programas, procurou-se aprofundar a questão “área de titulação básica – graduação” e a “área de titulação de doutorado” a partir do cruzamento desses indicadores de titulação. Efetuou-se um levantamento para identificar docentes com as seguintes características de formação:

A. Formação em nível de graduação em Administração e titulação de doutorado em Administração – Conforme Tabela 17 e 18, constante do Apêndice A, são 40,6% (39) docentes (Base 96), com formação básica em Administração e doutorado em diversas áreas, destes, 51,3% (20) – Base 39 declararam possuir titulação básica de graduação em Administração e têm titulação também em nível de doutorado na área de Administração - carreira vertical – tem-se, pois, como características de formação destes doutores a opção pela formação pós-graduada na mesma área na qual realizou sua formação de graduação.

B. Formação em nível de graduação em Administração e titulação de doutorado em Outras Áreas - Nas mesmas tabelas, citadas acima, observa-se que 10,3% (4) - Base 39 - graduaram-se em Administração e realizaram doutorado em Educação; 7,7% (3) têm graduação em Administração e titulação de doutorado em Sociologia; 5,1% (2) possuem graduação em Administração e título de doutor em Ciências Políticas. Os demais têm graduação em Administração e doutorado em outras dez áreas, com percentual de 2,6% (1) docente em cada área: Urbanismo, Política de Ciência e Tecnologia, Comunicação, Sociologia Econômica e das Organizações, Economia, Economia da Indústria e da Tecnologia, Engenharia de Produção, *Marketing*, *Business Policy* e Psicologia do Trabalho e das Organizações.

C. Formação em nível de graduação em Outras Áreas e titulação em nível de doutorado em Administração - Ainda seguindo as mesmas tabelas, já citadas, do total dos docentes que declararam formação básica de graduação em outras áreas e doutorado na área de Administração, observou-se que: a) dos quinze docentes que se graduaram nas áreas de Engenharia 33,3% (5) realizaram doutorado em Administração, b) dos nove docentes com formação em nível de graduação na área de Ciências Econômicas, 33,3% (3) têm título de doutor em Administração, c) dos seis docentes com titulação em nível de graduação em Ciências Exatas, 50% (3) têm título de Doutor na área de Administração, são as áreas com maior concentração de docentes com estas características.

Tabela 19: Formação básica de Graduação *versus* Formação Pós-graduada

		Título de Graduação													
Título de doutorado		1	2	3	4	6	8	9	10	12	13	14	15	17	
		N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
1	1														1
2		2													2
3			1												1
5		1							1						2
6									1						1
8				1											1
9								1				1	1		3
12				2											2
13	1			1					2						4
14				1											1
16				2	1	1		1							5
17									1						1
18				1											1
19				1											1
20				1	1					2					4
21											1				1
25						1							1		2
26														1	1
27		1													1
28							1								1
Total		2	4	1	10	3	2	1	6	2	1	1	2	1	36
Legenda:															
Títulos de Graduação		Títulos de Doutorado													
1 Agronomia		1 Ciências Humanas e Economia													
2 Psicologia		2 Psicologia													
3 Soc. e Est. em Perspectiva de Integração		3 Sócio Economia do Desenvolvimento													
4 Engenharias		4 Administração de Empresas													
5 Administração		5 Comunicação e Cultura Contemporânea													
6 Ciências Exatas		6 Urbanismo													
7 Ciências da Saúde		7 Política de Ciência e Tecnologia													
8 Ciências Sociais		8 Engenharia													
9 Comunicação		9 Sociologia													
10 Ciências Econômicas		10 Comunicação													
11 Arquitetura		11 Sociologia Econômica e das Organizações													
12 Pedagogia		12 Regional Planning													
13 Filosofia		13 Economia													
14 Direito		14 Gerenciamento Estratégico													
15 Ciências Contábeis		15 Economia da Indústria e da Tecnologia													
16 Sprachen-Wirtschafts und Kulturraumstudien		16 Engenharia de Produção													
17 Geologia		17 Ciências Econômicas e Empresariais													
		18 Informatique													
		19 Supply Chain Management													
		20 Educação													
		21 Government													
		22 Ciências Políticas													
		23 Marketing													
		24 Business Policy													
		25 Controladoria e Contabilidade													
		26 Planejamento Governamental													
		27 Psicologia do Trabalho e das Organizações													
		28 Direito													

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

Obs.: Foram excluídas: coluna 5 – ADM e linha 4 – ADM

Tabela 20: Formação básica de graduação *versus* formação pós-graduada (%)

		Título de Graduação														Total
Título de Doutor		1	2	3	4	6	8	9	10	12	13	14	15	17	Total	
		%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
	1	2,8													2,8	
	2		5,6												5,6	
	3			2,8											2,8	
	5		2,8						2,8						5,6	
	6								2,8						2,8	
	8				2,8										2,8	
	9							2,8				2,8	2,8		8,4	
	12				5,6										5,6	
	13	2,8			2,8				5,6						11,2	
	14				2,8										2,8	
	16				5,6	2,8	2,8		2,8						14,0	
	17								2,8						2,8	
	18				2,8										2,8	
	19				2,8										2,8	
	20				2,8	2,8				5,6					11,2	
	21										2,8				2,8	
	25					2,8							2,8		5,6	
	26													2,8	2,8	
	27		2,8												2,8	
	28						2,8								2,8	
Total		5,6	11,2	2,8	28,0	8,4	5,6	2,8	16,8	5,6	2,8	2,8	5,6	2,8	100,0	

Legenda:	
Títulos de Graduação	Títulos de Doutorado
1 Agronomia	1 Administração de Empresas
2 Psicologia	2 Educação
3 Soc. e Est. Em Perspectiva de Integração	3 Engenharia de Produção
4 Engenharias	4 Sociologia
5 Administração	5 Economia
3 Ciências Exatas	6 Psicologia
7 Ciências da Saúde	7 Comunicação e Cultura Contemporânea
3 Ciências Sociais	8 Urbanismo
3 Comunicação	9 Regional Planning
10 Ciências Econômicas	10 Economia da Indústria e da Tecnologia
11 Arquitetura	11 Ciências Políticas
12 Pedagogia	12 Controladoria e Contabilidade
13 Filosofia	13 Psicologia do Trabalho e das Organizações
14 Direito	14 Ciências Humanas e Economia
15 Ciências Contábeis	15 Sócio Economia do Desenvolvimento
16 Sprachen-Wirtschafts und Kulturraumstudien	16 Política de Ciência e Tecnologia
17 Geologia	17 Engenharia
	18 Comunicação
	19 Sociologia Econômica e das Organizações
	20 Gerenciamento Estratégico
	21 Ciências Econômicas y Empresariales
	22 Informatique
	23 Supply Chain Management
	24 Government
	25 Marketing
	26 Business Policy
	27 Planejamento Governamental
	28 Direito

Fonte: Pesquisa Direta (2007) Obs.: Foram excluídas: coluna 5 – ADM e linha 4 – ADM

D. Formação em nível de graduação em Outras Áreas e título de doutor em Outras Áreas –

Conforme Tabelas 19 e 20, acima, os docentes titulados e com esta característica de formação são os seguintes: a) com graduação em Engenharias são 28% (10), destes, 5,6% (2) com titulação de doutorado em *Regional Planning*, em igual percentual, 5,6% (2) têm título de doutor em Engenharia de Produção e outros seis docentes distribuídos em seis áreas distintas; b) dos seis graduados em Ciências Econômicas, 5,6% (2) têm título de doutor em Economia e outros quatro docentes em quatro áreas distintas; c) os três docentes com formação básica de graduação em Ciências Exatas, têm doutorado nas seguintes áreas: 2,8% (1) em Engenharia de Produção, 2,8% (1) em Educação e 2,8% (1) em Controladoria e Contabilidade; d) os graduados em Psicologia são quatro, destes, 5,6% (2) têm doutorado em Psicologia (carreira vertical), 2,8% (1) com doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea e 2,8% (1) com doutorado em Psicologia do Trabalho e das Organizações; os outros treze docentes têm formação em outras áreas e estão distribuídos com os percentuais de 5,6% (2) e 2,8% (1) docente, em cada área.

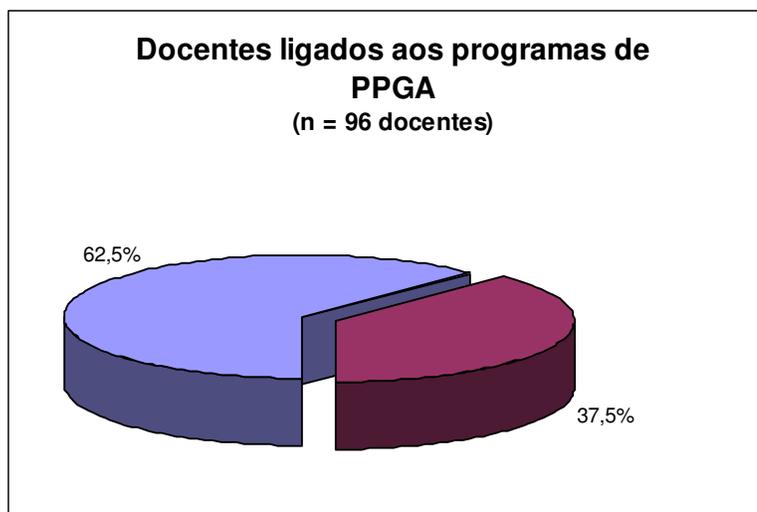


Gráfico 2: Docentes ligados aos Programas de Pós-graduação em Administração

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

O que se observa é que, mesmo quando os níveis de formação são analisados em conjunto, continua expressivo o número de docentes 37,5% (36) - do universo de 96 docentes - com formação em outras áreas, nos dois níveis de formação, atuando nos programas de pós-graduação em Administração. Esse dado enseja outros estudos para saber: quais as implicações ou reflexos dessa

formação diversificada na produção efetiva (de acordo com a missão) dos programas de pós-graduação na área de Administração.

Em resumo, se observada a Tabela 18, constante do Apêndice A, do universo pesquisado (96 docentes), 19,8% (19) docentes graduados em Administração, 21,9% (21) com título de doutor em Administração, da intersecção apurou-se o número de docentes com graduação em Administração e também pós-graduação em Administração, 20,8% (20) com carreira vertical, e ainda, o número de docentes com graduação em Outras Áreas e título de doutor também em Outras Áreas no total de 37,5% (36) docentes.

Complementando os dados sobre a formação, destacam-se os quesitos, local de realização do Doutorado e domínio de idiomas, conforme tabelas apresentadas a seguir:

Tabela 21: Distribuição dos docentes segundo o local (país) onde cursou Doutorado

País	Nº Docentes	%
Brasil	68	68,7
França	12	12,1
Inglaterra	10	10,1
Estados Unidos	6	6,1
Espanha	2	2,0
Canadá	1	1,0
Total	99	100,0%

Fonte: Pesquisa direta (2007)

Quanto ao local de realização do Doutorado, observa-se, que, entre os 99 docentes/pesquisadores, 68,7% (68) realizaram sua formação no País, conforme tabela 22. Os demais (31,3%) foram titulados em instituições internacionais: 12,1% (12) na França; 10,1% (10) na Inglaterra; 6,1% (6) nos Estados Unidos; 2% (2) na Espanha e 1% (1) no Canadá.

Tabela 22: Distribuição dos docentes segundo conhecimento de língua estrangeira

Língua Estrangeira*	Nº Docentes	%
Inglês	91	97,8
Espanhol	82	88,2
Francês	63	67,7
Italiano	13	14,0
Alemão	7	7,5
Total	99	-

Fonte: Pesquisa Direta (2007).

(*) Múltipla resposta

Conforme dados coletados, há predominância do idioma Inglês, citado por 97,8% (91) dos docentes, seguido do idioma Espanhol 88,2% (82), o idioma Francês também está entre os mais citados 67,7% (63), o idioma Italiano 14,0% (13) e o Alemão com 7,5% (7).

4.5 DISTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES QUANTO À ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O período considerado para observação das variáveis referentes à atuação profissional foi o correspondente à data da titulação de Doutor até a data atual, ou seja, a produção como Doutor, exceto para verificação dos periódicos utilizados para a publicação dos artigos produzidos na área de Administração, no último triênio.

4.5.1 Áreas de atuação

Após revelar, as situações nas quais os docentes/pesquisadores optaram pela formação pós-graduada na própria área de formação básica ou em outras áreas, nos tópicos que se seguem serão apresentados os resultados referentes à opção desses docentes, quanto a escolha da área de atuação, objeto da sua produção.

Com relação a variável área de atuação a pesquisa revelou que, há maior concentração em 7 (sete) das áreas mencionadas: Administração, Ciências Econômicas, Ciências Políticas, Educação, Psicologia, Comunicação e Sociologia e menor concentração em outras áreas. Foram consideradas

para análise apenas as sete áreas de maior concentração. Cada docente informou atuar de 1 até 4 destas áreas.

Tabela 23: Número máximo de áreas de atuação *versus* áreas de atuação declaradas (% L)

Áreas de atuação	Número máximo de áreas de atuação								Total	
	1		2		3		4			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
1 Administração	44	91,7	32	91,4	7	87,5	6	100,0	89	91,8
2 C. Econômicas	2	4,2	13	37,1	2	25,0	5	83,5	22	22,7
3 C. Políticas	-	-	5	14,3	-	-	4	66,7	9	9,3
4 Educação	2	4,2	2	5,7	5	62,5	-	-	9	9,3
5 Psicologia	-	-	3	8,6	2	25,0	1	16,7	6	6,2
6 Comunicação	-	-	2	5,7	2	25,0	1	16,7	5	5,2
7 Sociologia	-	-	4	11,4			1	16,7	5	5,2
Total	48	100,0	35	100,0	8	100,0	6	100,0	97	100,0

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

(*) Do total de 99 docentes, 2 não informaram (*missing*)

Daqueles docentes que se enquadram nas sete áreas de maior concentração, 48 atuam em uma única área (Tabela 23), destes, 91,7% (44) atuam exclusivamente em Administração. Curiosamente, dentre os docentes que atuam em uma única área há um percentual de 8,4% (4) que, embora esteja no Programa de Administração declara atuar exclusivamente na área de Ciências Econômicas, são 4,2% (2) e em Educação também, (4,2%) (2).

Os docentes que declararam atuar em duas áreas foram 35, destes 91,4% (32) citaram a área de Administração como uma das suas áreas de atuação. A área de Ciências Econômicas aparece em 37,1% (13) das citações, seguida da área de Ciências Políticas citada em 14,3% (5) das combinações, a área de Sociologia foi mencionada em 11,4% (4) das combinações, seguido de Psicologia mencionada em 8,6% (3) das combinações, em 5,7% (2) das citações, a área de Educação, e em igual percentual 5,7% (2) citações da área de Comunicação. As três combinações, de duas áreas, restantes compõem-se por outras áreas distintas.

Atuando em três áreas, são 8 docentes, destes, 87,5% (7) citaram Administração como uma das áreas de atuação, a área de Educação foi citada em 62,5% (5) das combinações, a área de Ciências Econômicas foi citada em 25% (2) das combinações, em igual percentual 25% (2) foram citadas as áreas de Psicologia e de Comunicação, completando o número de citações da atuação

em três áreas, encontra-se apenas um docente que atua em três áreas distintas e que não inclui a área de Administração.

Os que declararam atuar no número máximo de áreas, ou seja, em quatro áreas distintas, totalizam 6,2% (6) docentes, destes, 100% (todos) atuam em Administração e em mais outras três áreas. Das combinações observadas, 83,3% (5) citam, como uma das áreas, Ciências Econômicas. A área de Ciências Políticas foi mencionada como uma das áreas por 66,7% (4) dos docentes. As áreas de Psicologia, Comunicação e Sociologia foram citadas uma vez cada uma, no total das seis combinações.

Tabela 24: Identificação das duas áreas: Administração *versus* Outra área

Áreas*	N	%
Ciências Políticas	3	12
Ciências Econômicas	12	48
Sociologia	3	12
Educação	2	8
Comunicação	2	8
Psicologia	3	12
Total	25	100

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

(*) Múltipla resposta

Das combinações, entre duas áreas de atuação, envolvendo a área de administração e outra área: 48% (12) atuam em Administração e Ciências Econômicas, 12% (3), em Administração e Ciências Políticas, com igual percentual 12% (3) estão aqueles que atuam em Administração e Sociologia e também, são 12% (3) aqueles que atuam em Administração e Psicologia. Os demais, 8% (2) docentes declararam atuar em Administração e Educação e em igual percentual 8% (2) estão os docentes que atuam em Administração e Comunicação. Foram observadas ainda, outras combinações que não envolvem a área de administração, sendo: da área de Ciências Políticas e duas outras áreas, uma combinação da área de Ciências Econômicas e outra área e a combinação da área de Sociologia e outra área.

Ressalta-se que nesta distribuição os docentes estão inseridos em duas das grandes áreas: Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas.

A seguir, foi realizado o cruzamento das variáveis constantes das duas dimensões: a) formação (titulação graduação e doutorado) e atuação profissional (áreas de atuação declaradas,

disciplinas ministradas, orientações concluídas e produção bibliográfica), começando pelo item áreas de atuação declaradas e títulos de graduação.

Após o levantamento – Tabela 25, constante do Apêndice A apurou-se: dos 88 docentes que atuam na área de Administração, quase a metade 42% (37) são graduados em Administração, seguido dos graduados em Outras Áreas, sendo: em Engenharias com 13,6% (12), os graduados em Ciências Econômicas são 10,2% (9), os graduados em Ciências Exatas são 5,7% (5), os graduados em Psicologia são 4,5% (4), em Direito são 3,4% (3) docentes e em igual percentual, 3,4% (3) em Ciências Contábeis, os demais realizaram a graduação em outras áreas, com percentual de 2,3% (2) docentes com títulos em cada uma das seguintes áreas: Agronomia, Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Arquitetura e Pedagogia; com 1,1% (1) docente com graduação em cada uma das áreas: Sociedade e Estado em Perspectiva de Integração, Comunicação, Filosofia, *Sprachen-Wirtschafts und Kulturraumstudien* e Geologia.

Em menor número, estão os docentes que declararam atuar em Ciências Econômicas (20), destes, 45% (9) são graduados em Administração, 20% (4) graduados em Ciências Econômicas e 15% (3) nas Engenharias. Em menor percentual, 10% (2) docentes graduados em Agronomia e, 5% (1) docente graduado em Psicologia e 5% (1) graduado em Direito.

Os docentes que declararam atuar em Ciências Políticas são 9, com 33,3% (3) docentes graduados em Administração e em igual percentual, 33,3% (3) docentes graduados em Engenharias e com 11,1% (1) docente graduado em cada uma das áreas: Agronomia, Sociedade e Estado em Perspectiva de Integração e Ciências da Saúde.

Aqueles que atuam em Educação também são 9, sendo quase a metade dos docentes 44,4% (4) graduados em Administração e, com percentual de 11,1% (1) docente titulado em cada uma das seguintes áreas: Psicologia, Engenharias, Ciências Exatas, Ciências da Saúde e Ciências Sociais.

Atuando na área de Psicologia são 6, mais da metade 66,7% (4) são graduados em Psicologia (carreira vertical) e os outros 33,3% (2) em Administração.

Os que declararam atuar em Comunicação são 5, sendo 80% (4) os graduados em Administração e 20% (1) docente em Psicologia.

Aqueles que declararam atuar na Área de Sociologia são 5, quase a metade 40% (2) são graduados em Administração e os demais graduados em outras áreas: Comunicação 20% (1), Direito 20% (1) e 20% (1) em Ciências Contábeis.

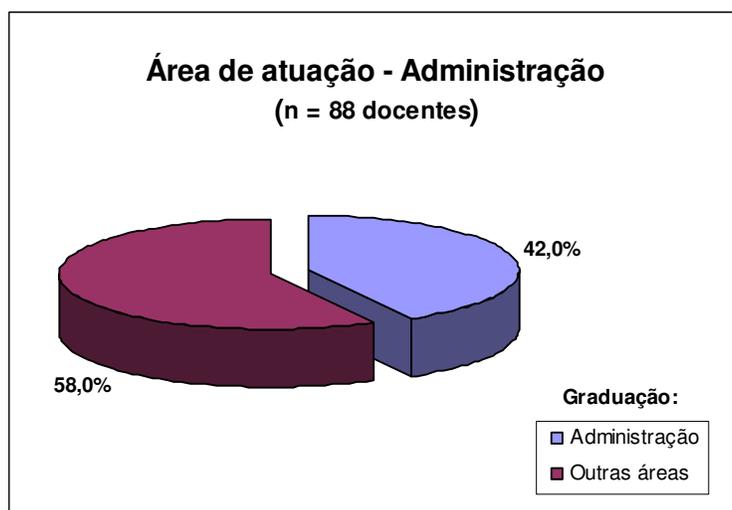


Gráfico 3: Área de atuação – Administração (graduação)

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

Como se pode observar no Gráfico 3, dos docentes que atuam em Administração 42% (37) são graduados em Administração e os demais 58% (51) em Outras Áreas.

Conforme Tabela 26, constante do Apêndice A, a maioria dos docentes que declararam atuar em Administração, destes, quase a metade 46,7% (41) tem título de Doutor em Administração, seguido daqueles com título de doutor em Engenharia de Produção, 7,9% (7), são 5,6% (5) docentes com título de doutor em Sociologia, em igual percentual 5,6% (5) estão aqueles com título de doutor em Economia e também os que têm título de doutor em Educação 5,6% (5). Os demais têm títulos em Outras Áreas, sendo 2,2% (2) docentes com titulação de doutorado nas seguintes áreas: Psicologia, Comunicação e Cultura Contemporânea, Urbanismo, Ciências Políticas, Controladoria e Contabilidade e Psicologia do Trabalho e das Organizações, e com 1,1% (1) docente com título de doutor nas seguintes áreas: Ciências Humanas e Economia, Sócio Economia do Desenvolvimento, Política de Ciência e Tecnologia, Comunicação, Sociologia Econômica e das Organizações, *Regional Planning*, Gerenciamento Estratégico, Economia da Indústria e da Tecnologia, *Ciencias Economicas Y Empresariales*, *Supply chain management*, *Government*, *Marketing*, *Business Policy* e Planejamento Governamental.

Os que atuam em Ciências Econômicas são 21, sendo 33,3% (7) titulados em Administração, 14,3% (3) em Economia e os demais têm título de doutor em outras áreas, com percentuais de 9,5% (2) docentes com título de doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia e com percentual de 4,8% (1) docente com titulação de doutorado em cada uma das áreas: Ciências Humanas e

Economia, Comunicação e Cultura Contemporânea, Política de Ciência e Tecnologia, Engenharia, Sociologia, *Regional Planning*, Engenharia de Produção, Educação, *Business Policy*.

Atuando em Ciências Políticas são 9, sendo 22% (2) docentes com título de doutor em Administração, 22% (2) em *Regional Planning* e 22% (2) em Ciências Políticas. Os demais têm titulação em Outras Áreas, com 11% (1) docente com título nas seguintes áreas: Ciências Humanas e Economia, Sócio Economia do Desenvolvimento e Engenharia.

Dos 9 docentes que atuam em Educação, mais da metade 66,7% (6) têm título de doutor em Educação, os demais têm título de doutor em Outras Áreas, sendo 11,1% (1) docente em cada uma das áreas: Administração, Psicologia e Direito.

Atuando na área de Psicologia são 6, destes 33,3% (2) têm título de Doutor em Psicologia (congruência), em igual percentual, 33,3% (2) têm título de doutor em Psicologia do Trabalho e das Organizações, os demais têm títulos em Outras Áreas, sendo, 16,7% (1) docente com título de doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea e 16,7% (1) docente com título de doutor em Sociologia.

Os docentes que atuam na área de Comunicação, são 5, destes, 40% (2) têm título de doutor em Educação, 20% (1) docente com título de doutor em Administração, em igual percentual, 20% (1) docente com título de doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea e 20% (1) com título de doutor em Comunicação (congruência).

E, daqueles que atuam em Sociologia 100% (5) têm título de doutor também, em Sociologia (congruência).

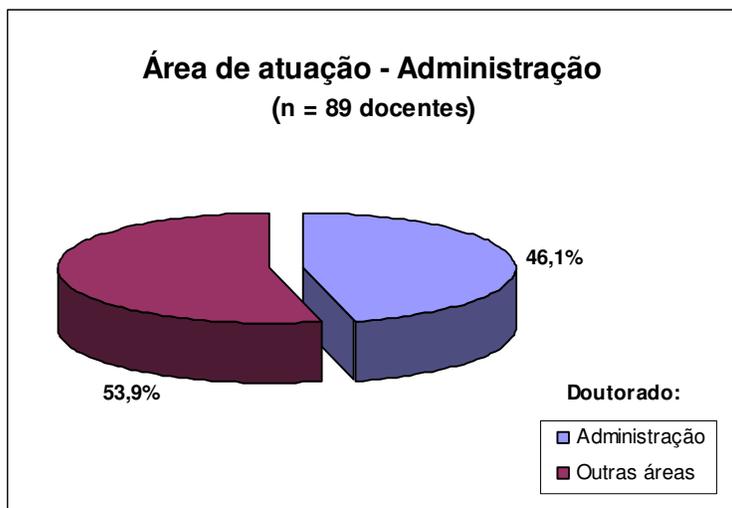


Gráfico 4: Área de atuação – Administração (doutorado)

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

Como se pode observar, dos 89 docentes que atuam em Administração, 46,1% (41) dos docentes têm título de Doutor em Administração e os demais, 53,3(48), têm título de doutor em Outras Áreas.

De acordo com a Tabela 27, constante do Apêndice A, foram 48, os docentes que declararam atuar exclusivamente em uma área, destes, 39,6% (19) são graduados em Administração, seguido de 18,8% (9) graduados em Engenharias, 10,4% (5) graduados em Ciências Econômicas e os demais com título de graduação em outras áreas, sendo, 8,3% (4) docentes graduados em Ciências Exatas, 4,2% (2) docentes graduados em Ciências Sociais, 4,2% (2) graduados em Pedagogia, 4,2% (2) em Direito e 4,2% (2) em Ciências Contábeis. E, 2,1%(1) docente graduado em Filosofia, 2,1% (1) graduado em *Sprachen-Wirtschafts und Kulturraumstudien* e 2,1% (1) docente graduado em Geologia.

Os docentes que atuam em duas áreas, são 34, destes, a metade 47,1% (16) têm graduação em Administração, 11,8% (4) são graduados em Ciências Econômicas, 8,8% (3) em Engenharias e 5,9% (2) são graduados em Arquitetura e, 2,9% (1) docente com graduação em Agronomia, 2,9% (1) em Psicologia, 2,9% (1) em Sociedade e Estado em Perspectiva de Integração, 2,9% (1) em Ciências Sociais, 2,9% (1) em Comunicação, 2,9% (1) em Pedagogia e 2,9% (1) em Ciências Contábeis.

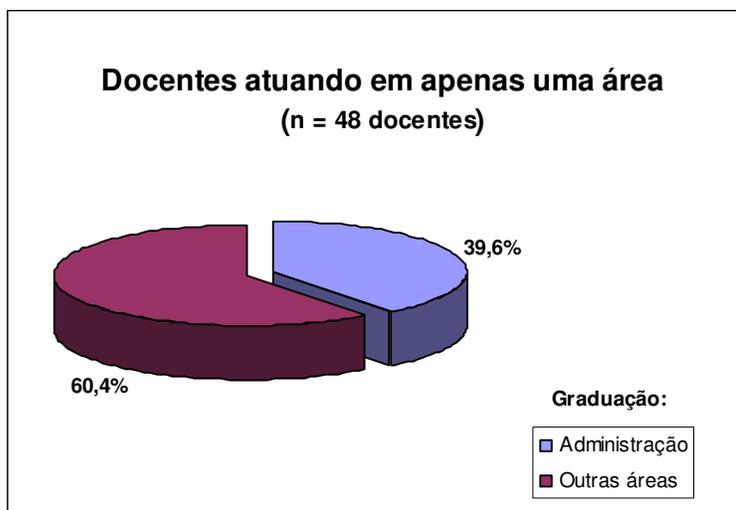


Gráfico 5: Docentes atuando em apenas uma área (graduação)

Fonte: Pesquisa Direto (2007)

Dos 48 docentes que declararam atuar em apenas uma área, 39,6% (19) são graduados em Administração e 60,4% (29) têm graduação em Outras Áreas.

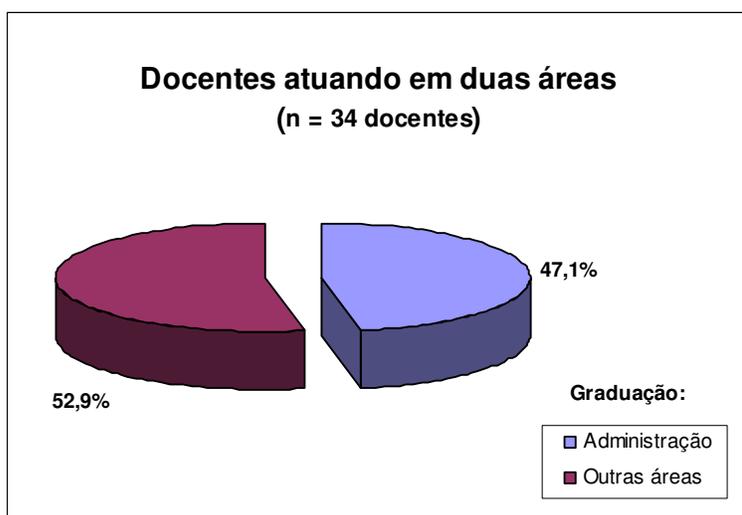


Gráfico 6: Docentes atuando em duas áreas (graduação)

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

Dos 34 docentes que atuam no máximo em duas áreas, 47,1% (16) têm graduação em Administração e os demais 52,9% (18) são graduados em Outras Áreas.

De acordo com a Tabela 28 constante do Apêndice A, os docentes que atuam exclusivamente em uma área, são no total 49, destes, 59,2% (29) têm título de doutor em Administração, seguido de 6,1% (3) docentes com doutorado em Engenharia de Produção. E, com título de doutor em Outras Áreas: são, 4,1% (2) docentes com titulação de doutorado na área de Urbanismo e 4,1% (2) em Educação, e 2% (1) docente titulado em cada uma das seguintes áreas: Comunicação e Cultura Contemporânea, Sociologia Econômica e das Organizações, Economia, Gerenciamento Estratégico, Economia da Indústria e da Tecnologia, *Ciencias Economicas Y Empresariales*, *Informatique*, *Supply chain management*, *Government*, *Marketing*, Controladoria e Contabilidade, Planejamento Governamental e Direito.

Atuando em duas áreas, são 35, sendo 25,7% (9) com doutorado em Administração, seguido de 14,3% (5) em Sociologia, 8,6% (3) têm título de doutor em Economia, em igual percentual, 8,6% (3) têm doutorado em Engenharia de Produção e 8,6% (3) em Educação, os demais têm título de doutor em Outras Áreas, sendo, 5,7% (2) docentes com título de doutor em Ciências Políticas e, em igual percentual 5,7% (2) em Psicologia do Trabalho e das Organizações, e 2,9% (1) docente com título de doutor, em cada uma das seguintes áreas: Sócio Economia do Desenvolvimento, Política de Ciência e Tecnologia, Engenharia, Comunicação, *Regional Planning*, Economia da Indústria e da Tecnologia, *Business Policy* e Controladoria e Contabilidade.

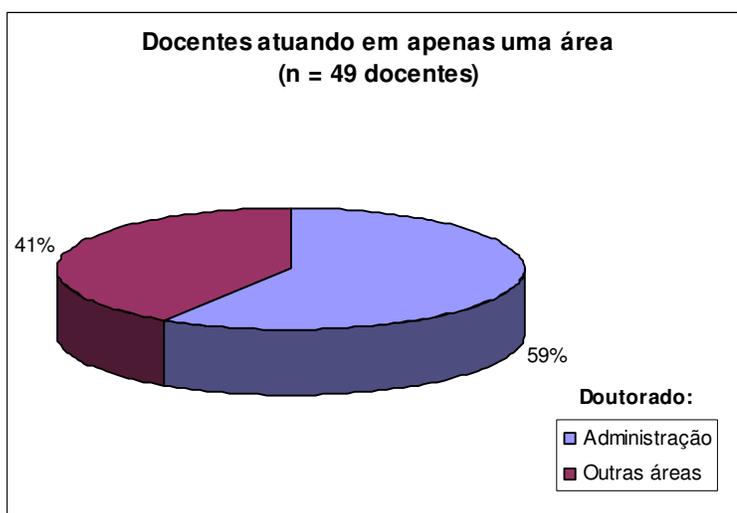


Gráfico 7: Docentes atuando em apenas uma área (doutorado)

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

Dos 49 docentes que atuam apenas em uma área, 59,2% (29) têm titulação de doutorado em Administração, os demais 40,8% (20) têm doutorado em outras áreas.

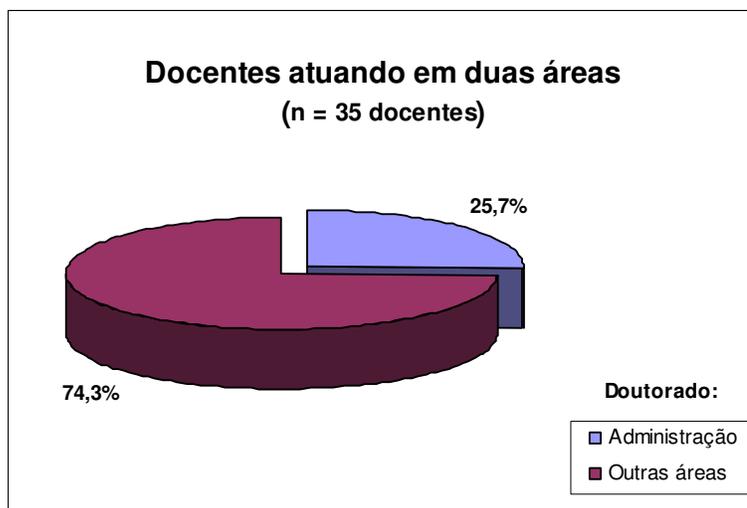


Gráfico 8: Docentes atuando em duas áreas (doutorado)

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

Dos 35 docentes que atuam no máximo em duas áreas, 25,7% (9) têm título de doutor em Administração, os demais 74,3% (26) têm titulação de doutorado em outras áreas.

Há que se observar (pelos gráficos de setores) que, os percentuais de docentes titulados em Administração diferem bastante dos percentuais que representam os docentes titulados em Outras Áreas.

4.5.2 Disciplinas Ministradas

Para analisar a variável, disciplinas ministradas considerou-se as áreas específicas, pois, permitem apresentar um quadro mais aproximado da realidade.

Tabela 29: Número de docentes que ministram disciplinas nos dois níveis de formação: graduação e pós-graduação

Disciplinas	Casos					
	Válidos		Missing		Total	
	N	%	N	%	N	%
Graduação	85	85,9	14	14,1	99	100,0
Pós-graduação	86	86,9	13	13,1	99	100,0

Fonte: Pesquisa direta (2007)

Dos 99 docentes pesquisados, 85,9% (85) ministram disciplinas em nível de graduação e 86,9% (86) em nível de Pós-graduação.

A Tabela 30 constante do Apêndice A, demonstra que, dos 85 docentes que declararam ministrar disciplinas na graduação, a maioria 88,2% (75) dos docentes lecionam na área de Administração, seguido dos docentes que lecionam em Ciências Contábeis, 7,1% (6), em Economia são 5,9% (5) docentes, 4,7% (4) docentes que lecionam em Hotelaria, em igual percentual, 4,7% (4) docentes lecionam em Turismo; nas áreas de: Secretariado, Direito e Pedagogia são 3,5% (3) docentes lecionando em cada uma; em Psicologia, Ciências Sociais, Estatística, Arquitetura e Comércio Exterior são 2,4% (2) docentes que lecionam em cada uma destas áreas e em: Comunicação, Farmácia, Engenharia, Letras, Educação, Serviço Social, Negócios Internacionais, Agronomia, *Diplôme de L'lep de Paris* e Enfermagem, com apenas 1,2% (1) docente lecionando em cada uma das áreas citadas.

Conforme Tabela 31, constante do Apêndice A, foram 86 os docentes que declararam ministrar disciplinas em nível de pós-graduação. A área de maior concentração, também nesse nível

é a Administração com o percentual de 96,5% (83) docentes lecionando nesta área, seguido da área de Engenharia com 9,3% (8) dos docentes e na área de Educação são 5,8% (5) docentes. Nas demais áreas: Economia, Psicologia, Ciências Políticas, Sociologia, Odontologia Social, Negócios Internacionais, Contabilidade, Análise Regional e Finanças são 2,3% (2) docentes lecionando em cada uma destas áreas; em Biotecnologia, Estudos Brasileiros, Realidade Latino-Americana, Relações Internacionais, *Diplôme de L'lep de Paris*, Desenvolvimento Regional e Urbano, Gestão Social, CPA, Enfermagem, Ciência da Computação, Matemática Empresarial e Direito com apenas 1,2% (1) docente lecionando em cada uma destas áreas.

Tabela 32: Ensino de graduação *versus* ensino de pós-graduação

		Ensino de graduação				Total	
		1 Sim		2 N. inf		N	%
		N	%	N	%		
Ensino de Pós-graduação	1 Sim	78	78,8	8	8,1	86	86,9
	2 N. inf	7	7,1	6	6,1	13	13,1
Total		85	85,9%	14	14,2%	99	100,0

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

Ainda, com relação às disciplinas ministradas, do total de 78,8% (78) docentes que declararam dar aulas nos dois níveis de formação, 7,1% (7) docentes ministram disciplinas na graduação e não informaram sobre a pós-graduação, 8,1% (8) docentes ministram disciplinas na pós-graduação e não informaram sobre a graduação. Os docentes que nada declararam sobre disciplinas ministradas nesses níveis foram 6,1% (6), supõem-se, sejam docentes que se encontravam fora da sala de aula, até o encerramento dessa pesquisa.

Quadro 6: Medidas Resumo (média, desvio padrão, n mínimo e n máximo) sobre número de áreas referente disciplinas ministradas

Estatísticas					
	Válidos	Médias	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
No. De áreas disciplinas graduação	84	1,36	0,670	1	4
No. de áreas disciplinas pós-graduação	84	1,38	0,675	1	4

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

No que se refere ao número de áreas referentes às disciplinas ministradas, na graduação, o que se observou é, que a maioria dos docentes declararam ministrar disciplinas em número mínimo de 1 e máximo de 4 áreas. Apenas 1(um) docente informou lecionar disciplinas em nove áreas na graduação (formação em 1964). Atendendo aos critérios estatísticos para cálculo da média, excluiu-se esse dado para que se pudesse apresentar uma média do número de áreas mais próximo da realidade. Após o cálculo apurou-se a média de 1,36 áreas, tendendo a 1 (uma) área por docente.

A maioria dos docentes que ministram disciplinas em nível de pós-graduação, declarou o número mínimo de 1 e máximo de 4 áreas. Para cálculo do número médio de áreas das disciplinas ministradas em nível de pós-graduação, seguiu-se o mesmo critério já utilizado, foram excluídos dois docentes que declararam ministrar disciplinas acima de quatro áreas. Na média, cada docente ministra em 1,38 áreas tendendo a 1 (uma), em nível de pós-graduação, coincidindo com o número de áreas apurado na graduação.

Tabela 33: Número de áreas referente disciplinas lecionadas pelos docentes na graduação

Número de Áreas	Disciplinas de Graduação N	Percentual %
1	62	73,8
2	15	17,9
3	6	7,1
4	1	1,2
Total	84	100,0

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

Foram 84 os docentes que declararam ministrar disciplinas em número de 1 a 4 áreas na graduação. Sendo 73,8% (62) os que declararam lecionar em apenas uma área, 17,9% (15) ministram disciplinas em duas áreas, assim os que lecionam em até duas áreas correspondem a 91,7% (77); 7,1% (6) ministram três disciplinas, portanto os docentes lecionando em até três áreas são 98,8% (83) e, somente 1,2% (1) docente leciona em quatro áreas.

Tabela 34: Número de áreas referente disciplinas lecionadas pelos docentes na pós-graduação

Nº de Áreas	Disciplinas de Pós-graduação N	Percentual %
1	60	71,4
2	17	20,2
3	6	7,1
4	1	1,2
Total	84	100,0

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

Em nível de pós-graduação, são também 84 os docentes que declararam ministrar disciplinas em número mínimo de 1 e máximo de 4 áreas, sendo 71,4% (60) os que lecionam apenas em uma área, 20,2% (17) lecionam em duas áreas, observe-se que o percentual de docentes que lecionam em até duas áreas é igual a 91,6% (77), aqueles que declararam lecionar em três áreas são 7,1% (6), somados, perfazem o total de 98,8% (83), restando 1,2% (1) que corresponde ao docente que declarou lecionar em quatro áreas.

Tabela 35: Número de áreas referentes disciplinas de graduação *versus* número de áreas referentes disciplinas de pós-graduação (%)*

		Nº de áreas disciplinas graduação								Total	
		1		2		3		4		n	%
		N	%	N	%	N	%	n	%		
No. de áreas disciplinas Pós-graduação	1	44	57,9	5	6,6	2	2,6	1	1,3	52	68,4
	2	7	9,2	7	9,2	3	3,9			17	22,4
	3	4	5,3	1	1,3	1	1,3			6	7,9
	4			1	1,3					1	1,3
Total		55	72,4	14	18,4	6	7,9	1	1,3	76	100,0

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

(*) Percentual tomado sobre o total geral.

Dos 76 docentes que lecionam nos dois níveis de formação, a maioria 57,9% (44) leciona em uma área na graduação e em uma área na pós-graduação, 9,2% (7) lecionam em uma área na graduação e em duas áreas na pós-graduação e 5,3% (4) docentes lecionam em uma área na graduação e em três áreas na pós-graduação.

Dos docentes que lecionam em duas áreas na graduação, 9,2% (7) lecionam em duas áreas na pós-graduação, seguido de 6,6% (5) que lecionam em uma área na pós-graduação. Apenas 1,3% (1) docente leciona em três áreas na pós-graduação, em igual percentual, 1,3% (1) docente leciona em quatro áreas na pós-graduação.

Daqueles que declararam lecionar em três áreas na graduação, 3,9% (3) acumulam mais duas áreas da pós-graduação, os demais, 2,6% (2) lecionam somente em uma área na pós-graduação e 1,3% (1) docente leciona, nas três áreas da graduação e em mais três áreas na pós-graduação.

Somente 1,3% (1) docente leciona em quatro áreas na graduação e acumula com estas áreas mais uma área na pós-graduação.

Conforme demonstrado na Tabela 36 constante do Apêndice A, dos 75 docentes que declararam ministrar disciplinas de Administração na graduação, 56% (42) atuam em apenas uma área, seguido daqueles que atuam em duas áreas, 34,7% (26), atuando em três áreas são 8% (6) e, somente 1,3% (1) docente que atua em quatro áreas. Portanto, dos docentes que declararam ministrar disciplinas de Administração na graduação a maioria atua em apenas uma área. Os demais, lecionam em Administração e em outras áreas. Dos docentes que lecionam em Outras Áreas, pode-se destacar aquelas com maior concentração de docentes: Ciências Contábeis com 83,3% (5) atuando em uma área e 16,7% (1) que atua em duas áreas; Turismo são 100% (4) docentes que atuam somente em uma área e nas disciplinas de Hotelaria são 50% (2) atuando em uma área e 50% (2) em duas áreas.

Como se pode verificar na Tabela 37, constante do Apêndice A. Verificando-se os docentes que se encontram lecionando na pós-graduação, a maioria ministra disciplinas de pós-graduação na área de Administração, sendo 53% (44) docentes lecionando em apenas uma área, 33,7% (28) lecionam em duas áreas, observe-se que são 86,7% (72) os docentes que ministram disciplinas em até duas áreas, dos demais, 7,2% (6) declararam lecionar na área de Administração e em mais duas áreas e somente 6% (5) docentes lecionam em quatro áreas. Dos docentes permanentes dos programas de Administração que ministram disciplinas em outras áreas, a maior concentração observada no apêndice Q, está representada pelos docentes que ministram disciplinas nas Engenharias, sendo 62,5% (5) os que declararam atuar em apenas uma área, 25% (2) em duas áreas e 12,5% (1) em três áreas, seguido das disciplinas em Educação, sendo: 60% (3) os que declararam atuar em apenas uma área, 20% (1) docente que atua em duas áreas e também, 20% (1) atuando em três áreas.

4.5.3 Orientações Concluídas

Dos docentes que têm dentre suas atividades, a de orientar alunos, nos diversos níveis de formação: na iniciação científica, na graduação, no mestrado e no doutorado, observou-se a seguinte distribuição:

Quadro 7: Número de docentes referente orientações concluídas

Orientações	Número de	Docentes	Resumo	Medidas	Descritivas	
	N	%	Média	Desvio Padrão	Mín.	Máx.
I. Científica	47	47,5	1,49	0,953	1	6
Graduação	56	56,6	1,38	0,590	1	3
Mestrado	84	84,8	1,43	0,826	1	5
Doutorado	26	26,3	1,04	0,196	1	2

Total: 99 docentes

Pelo Quadro 7, o nível de formação com maior concentração de orientadores é o mestrado com 84,8% (84) docentes, com o número mínimo de 1 e máximo de 5 áreas referente orientações e uma média de 1,43 área, a variabilidade é de 0,826 considerado o período de titulação de doutorado; as orientações em nível de graduação vêm em segundo lugar com 56,6% (56) docentes envolvidos, com número mínimo de 1 e máximo de 3 áreas referente orientações, com uma média de 1,38 área, a variabilidade é de 0,590; os envolvidos com as orientações na iniciação científica são 47,5% (47), com número mínimo de 1 e máximo de 6 áreas referente orientações uma média de 1,49 e variabilidade de 0,953 e em menor percentual estão os docentes envolvidos com as orientações em nível de doutorado 26,3% (26) com o mínimo de 1 e máximo de 2 áreas referente orientações, média de 1,04 área e variabilidade de 0,196.

Tabela 38: Áreas referente orientações na Iniciação Científica

Áreas *	Citações n	Percentual %
Administração	39	83,0
Secretariado	5	10,6
Psicologia	4	8,5
Turismo	3	6,4
Ciências Sociais	3	6,4
Ciências Contábeis	3	6,4
Ciências Econômicas	3	6,4
Comércio Exterior	3	6,4
Agronomia	1	2,1
Majeure Metiers Du Développement	1	2,1
Direito	1	2,1
História	1	2,1
Enfermagem	1	2,1
Letras	1	2,1
Negócios Internacionais	1	2,1
Total	70	

Fonte: Pesquisa Direta.

(*) Múltipla resposta

Dos 47 docentes que declararam orientar discentes na iniciação científica (Tabela 38) 83% (39) orientam na área de Administração, seguido das orientações em Secretariado 10,6% (5), Psicologia 8,5% (4) e Turismo 6,4% (3), em igual percentual, foram mencionadas as orientações em Ciências Sociais 6,4% (3), Ciências Contábeis 6,4% (3), Ciências Econômicas 6,4% (3) e Comércio Exterior 6,4% (3). As citações restantes, com percentual de 2,1% (1) docente por área, referem-se às orientações nas seguintes áreas: Agronomia, *Majeure Metiers Du Développement*, Direito, História, Enfermagem, Letras e Negócios Internacionais.

Tabela 39: Orientações em nível de graduação / Áreas referentes orientações na Graduação

Orientações na Graduação – Áreas *	Citações N	Percentual %
Administração	45	80,4
Turismo	6	10,7
Ciências Econômicas	5	8,9
Hotelaria	4	7,1
Secretariado	3	5,4
Ciências Contábeis	2	3,6
Negócios Internacionais	2	3,6
Produção Cultural	1	1,8
Comunicação	1	1,8
Relações Públicas	1	1,8
Relações Internacionais	1	1,8
Enfermagem	1	1,8
Ciências Sociais	1	1,8
História	1	1,8
Pedagogia	1	1,8
Direito	1	1,8
Psicologia	1	1,8
Total	77	

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

(*) Múltipla resposta

Dos 56 docentes que declararam orientar em nível de graduação (Tabela 39), 80,4% (45) orientam na área de Administração, seguido das orientações em Turismo 10,7% (6); em Ciências Econômicas 8,9% (5); em Hotelaria 7,1% (4); em Secretariado 5,4% (3); em Ciências Contábeis 3,6% (2) e em igual percentual, Negócios Internacionais 3,6% (2), com 1,8% (1) docente em cada uma, foram citadas as seguintes áreas: Produção Cultural, Comunicação, Relações Públicas, Relações Internacionais, Enfermagem, Ciências Sociais, História, Pedagogia, Direito e Psicologia.

Tabela 40: Áreas referentes orientações no Mestrado

Orientações no Mestrado- Áreas *	Citações n	Percentual %
Administração	81	96,4
Educação	5	6,0
Engenharia	5	6,0
Ciências Econômicas	3	3,6
Sociologia	2	2,4
Agronomia	2	2,4
Ciências da Computação	2	2,4
Negócios Internacionais	2	2,4
Análise Regional	2	2,4
Enfermagem	2	2,4
Estudos Internacionais	1	1,2
Psicologia	1	1,2
Relações Internacionais	1	1,2
Déa Diplôme d'Études Approfondies	1	1,2
Comunicação	1	1,2
Gestão Integrada de Organização	1	1,2
Arquitetura	1	1,2
UFPE/MI-SUDENI PNUD	1	1,2
Ciência da Informação	1	1,2
Serviço Social	1	1,2
Geografia	1	1,2
Direito	1	1,2
Desenvolvimento Humano	1	1,2
Auditoria Profissional	1	1,2
Total	120	

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

(*) Múltipla resposta

Com relação aos docentes que declararam orientar em nível de mestrado (Tabela 40), observou-se uma grande concentração de orientadores na área de Administração, 96,4% (81), seguido de 6% (5) em Educação, em igual percentual 6% (5) em Engenharia, na área de Ciências Econômicas são 3,6% (3), com percentual de 2,4% (2) em cada uma das áreas: Agronomia, Sociologia, Ciências da Computação, em Negócios Internacionais, Análise Regional e em Enfermagem. As áreas com o percentual, 1,2% (1) foram: Estudos Internacionais, Psicologia, Relações Internacionais, *Déa Diplôme d'Études Approfondies*, Comunicação, Gestão Integrada de Organização, Arquitetura, UFPE/MI-SUDENE PNUD, Ciência da Informação, Serviço Social, Geografia, Direito, Desenvolvimento Humano e Auditoria Profissional.

Tabela 41: Áreas referentes orientações no doutorado

Orientações no Doutorado – Áreas*	Citações N	Percentual %
--	-----------------------	-------------------------

Administração	19	73,1
Educação	4	15,4
Ciências Econômicas	1	3,8
Ciência da Computação	1	3,8
Engenharia de Produção	1	3,8
Saúde Pública	1	3,8
Total	27	

Fonte: Pesquisa Direta

(*) Múltipla resposta

Dos 26 docentes que declararam orientar em nível de doutorado (Tabela 41), a maior concentração de orientadores 73,1% (19) é na área de Administração, seguido de 15,4% (4) em Educação, em Ciências Econômicas 3,8% (1), em igual percentual, Ciências da Computação 3,8% (1), Engenharia de Produção 3,8% (1), e Saúde Pública 3,8% (1).

Esses dados podem, talvez, indicar que é realmente necessário definir os limites do campo da Administração enquanto área de conhecimento específica, mesmo admitindo que pelo seu caráter interdisciplinar deva receber contribuições de áreas distintas.

Tabela 42: Número de áreas referente orientações na Iniciação Científica

Número de Áreas	N	%
1	32	68,1
2	11	23,4
3	2	4,3
4	1	2,1
6	1	2,1
Total	47	100,0

Fonte: Pesquisa Direta.

Considerando-se o número mínimo de 1 e número máximo de 6 áreas referente orientações de Iniciação Científica (Quadro 7) declaradas, constatou-se que 68,1% (32) dos docentes orientaram em apenas uma área, orientando em duas áreas apenas 23,4% (11) docente, perfazendo o total de 91,5% (43) docentes orientando em até duas áreas. Aqueles que orientam em três áreas são 4,3% (2) docentes. Apenas, 2,1% (1) docente orienta em quatro áreas e em igual percentual 2,1% (1) docente que citou orientar em seis áreas.

Tabela 43: Número de áreas referente Orientações na Graduação

Número de Áreas	N	%
------------------------	----------	----------

1	38	67,9
2	15	26,8
3	3	5,4
Total	56	100,0

Fonte: Pesquisa Direta

No que refere ao número de áreas referente as orientações na Graduação (número mínimo de 1 e máximo de 3 áreas), observou-se que 67,9% (38) dos docentes declararam haver orientado em apenas uma área, seguido de 26,8% (15) docentes que orientam em duas áreas, juntos perfazem o total de 94,6% (53) docentes que orientam em até duas áreas e, orientando em três áreas, 5,4% (3).

Tabela 44: Número de áreas referente orientações no Mestrado

Orientações no Mestrado (nº de áreas)	N	%
1	60	71,4
2	17	20,2
3	3	3,6
4	3	3,6
5	1	1,2
Total	84	100,0

Fonte: Pesquisa Direta (2007).

Com relação às áreas referente orientações em nível de mestrado (mínimo de 1 e máximo de 5 áreas, constatou-se que 71,4% (60) docentes declararam haver orientado em apenas uma área, seguido de 20,2% (17) que orientaram em duas áreas, no total são 91,7%(77) que orientaram em até duas áreas. Em menor percentual estão aqueles que orientam em três áreas, 3,6% (3), orientando em quatro áreas também são 3,6% (3) docentes e apenas 1,2% (1) docente orientando em cinco áreas.

Tabela 45: Número de áreas referente orientações no Doutorado

Orientações no Doutorado (nº de áreas)	N	%
1	25	96,2
2	1	3,8
Total	26	100,0

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

Dos docentes que orientam no Doutorado (mínimo de 1 e máximo de 2 áreas) verificou-se que 96,2% (25) dos docentes orientam somente em uma área, só 3,8% (1) docente orienta em duas áreas.

Quadro 8: Tempo de titulação como doutor

Resumo Medidas Descritivas				
Nº docentes	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
97	8,70	6,682	0	28

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

Do universo de 99 docentes, 97 mencionaram a data de obtenção do título de doutor, destes, apurou-se: número mínimo de 0 e máximo de 28 anos de titulação, uma média de 8,7 anos e variabilidade de 6,682

Tabela 46: Tempo de doutor (em períodos de 10 anos)

Número de anos	N	%	Fonte: Pesquisa Direta (2007) De acordo com a
Até 10 anos	70	70,7	
11 a 20 anos	19	19,2	
Mais de 20 anos	10	10,1	
Total	99	100,0	

Tabela 46, o tempo de titulação dos doutores, dividido em períodos de 10 anos, são os seguintes: de 1 a 10 anos são 70,7% (70) docentes um percentual expressivo nesta faixa, seguido dos docentes com titulação de 11 a 20 anos, são 19,2% (19) docentes, as duas faixas perfazem o total de 89,9% (89) o que significa que a maioria tem até 20 anos de titulação de doutorado, os demais, 10,1% (10) docentes, têm titulação de doutorado há mais de 20 anos.

No intuito de aprofundar as análises realizou-se o cruzamento das variáveis: “tempo de titulação de doutorado” com “número de áreas referente orientações” realizadas nos diversos níveis de formação.

Tabela 47: Tempo de titulação de doutorado *versus* número de áreas referentes orientações na iniciação científica

Nº áreas Orientações	Tempo de doutor						Total	
	Até 10 anos		De 11 a 20 anos		Mais de 20 anos		n	%
	n	%	n	%	n	%		
I.Científica								
1	25	78,1	6	50,0	1	33,3	32	68,1
2	6	18,8	4	33,3	1	33,3	11	23,4
3			2	16,7			2	4,3
4	1	3,1					1	2,1
6					1	33,3	1	2,1
Total	32	100,0	12	100,0	3	100,0	47	100,0

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

Na Tabela 47, observa-se que, dos 32 docentes com até 10 anos de titulação de doutorado, 78,1% (25) docentes orientam em uma área, seguido de 18,8% (6) docentes que orientam em duas áreas e, 3,1% (1) docente orientando em quatro áreas.

Dos docentes que estão na faixa de 11 a 20 anos de titulação, 50% (6) docentes, orientam somente em uma área, 33,3% (4) docentes orientam em duas áreas e orientando em três áreas são 16,7% (2) docentes.

Daqueles com mais de 20 anos de titulação: 33,3% (1) docente orienta em uma área, em igual percentual 33,3% (1) docente orienta em duas áreas e em igual percentual 33,3% (1) docente que orienta em seis áreas.

Tabela 48: Tempo de titulação de doutorado *versus* número de áreas referente orientações de graduação

Nº áreas Orientações	Tempo de		Doutor		Mais de 20 anos		Total	
	Até 10 anos		De 11 a 20 anos		Mais de 20 anos		N	%
	n	%	n	%	n	%		
Graduação								
1	31	68,9	4	57,1	3	75,0	38	67,9
2	11	24,4	3	42,9	1	25,0	15	26,8
3	3	6,7					3	5,4
Total	45	100,0	7	100,0	4	100,0	56	100,0

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

A Tabela 48 demonstra que dos 45 doutores com titulação até 10 anos, a maioria 68,9% (31) docentes orientam em apenas uma área, seguido de 24,4% (11) docentes orientando em duas áreas, orientando em três áreas são 6,7% (3) docentes.

Na faixa de 11 a 20 anos de titulação, são: 57,1% (4) docentes orientando em uma área e orientando em duas áreas são 42,9% (3) docentes.

Daqueles com mais de 20 anos de titulação, 75% (3) docentes orientam somente em uma área e 25% (1) docente orienta em duas áreas.

Tabela 49: Tempo de titulação de doutorado *versus* número de áreas referente orientações de mestrado

Nº de áreas Orientações Mestrado			Tempo de Doutor				Total	
	Até 10 anos		De 11 a 20 anos		Mais de 20 anos			
	n	%	n	%	n	%	N	%
1	41	74,5	11	57,9	8	80,0	60	71,4
2	11	20,0	5	26,3	1	10,0	17	20,2
3	2	3,6	1	5,3			3	3,6
4	1	1,8	1	5,3	1	10,0	3	3,6
5			1	5,3			1	1,2
Total	55	100,0	19	100,0	10	100,0	84	100,0

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

Conforme Tabela 49, observa-se que, dos docentes com titulação de doutor até 10 anos, 74,5% (41) orientam somente em uma área, seguido de 20% (11) docentes que orientam em duas áreas, 3,6% (2) docentes orientando em três áreas e somente 1,8% (1) docente que orienta em quatro áreas.

Dos doutores com titulação na faixa de 11 a 20 anos, 57,9% (11) docentes orientam somente em uma área, seguido daqueles docentes que orientam em duas áreas, 26,3% (5), os demais, estão assim distribuídos: 5,3% (1) docente que orienta em três áreas, em igual percentual, 5,3% (1) docente que orienta em quatro áreas e 5,3% (1) docente orientando em cinco áreas.

Daqueles doutores com mais de 20 anos de titulação, 80% (8) docentes orientam somente em uma área, os demais, 10% (1) docente orientando em duas áreas e, também, 10% (1) docente que orienta em quatro áreas.

Tabela 50: Tempo de titulação de doutorado *versus* número de áreas referente orientações de doutorado

Nº áreas orient.	Até 10 anos	De 11 a 20 anos	Mais de 20 anos	Total
------------------	-------------	-----------------	-----------------	-------

Doutorado								
	n	%	n	%	n	%	n	%
1	11	100,0	8	100,0	6	85,7	25	96,2
2					1	14,3	1	3,8
Total	11	100,0	8	100,0	7	100,0	26	100,0

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

Dos docentes que orientam no doutorado (Tabela 50), com até 10 anos de titulação, todos 100% (11) orientam somente em uma área, daqueles que têm de 11 a 20 anos de titulação, todos 100% (8) também, orientam em uma área e dos docentes com mais de 20 anos de titulação, a maioria, 85,7% (6) docentes orientam somente em uma área e 14,3% (1) docente orienta em duas áreas.

Na próxima seção, serão apresentados os aspectos, selecionados para uma maior reflexão, de maneira sintetizada.

4.6 – APRESENTAÇÃO DE QUADROS SÍNTESE.

Nesta seção, serão apresentados quadros-síntese dos resultados extraídos grande parte neste trabalho impresso e parte constante da planilha *Excel*, apresentada em CD (Apêndice B), referente aos cruzamentos das variáveis que representam as dimensões: formação e atuação dos docentes.

A elaboração e apresentação dos quadros-síntese tiveram o intuito de contribuir com maiores esclarecimentos com relação à diversidade observada, no que diz respeito à relação entre as duas dimensões elencadas, após analisar de forma combinada as variáveis.

Quadro-Síntese 9: Áreas de Atuação declaradas pelos Graduados e pelos Doutores *versus* número de docentes atuando em Administração e em Outras Áreas

Áreas de Atuação	N	%
Graduados em Administração atuam em Administração (Base=88)	37	42
Graduados em Administração atuam em Outras Áreas 45% (9) atuam em Ciências Econômicas (Base 20) 33,3% (3) atuam em Ciências Políticas (Base 9) 44,4% (4) atuam em Educação (Base 9) 66,7% (4) atuam em Psicologia (Base 6) 80% (4) atuam em Comunicação (Base 5) 40% (2) atuam em Sociologia (Base 5)	26	
Graduados em Outras Áreas atuam em Administração 13,6% (12) graduados em Engenharias (Base 88) 10,2% (9) graduados em Ciências Econômicas (Base 88) 5,7% (5) graduados em Ciências Exatas (Base 88) 4,5% (4) graduados em Psicologia (Base 88) 3,4% (3) graduados em Direito (Base 88) 3,4% (3) graduados em Ciências Contábeis (Base 88) 2,3% (2) docentes graduados em cada uma das áreas: Agronomia, Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Arquitetura e Pedagogia (Base 88) 1,1% (1) docente por área: Sociedade e Estado em Perspectiva de Integração, Comunicação, Filosofia, <i>Sprachen-Wirtschafts und Kulturraumstudien</i> e Geologia.	51	
Doutores em Administração atuam em Administração (Base 89)	41	46
Doutores em Administração atuam em Outras Áreas 33,3% (7) atuam em Ciências Econômicas (Base 21) 22% (2) atuam em Ciências Políticas (Base 9) 11,1% (1) atuam em Educação (Base 9) 20% (1) atuam em Comunicação (Base 5)	11	
Doutores em Outras Áreas atuam em Administração 7,9% (7) doutor em Engenharia de Produção (Base 89) 5,6% (5) doutor em Sociologia (Base 89) 5,6% (5) doutor em Economia (Base 89) 5,6% (5) doutor em Educação (Base 89) 2,2% (2) doutores em cada uma das áreas: Psicologia, Comunicação e Cultura Contemporânea, Urbanismo, Ciências Políticas, Controladoria e Contabilidade, Psicologia do Trabalho e das Organizações (Base 89) 1,1% (1) doutor em cada uma das áreas: Ciências Humanas e Economia, Sócio Economia do Desenvolvimento, Política de Ciência e Tecnologia, Comunicação, Sociologia Econômica e das Organizações, <i>Regional Planning</i> , Gerenciamento Estratégico, Economia da Indústria e da Tecnologia, <i>Ciencias Economicas y Empresariales</i> , <i>Supply Chain Management</i> , <i>Marketing</i> , <i>Business Policy</i> e Planejamento Governamental.	48	

Quadro-Síntese 10: Graduados e Doutores em Administração e em Outras Áreas lecionam na Área de Administração e em Outras Áreas

Disciplinas ministradas na Graduação	N	%
Docentes graduados em Administração lecionam em Administração (Base 74)	32	43,2
Docentes graduados em Administração lecionam em Outras Áreas 16,7% (1) leciona em Ciências Contábeis (Base 6) 20% (1) leciona em Economia (Base 5) 25% (1) leciona em Turismo (Base 4) 25% (1) leciona em Hotelaria (Base 4) 33,3% (1) leciona no Secretariado (Base 3) 33,3% (1) leciona em Direito (Base 3)	6	
Docentes graduados em Outras Áreas lecionam em Administração 18,9% (14) graduados nas Engenharias (Base 74) 9,5% (7) graduados em Ciências Econômicas (Base 74) 5,4% (4) graduados em Ciências Exatas (Base 74) 4,1% (3) graduados em Ciências Sociais 2,7% (2) graduados em Psicologia (Base 74) 2,7% (2) graduados em Arquitetura (Base 74) 2,7% (2) graduados em Pedagogia (Base 74) 2,7% (2) graduados em Ciências Contábeis (Base 74) 1,4% (1) graduado em cada uma das áreas: Sociedade e Estado e Perspectiva de Integração, Ciências da Saúde, Comunicação, Filosofia, Ciências Contábeis e Sprachen- Wirtschafts und Kulturraumstudien	42	
Docentes doutores em Administração lecionam em Administração (Base 75)	34	45,3
Docentes doutores em Administração lecionam em Outras Áreas 50% (3) lecionam em Ciências Contábeis (Base 6) 40% (2) lecionam em Economia (Base 5) 25% (1) leciona em Turismo (Base 4) 75% (3) lecionam em Hotelaria (Base 4) 33,3% (1) leciona no Secretariado (Base 3)	10	
Docentes doutores em Outras Áreas lecionam em Administração (Base 75) 8% (6) Doutores em Engenharia de Produção 6,7% (5) Doutores em Educação 5,3% (4) Doutores em Sociologia 4% (3) Doutores em Economia 2,7% (2) docentes doutores em cada uma das áreas: Urbanismo, Economia da Indústria e da Tecnologia, Ciências Políticas, Psicologia do Trabalho e das Organizações 1,3% (1) docente em cada uma das áreas: Psicologia, Sócio Economia do Desenvolvimento, Comunicação e Cultura Contemporânea, Política de Ciências e Tecnologia, Engenharia, Comunicação, Sociologia Econômica e das Organizações, <i>Regional Planning</i> , Gerenciamento Estratégico, <i>Ciencias Economicas y Empresariales</i> , <i>Informatique</i> , <i>Supply chain Management</i> , <i>Government</i> , <i>Marketing</i> e Direito.	41	

Quadro-Síntese 11: Graduados e Doutores em Administração e em Outras Áreas lecionam na Pós-graduação em Administração e em Outras Áreas

Disciplinas ministradas na Pós-graduação	N	%
Docentes graduados em Administração lecionam em Administração (Base 82)	32	39
Docentes graduados em Administração lecionam em Outras Áreas 14,3% (1) leciona nas Engenharias (Base 7) 100% (1) leciona em Desenvolvimento Regional e Urbano (Base 1) 100% (1) leciona em CPA (Base 1) 100% (1) leciona em Matemática Empresarial (Base 1) 50% (1) leciona em Sociologia (Base 2) 100% (2) lecionam em Odontologia Social (Base 2) 50% (1) leciona em Negócios Internacionais (Base 2)	8	
Docentes graduados em Outras Áreas lecionam em Administração (Base 82) 17,1% graduados nas Engenharias 9,8% (8) graduados em Ciências Econômicas 6,1% (5) graduados em Ciências Exatas 3,7% (3) graduados em Psicologia 3,7% (3) graduados em Direito 3,7% (3) graduados em Ciências Contábeis 2,4% (2) docentes em cada uma das áreas: Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Arquitetura, Pedagogia. 1,2% (1) docente em cada uma das áreas: Agronomia, Sociedade e Estado em Perspectiva de Integração, Comunicação, Filosofia, Sprachen-Wirtschafts und Kulturraumstudien e Geologia.	50	
Docentes doutores em Administração lecionam em Administração (Base 83)	36	43,4
Docentes doutores em Administração lecionam em Outras Áreas 50% (1) leciona em Economia (Base 2) 100% (1) leciona Gestão Social (Base 1) 28,6% (2) lecionam em Engenharia (Base 7) 100% (1) leciona em CPA (Base 1) 100% (1) leciona em Enfermagem (Base 1) 100% (1) leciona Matemática Empresarial (Base 1) 50% (1) leciona Odontologia Social (Base 2) 50% (1) leciona Análise Regional (Base 2) 50% (1) leciona Finanças (Base 2)	10	
Docentes doutores em Outras Áreas lecionam em Administração (Base 83) 6%(5) doutores em Sociologia 6% (5) doutores em Engenharia de Produção 6% (5) doutores em Educação 4,8% (4) doutores em Economia 2,4% (2) doutores em cada uma das áreas: Comunicação e Cultura Contemporânea, Urbanismo, <i>Regional Planning</i> , Economia da Indústria e da Tecnologia, Ciências Políticas, Contabilidade e Contabilidade e Psicologia do Trabalho e das Organizações. 1,2% (1) doutor em cada uma das áreas: Ciências Humanas e Economia, Psicologia, Sócio Economia do Desenvolvimento, Política de Ciência e Tecnologia, Engenharia, Comunicação, Gerenciamento Estratégico, <i>Ciencias Economicas y Empresariales</i> , <i>Informatique</i> , <i>Government</i> , <i>Marketing</i> , <i>Business Policy</i> , Planejamento Governamental e Direito.	47	

Quadro-Síntese 12: Graduados e Doutores em Administração e em Outras Áreas orientam na Iniciação Científica

Orientações na Iniciação Científica	N	%
Docentes graduados em Administração orientam na IC – Administração (Base 39)	15	38,5
Docentes graduados em Administração orientam na IC-Outras Áreas 40% (2) orientam no Secretariado (Base 5) 33,3% (1) orientam em Ciências Sociais (Base 3) 66,7% (2) orientam em Turismo (Base 3) 50% (1) orienta em Ciências Econômicas (Base 2) 33,3% (1) orienta em Comércio Exterior (Base 3)	7	
Docentes graduados em Outras Áreas orientam na IC- Administração (Base 39) 10,3% (4) docentes em cada uma das áreas: Engenharias e Ciências Exatas 7,7% (3) docentes em cada uma das áreas: Ciências Econômicas e Direito 5,1% (2) docentes em cada uma das áreas: Arquitetura, Pedagogia e Ciências Contábeis. 2,6% (1) docente em cada uma das áreas: Psicologia, Sociedade e Estado em Perspectiva de Integração, Comunicação e Filosofia.	24	
Docentes doutores em Administração orientam na IC-Administração (Base 39)	21	53,8
Docentes doutores em Administração orientam na IC-Outras Áreas 50% (2) orientam em Psicologia (Base 2) 20% (1) orientam no Secretariado (Base 4) 66,7% (2) orientam em Ciências Sociais (Base 3) 66,7% (2) orientam em Ciências Contábeis (Base 3) 100% (1) orientam em Direito (Base 1) 100% (1) orientam em História (Base 1) 100% (1) orientam em Enfermagem (Base 1) 33,3% (1) orienta em Turismo (Base 3) 50% (1) orienta em Ciências Econômicas (Base 2) 100% (3) orienta em Comércio Exterior (Base 3) 100% (1) orienta em Negócios Internacionais (Base 1)	16	
Docentes doutores em Outras Áreas orientam na IC-Administração (Base 39) 10,3% (4) doutores em Sociologia 5,1% (2) doutores em cada área: Engenharia de Produção e Educação 2,6% (1) doutor em cada uma das áreas: Psicologia, Urbanismo, <i>Regional Planning</i> , Gerenciamento Estratégico, <i>Ciencias Economicas y Empresariales</i> , <i>Government</i> , <i>Marketing</i> , Controladoria e Contabilidade, Psicologia do Trabalho e das Organizações,	18	

Quadro-Síntese 13: Graduados e Doutores em Administração e em Outras Áreas orientam na Graduação em Administração e em Outras Áreas

Orientações na Graduação	N	%
Docentes graduados em Administração orientam na Administração (Base 44)	22	50
Docentes graduados em Administração orientam nas Outras Áreas 80% (4) orientam em Turismo (Base 5) 75% (3) orientam em Hotelaria (Base 4) 100% (3) orientam no Secretariado (Base 3) 25% (1) orienta em Ciências Econômicas (Base 4) 100% (1) orienta em Ciências Sociais (Base 1) 50% (1) orienta em Negócios Internacionais (Base 2)	13	
Docentes graduados em Outras Áreas orientam na Administração (Base 44) 11,4% (5) graduados em Ciências Econômicas 15,9% (7) graduados em Engenharias 4,5% (2) graduados em Ciências Sociais 2,3% (1) graduado em cada uma das áreas: Psicologia, Ciências Exatas, Arquitetura, Pedagogia, Filosofia, Direito, Ciências Contábeis e Geologia.	22	
Docentes doutores em Administração orientam na Administração (Base 45)	20	44,4
Docentes doutores em Administração orientam nas Outras Áreas 100% (1) orienta em Enfermagem (Base 1) 66,7% (4) orientam em Turismo (Base 6) 75% (3) orientam em Hotelaria (Base 4) 66,7% (2) orientam no Secretariado (Base 3) 75% (3) orientam em Ciências Econômicas (Base 4) 50% (1) orientam em Negócios Internacionais (Base 2)	14	
Docentes doutores em Outras Áreas orientam na Administração (Base 45) 15,6% (7) doutores em Engenharia de Produção 8,9% (4) doutores em Educação 4,4% (2) doutores em Psicologia do Trabalho e das Organizações 2,2% (1) doutor em cada uma das áreas: Urbanismo, Engenharia, Sociologia, Sociologia Econômica e das Organizações, Economia, <i>Ciencias Economicas y Empresariales</i> , <i>Supply chain Management</i> , <i>Government</i> , Ciências Políticas, <i>Marketing</i> , <i>Business Policy</i> e Planejamento Governamental.	25	

Quadro-Síntese 14: Graduados e Doutores na Área de Administração e em Outras Áreas orientam na Pós-graduação – Mestrado em Administração e em Outras Áreas

Orientações na Pós-graduação - Mestrado	N	%
Docentes graduados em Administração orientam na Administração (Base 79)	28	35,4
Docentes graduados em Administração orientam nas Outras Áreas 100% (2) orientam em Ciências Econômicas (Base 2) 20% (1) orienta em Educação (Base 5) 25% (1) orienta nas Engenharias (Base 4) 100% (1) orienta em Arquitetura (Base 1) 100% (1) orienta em Serviço Social (Base 1) 50% (1) orienta em Negócios Internacionais (Base 2) 100% (1) orienta em Desenvolvimento Regional e Urbano	8	
Docentes graduados em Outras Áreas orientam na Administração (Base 79) 16,5% (13) graduados nas Engenharias 10,1% (8) graduados em Ciências Econômicas 6,3% (5) graduados em Ciências Exatas 5,1% (4) graduados em Psicologia 3,8% (3) docentes graduados em cada área: Ciências Sociais, Pedagogia, Direito e Ciências Contábeis. 2,5% (2) docentes graduados em cada área: Ciências da Saúde e Arquitetura. 1,3% (1) docente em cada área: Agronomia, Sociedade e Estado em Perspectiva de Integração, Comunicação e Filosofia.	51	
Docentes doutores em Administração orientam na Administração (Base 81)	33	40,7
Docentes doutores em Administração orientam nas Outras Áreas 25% (1) orienta em Engenharia (Base 4) 100% (1) orienta em Serviço Social (Base 1) 100% (2) orientam em Análise Regional (Base 2) 50% (1) orienta em Enfermagem (Base 2)	5	
Docentes doutores em Outras Áreas orientam na Administração (Base 81) 7,4% (6) doutores em Engenharia de Produção 6,2% (5) doutores em Sociologia 6,2% (5) doutores em Educação 4,9% (4) doutores em Economia 2,5% (2) doutores em cada área: Psicologia, Urbanismo, <i>Regional Planning</i> , Economia da Indústria e da Tecnologia, Controladoria e Contabilidade e Psicologia do Trabalho e das Organizações. 1,2% (1) doutor em cada uma das áreas: Ciências Humanas e Economia, Sócio Economia do Desenvolvimento, Política de Ciência e Tecnologia, Engenharia, Sociologia Econômica e das Organizações, Gerenciamento Estratégico, <i>Ciencias Economicas y Empresariales</i> , <i>Supply chain Management</i> , <i>Government</i> , <i>Ciências Políticas</i> , <i>Marketing</i> , <i>Business Policy</i> , Planejamento Governamental e Direito.	48	

Quadro-Síntese 15: Graduados e Doutores em Administração e em Outras Áreas orientam na Pós-Graduação – Doutorado em Administração e em Outras Áreas

Orientações na Pós-graduação - Doutorado	N	%
Docentes graduados em Administração orientam em Administração (Base 18)	7	38,9
Docentes graduados em Administração orientam em Outras Áreas 100% (1) orienta em Saúde Pública (Base 1)	1	
Docentes graduados em Outras Áreas orientam em Administração 22,2% (4) graduados nas Engenharias 16,7% (3) graduados em Ciências Econômicas 5,6% (1) graduado em cada área: Ciências Sociais, Arquitetura, Pedagogia e Geologia	11	
Docentes doutores em Administração orientam em Administração Base 19	5	26,3
Docentes doutores em Administração orientam em Outras Áreas 100% (1) doutor orienta em Saúde Pública (Base 1)	1	
Docentes doutores em Outras Áreas orientam em Administração (Base 19) 15,8% (3) doutores em Engenharia de produção 10,5% (2) doutores em <i>Regional Planning</i> 10,5% (2) doutores em Economia 5,3% (1) doutor em cada área: Urbanismo, Política de Ciência e Tecnologia, Sociologia Econômica e das Organizações, Gerenciamento Estratégico, <i>Marketing</i> , Planejamento Governamental e Psicologia do Trabalho e das Organizações.	14	

Após apresentar os quadros-síntese, que representam a maior parte dos resultados encontrados, a seguir, será abordado o último item – Produção bibliográfica - também objeto de análise.

4.7 - PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

A análise quantitativa da produção bibliográfica revelou diferenças significativas para os vários produtos considerados, correspondente ao período: da data de titulação de doutor até o ano de 2006.

Certamente, a produção científica é muito influenciada pelo tempo de obtenção do doutorado dos pesquisadores, por esse motivo, para que se pudesse apresentar uma produtividade mais próxima da realidade foram excluídos da contagem 2 (dois) dos docentes com produção quantitativa, em dados brutos, muito acima da maioria dos números observados, e também, o docente com titulação de doutor obtida em 2007, e que está no início da produção. Assim, foram considerados do universo de 99 docentes, apenas 96 na apuração dessa produção.

Quadro 16: Produção Bibliográfica

	Nos. Válidos	Média	D. Padrão	Mínimo	Máximo	Soma
Trabalhos completos publicados em anais de congressos	89	20,89	19,623	1	96	1859
Produção bibliográfica: demais trabalhos	25	10,80	9,301	1	37	270
Nº de artigos completos publicados em periódicos	84	10,01	10,661	1	50	841
Demais tipos de produção bibliográfica	39	8,46	11,069	1	52	330
Nº de livros publicados/organizados/edições	38	3,18	3,048	1	12	121
Textos em jornais de notícias/revistas	48	4,48	6,298	1	39	215
Capítulos de livros publicados	60	4,07	4,129	1	18	244

Fonte: Pesquisa Direta (2007)

Dos 96 docentes, 92,7% (89) têm trabalhos completos publicados em anais de congressos, a produção total é de 1859 trabalhos, variando entre 1 e 96 produtos, com uma média de 20,89 por pesquisador; 39,6% (38) têm livros publicados/organizados/edições, a produção total é de 121 trabalhos, variando entre 1 e 12, com uma média de 3,18 por pesquisador; os que têm capítulos de livros publicados são 62,5% (60) docentes, a produção total desse produto é de 244 capítulos, variando entre 1 e 18, com uma média de 4,07 por pesquisador; têm textos publicados em jornais/notícias/revistas 50% (48) dos docentes, a produção total é de 215, com variação entre 1 e 39 unidades, com uma média de 4,48 por pesquisador; os artigos foram publicados em periódicos científicos por 87,5% (84) dos docentes, no total foram produzidos 841 artigos, variando entre 1 e 50, com uma média de 10,01 por pesquisador, são 40,6% (39) os docentes que realizaram outros tipos de produção bibliográfica (Exemplo: Relatório de Pesquisa/Consultoria, Conferência, Palestra, dentre outros), no total foram 330 citações, variando entre 1 e 52, com uma média de 8,46 por pesquisador. O item demais trabalhos (Exemplo: Curso ministrado, Debatedor, Avaliador, dentre outros), foi citado por 26,04% (25) dos docentes, no total são 270 trabalhos, com variação entre 1 e 37 e na média são 10,80 trabalhos por pesquisador.

4.7.1 - Indicador Médio de Produção

Com o intuito de apresentar, qual a participação, em média, de cada um dos pesquisadores na produção demonstrada no Quadro 16 (total: 96 docentes), que reflete diretamente na produtividade dos programas dos quais fazem parte, criou-se o indicador médio da produção para

identificar a participação individual na produtividade, com relação aos produtos considerados e de acordo com o tempo de titulação de doutorado de cada um dos docentes.

Para cálculo desse indicador, foi considerado o número de produtos de cada espécie produzida individualmente, dividido pelo número de anos de titulação de doutor (de cada um) que resulta na média de publicações por ano de titulação. Após apurar a produção média anual de todos os docentes pesquisados, por produto considerado, as médias foram somadas e o total foi dividido pelo número total de docentes por produto. Obteve-se assim, a participação, em média, por docente de cada uma das espécies de produtos.

De acordo com o Quadro 17 – Apêndice A, considerado o indicador médio da produção tem-se como resultado, a participação em média por pesquisador no total de cada um dos produtos gerados, assim discriminados: para trabalhos completos em anais de congressos a média passa a ser 2,47; para os livros publicados/organizados/edições é de 0,34; para os capítulos de livros publicados é de 0,46; textos em jornais/notícias/revistas 0,59; no que se refere aos artigos completos publicados em periódicos a média é de 1,03; demais tipos de produção bibliográfica 0,8 e os demais trabalhos 1,22.

Ainda com relação à produção bibliográfica, um dos produtos gerados – artigos publicados em periódicos – foi analisado também qualitativamente, no que se refere aos periódicos utilizados como veículos para publicações destes artigos. Elegeram-se os artigos pela relevância desse produto no conjunto de itens avaliados pela Capes e que poderiam até determinar a conquista de patamares mais elevados do conceito Capes pelo programa, no caso de se tratar de publicações com inserção internacional.

Para a verificação dos veículos utilizados pelos docentes para a publicação dos seus artigos, procurou-se acompanhar a tendência observada nos trabalhos acadêmicos, a de apurar a produção dos últimos três anos em virtude do volume produzido desde a obtenção do título de doutor.

Assim, optou-se por identificar os periódicos utilizados no triênio 2004, 2005 e 2006, classificados no Sistema Qualis de Administração, como Internacional A, B e C, Nacional A, B e C e Local A, B e C.

Quadro 18: Número de docentes com publicações nos periódicos Qualis de Administração no último triênio

Casos Válidos		Missing		Total	
N	%	N	%	N	%
55	55,5	44	44,5	99	100

Foram 55 os docentes que citaram os periódicos utilizados para publicações de seus artigos

Tabela 51: Periódicos utilizados pelos docentes para publicações

PERIÓDICOS	Classificação	Citações	Percentual de
		N	Docentes
Organizações e Sociedade	Nac A	20	36,4%
Cadernos EBAPE	Nac A	14	25,5%
Revista Adminst. Contemp.- RAC	Nac A	13	23,6%
Revista Eletr. Administração - REA	Nac A	13	23,6%
Revista Bras. de Adm. Pública - RAP	Nac A	11	20,0%
Gestão e Planejamento	Nac B	8	14,5%
Revista Eletr. Gest. Organiz.	Nac B	8	14,5%
Revista de Adm. Empresas - RAE	Nac A	6	10,9%
Alcance	Nac B	4	7,3%
Revista de Adm. e Contab. BASE	Loc A	4	7,3%
Gestão e Regionalidade	Loc C	3	5,5%
Revista de Adm. da USP - RAUSP	Nac A	3	5,5%
Turismo, Visão e Ação	Nac C	3	5,5%
ERA Eletrônica	Nac A	2	3,6%
Cadernos de Pós-graduação	Loc C	1	1,8%
Psicologia, Reflexão e Crítica	Nac A	1	1,8%
Revista Bras. Ciências Sociais	Nac A	1	1,8%
Revista Contemp. Econ. E Gestão	Loc B	1	1,8%
Revista Gest. Tecnol. Sist. Infor	Nac C	1	1,8%
Revista de Negócios	Nac C	1	1,8%
Revista do Centro de Ciên. Adm	Nac A	1	1,8%
Revista IMES	Loc C	1	1,8%
		Base = 55 docentes	

Fonte: Pesquisa Direta (2007).

Dos docentes pesquisados, 55 declararam haver publicado em periódicos classificados no Sistema Qualis de Administração no triênio 2004, 2005 e 2006. A tabela 51, apresenta a distribuição dos periódicos que foram utilizados como veículos de divulgação pelos docentes. Dentre estes periódicos, os mais citados foram os seguintes: em primeiro lugar, com concentração do maior número de artigos, cabe destacar o periódico Organizações e Sociedade classificado como Nacional A, com 36,4% (20) das citações, seguido das publicações nos Cadernos Ebape, Nacional A, com 25,5% (14); as publicações na Revista Administração Contemporânea (RAC), Nacional A, foram 23,6% (13) em igual percentual, 23,6% (13) foi citada a Revista Eletrônica de Administração (READ), Nacional A e na quinta posição a Revista Brasileira de Administração Pública (RAP), Nacional A, com 20% (11). Em menor percentual foram citados os periódicos: Gestão e Planejamento, Nacional B, com 14,5% (8) das citações, a Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, Nacional B, também foi citada com o mesmo percentual 14,5% (8), a Revista de Administração de Empresas – RAE,

Nacional A 10,9% (6), o periódico Alcance, Nacional C, 7,3% (4), em igual percentual estão as publicações na Revista de Administração e Contabilidade BASE, Local A, com 7,3%, da área de Administração, compõem o *ranking* dos dez mais utilizados pelos pesquisadores.

Os demais periódicos encontram-se assim distribuídos: com 5,5% (3) foram citados, Gestão e Regionalidade, Local C; Revista de Administração da USP – RAUSP, Nacional A e Turismo, Visão e Ação, Nacional C; com 3,6% (2) a RAE Eletrônica, Nacional A e os demais, com 1,8% (1): Cadernos de Pós-graduação, Local C; Psicologia, Reflexão e Crítica, Nacional A; Revista Brasileira de Ciências Sociais, Nacional A, Revista Contemporânea de Economia e Gestão – Contextus, Local B, Revista de Gestão da Tecnologia e Sistema de Informação, Nacional C, Revista de Negócios, Nacional C, Revista do Centro de Ciências Administrativas, Nacional A e Revista IMES, Local C.

A seguir, apresentam-se a consolidação dos resultados obtidos, as conclusões, as recomendações e sugestões para estudos futuros e as limitações.

5 - CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

Nesta seção, serão abordadas as considerações que representam os principais resultados obtidos neste trabalho, de acordo com os objetivos delineados inicialmente e da principal questão do estudo. Além disso, serão apontadas idéias para pesquisas futuras, como consequência de uma reflexão final.

Este trabalho se ocupou em apresentar, com base nas informações do currículo *Lattes*, o perfil do docente permanente lotado nos programas acadêmicos de pós-graduação *stricto sensu* em Administração da Região Nordeste do Brasil, no que se refere às características da formação acadêmica e da atuação profissional na perspectiva da coincidência ou não entre as áreas do conhecimento das dimensões elencadas.

Com base nos resultados apurados na investigação quantitativa, realizou-se a avaliação qualitativa das variáveis, utilizando-se o recurso da múltipla resposta, à exceção da identificação dos títulos de formação de graduação e de pós-graduação.

Com relação ao primeiro objetivo específico deste trabalho, que consiste na identificação e caracterização dos docentes, os resultados do estudo ora realizado mostraram que no grupo de

docentes pesquisado, há predominância do gênero masculino, sendo 68,7% (68) deles do gênero masculino e 31,3% (31) do gênero feminino. Não foi possível apurar, através da pesquisa documental, os dados com relação à faixa etária e ao estado civil, pois no currículo *Lattes* não há campo para essas informações.

Trata-se de um contingente de “jovens” doutores, com relação ao tempo de titulação. A metade, dos docentes 47,5% (47), Base 99, obteve seus títulos entre os anos de 2000 e 2006. E, conforme se verificou a maioria, 89,9% (89), tem até 20 anos de titulado.

Respondendo ao segundo objetivo específico referente à formação básica de graduação na área de Administração, o que se observa é que 40,6% (39) docentes, Base 96, são graduados em Administração. Desses, somente 20,8% (20) optaram por realizar o Doutorado na mesma área (Administração). Há também uma parte considerável de docentes, 21,9%, graduados em Outras Áreas que optaram pelo Doutorado na Área de Administração, observa-se uma pequena concentração de doutores da Área de Administração. Quando se analisaram os dois níveis de formação de forma combinada, foi possível observar o contingente de doutores que, somados, perfazem o total de 37,5% (36) docentes graduados em Outras Áreas do conhecimento, que optaram pelo Doutorado também em Outras Áreas e que, naquele momento da pesquisa, encontravam-se contribuindo com a Área de Administração.

Com relação ao terceiro objetivo específico deste estudo, os resultados indicaram que esses docentes atuam em mais de uma área, e a maioria, 91,8% (89), cita a Administração como uma das áreas. No que se refere às disciplinas ministradas, grande parte dos docentes leciona em apenas 1(uma) área na Graduação e 1(uma) área na Pós-graduação. A maior concentração de docentes está na área de Administração.

Quanto às orientações de discentes, verificou-se que, em média, cada docente orienta em uma área e, também, há maior concentração de docentes orientando na área de Administração nos dois níveis de formação: Graduação e Pós-graduação.

A partir dos quadros-síntese apresentados no item 4.5, evidencia-se também a existência de um contingente considerável de docentes de Outras Áreas atuando na área de Administração e de outra parte, uma inserção bastante discreta de docentes com formação em Administração atuando em Outras Áreas.

Em quase todos os itens, a relação verificada entre os doutores titulados em Administração, 41,8% (41), e os doutores titulados em Outras Áreas, 58,2% (57), Base 98, que atuam em Administração, mantém-se na proporcionalidade de 4 para 6 (40%/60%) em percentuais aproximados, à exceção dos doutores em Administração, que orientam na Iniciação Científica.

Esse resultado, assim apresentado, parece evidenciar certa abertura para os doutores formados em Outras Áreas. Cabe também destacar a aproximação bastante evidente das

Engenharias com a Administração. A estreita relação aparece quando se observam os títulos dos docentes de Outras Áreas que atuam em Administração. Tal constatação contempla a corrente de pensadores (CAPES) que defende a diversidade das áreas de formação e que entende tratar-se de um fator que contribui positivamente para o crescimento e maior qualidade da área e contraria as expectativas daqueles que apóiam a luta dos profissionais que atuam na Área de Administração pela legitimação acadêmica e profissional e entende que o administrador deve ter um espaço próprio, peculiar e inconfundível, que não permita a inserção de outras profissões (CFA,2004).

A surpresa ficou por conta do número expressivo, 37,5% (36), docentes que atuam nos Programas de Pós-graduação em Administração e não têm formação básica de graduação e tampouco doutorado na área de Administração conforme demonstrado na p.112. Mas esse fato pode também denotar outras variáveis que poderiam contribuir para esse quadro, como por exemplo, a imprecisão dos limites desse campo do conhecimento.

Com relação, ainda, à formação acadêmica, mais da metade dos docentes 68,7% (68), Base 99, optou por realizar sua formação de Doutorado no País. Daqueles que optaram pelo Doutorado fora do País, a maior parte doutorou-se na França, 12,1% (12), e na Inglaterra foram 10,1% (10), que figuram como locais mais citados.

Outra característica observada, desse universo, é o domínio de outro idioma, o Inglês foi citado por 97,8% (91) dos docentes e, em segundo lugar, entre os mais citados, está o idioma Espanhol, com 88,2% (82) citações.

O levantamento referente à produção bibliográfica, embora tenha sido realizado isoladamente, pode demonstrar, em termos quantitativos, a produção dos docentes, durante o seu tempo de Doutorado, e também se revelou uma oportunidade para a criação de um indicador médio de produção individual por produto e por ano de titulação.

Ainda com referência à produção bibliográfica, apurou-se também o *ranking* dos 10(dez) periódicos mais utilizados pelos docentes para suas publicações, dentre aqueles classificados no Sistema Qualis de Administração. Os periódicos que concentram maior número de publicações são: Organizações e Sociedade (Nacional A), Cadernos EBAPE (Nacional A), Revista de Administração Contemporânea – RAC- (Nacional A), Revista Eletrônica de Administração – READ- (Nacional A), Revista Brasileira de Administração Pública – RAP – (Nacional A).

Evidentemente, para uma idéia mais clara acerca da produção, seria necessário pesquisar mais, incluir as publicações internacionais na investigação bem como analisar o conteúdo dos artigos para, então, apresentá-los de maneira mais completa.

Como atesta o mesmo órgão, quando se define a Administração como “a arte de liderar pessoas e gerenciar recursos tecnológicos, materiais, físicos, financeiros dentre outros, visando à busca de resultados superiores para a organização”, torna-se perceptível a dificuldade de se definirem os limites da área e reconhece como principal causa dessa dificuldade a “incongruência” entre o que se ensina e o que se pratica nas organizações, ou seja, o produto gerado, que é o administrador formado, não está atuando em conformidade com os objetivos dos programas, com relação a sua formação, seja em nível de graduação ou de pós-graduação.

A realidade é que, num país como o Brasil, com uma massa de desempregados, profissionais liberais e gabaritados tendo de se contentar com subempregos, a atitude esperada do docente é de que procure títulos acadêmicos que lhes garantam o emprego (empregabilidade), mesmo que isso não traduza o que realmente deseja.

Reconhecidamente, o título de Doutor é motivo de destaque, principalmente nas regiões mais carentes do País, a exemplo da Região Nordeste, onde o número de docentes é insuficiente para atender à demanda, além da necessidade de atender às exigências da CAPES para avaliação dos programas. Acredita-se seja esse o fator com que cada vez mais se busquem novos títulos para continuar no mercado de trabalho.

Mesmo norteados pelo pensamento aqui exposto, não se pode descartar a possibilidade de que, a diversidade constatada, revelada pela pesquisa ora realizada, pode ser um sinal da inadequação da formação docente e que, após novos estudos poderia indicar a falta de articulação entre o “saber docente” e a “prática docente” responsável talvez pelo desempenho observado em estudos já realizados pelos pesquisadores citados neste trabalho (outros estudos).

Essa constatação sugere a realização de outros estudos sobre as características da formação docente nos moldes deste que ora foi realizado e de outros, que possam responder sobre as implicações dessa diversidade de formação nos resultados alcançados pelos programas de Pós-graduação no que se refere ao produto final, a qualidade de formação do Administrador e também do conceito obtido pelo programa após a avaliação da CAPES

Há também o risco que se corre ao se atribuir exclusivamente à titulação a garantia de excelente qualidade do ensino. Daí entender-se que esses resultados suscitam outras investigações envolvendo formação e currículos dos Programas, bem como, a produção de pesquisa e respectivas publicações com inserção internacional uma vez que, a avaliação destas variáveis é decisiva para que o programa atinja patamares superiores na avaliação CAPES poder-se-ia assim, investigar as implicações dessa formação diversificada na produtividades dos programas observando-se a questão da afinidade entre as áreas.

Resta ainda, pendente, a questão ao aporte de recursos pelos programas, reconhecidamente um fator importante na implementação de medidas que possam minimizar as dificuldades enfrentadas pelos programas.

O estudo teve como objetivo analisar descritivamente os resultados obtidos, não se questionando as suas causas, o que poderá ser objeto de estudo desta pesquisadora no futuro, ou de outros pesquisadores interessados nessa temática.

6 CONCLUSÕES

O objetivo geral proposto para este trabalho acredita-se que tenha sido atingido, uma vez que os resultados da pesquisa documental apresentam o perfil dos docentes que constituíram o universo pesquisado, aqui representado pelos docentes que atuam em caráter permanente nos Programas de Pós-graduação em Administração da Região Nordeste do Brasil.

Esse estudo, além de apontar a diversidade entre as áreas de formação acadêmica e as áreas de atuação profissional daqueles docentes, revela uma situação particular: docentes que não têm em seu histórico acadêmico a formação básica de graduação e tampouco doutorado na área de Administração, mas atuam nos programas de formação de administradores, são docentes que optaram pela trajetória interdisciplinar na sua formação, pois, têm graduação e doutorado em Outras Áreas do conhecimento.

Tal constatação encoraja a autora a afirmar que as experiências denominadas interdisciplinares, conforme preceitua a CAPES, têm levado a “desvios de campo” (SPANOLO *et al*, 2004) em função da interpretação equivocada de que a interdisciplinaridade seja “passaporte” para se trabalhar em qualquer área.

O fato é que, a avaliação orientada e realizada pela CAPES apresenta-se como um sistema bastante centralizado e, em que o aspecto “quantitativo” parece se sobrepôr ao “qualitativo” apresentado pelos programas e valoriza acima de tudo a pesquisa e os resultados das publicações bibliográficas, em nível internacional como determinante para que os programas credenciados atinjam os escores mais altos de avaliação (6 e 7). Assim, a CAPES parece dar menor importância ao ensino e por conseqüência ao impacto que os profissionais formados – os administradores e professores – possam ter através de sua atuação nos segmentos empresariais e governamentais.

Recomenda-se, portanto, que sejam desenvolvidas outras formas de avaliação, que se incluam outros itens desenvolvendo novos indicadores usando informações mais qualitativas e subjetivas.

Por ora, fica a indagação:

Será que docentes com formação em Outras Áreas do conhecimento poderiam contribuir positivamente para que as deficiências do ensino na Área de Administração sejam minimizadas ou a diversidade de formação seria um fator que tem contribuído para os baixos níveis de avaliação de alguns programas na Área de Administração?

Se o que se está buscando é o fortalecimento do campo da Administração então, há que se requererem critérios mais claros e bem definidos e principalmente que a Agência CAPES se abra para aspectos novos, como estes que foram aqui apresentados e defina melhor seus parâmetros que parecem, ainda, não terem sido bem assimilados pelos programas.

Reconhecem-se a necessidade de outros estudos complementares que envolvam outros programas – PPGAs- de outras regiões para comparações a fim de corroborar ou não as idéias apresentadas neste trabalho. Tais conclusões, embora preliminares, sugerem uma reflexão quanto aos resultados que se tem obtido a partir do Sistema de Avaliação CAPES ora vigente.

Esta reflexão poderia induzir a constatar a necessidade de uma reformulação de critérios para avaliação dos PPGAs. e talvez até reestruturá-la em torno de um novo modelo que possa responder mais adequadamente à realidade dos programas.

Espera-se que os resultados obtidos através deste trabalho sirvam como subsídios para que ampliem os debates entre a comunidade acadêmica e os responsáveis pelo processo avaliativo CAPES visando o aprimoramento do sistema.

6.1 RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Com base nos resultados deste trabalho, em que houve um espelhamento dos currículos dos docentes/pesquisadores constantes do *Sistema Lattes*, recomenda-se:

a) Que no formulário eletrônico se faça menção à Grande Área, Área e Subárea de todas as variáveis constantes nas duas dimensões – formação e atuação, o que permitiria várias comparações entre os dados, de acordo com o objetivo do pesquisador. Isso ofereceria um espelhamento imediato dos dados;

b) Que se incluam *links* que permitam associar o item produção bibliográfica e a Base Qualis para classificação automática, em vez de trabalho manual;

c) Que se possa utilizar a contagem apresentada no currículo com resultados parciais da produção individual, para efetuar, no próprio sistema, levantamentos de amostras específicas de docentes dos vários programas e/ou regiões.

Hoje, procura-se obter informação em tempo real e de fonte confiável, e o Sistema *Lattes*, que goza de credibilidade nacional e internacional, poderá ser ampliado e talvez se torne uma ferramenta relevante na realização de pesquisas no que se refere ao estudo das trajetórias profissionais e de outras, isoladamente, ou associada a outras ferramentas. Estudos futuros poderão confirmar a eficácia dessa utilização.

Adicionalmente, com base neste estudo de caráter exploratório e descritivo, outros estudos quantitativos e/ou qualitativos poderão ser desenvolvidos, investigando outras questões, a exemplo de:

- Investigar como a diversidade da formação básica (graduação) e do doutorado do docente/pesquisador pode contribuir para o crescimento e para maior qualidade da Área de Administração, com base nos princípios da interdisciplinaridade e da multidisciplinaridade entre as áreas;

- Identificar os impactos da diversidade das áreas de formação sobre a produtividade efetiva dos Programas de Pós-graduação em Administração – PPGAs;

- Analisar dados resultantes dos cruzamentos entre as variáveis: a) local de realização da formação e áreas de formação; b) domínio de idiomas e publicações com inserção internacional.

Informações como as que foram sistematizadas por esta pesquisa são relevantes porque indicam aspectos qualitativos presentes na formação e na atuação do docente/pesquisador, cuja análise pode gerar iniciativas para outros estudos. Espera-se, na sua continuidade, investir no aprofundamento do levantamento e da análise dos aspectos da formação acadêmica e da atuação profissional nela abordados.

6.2 LIMITAÇÕES

Foram levantados alguns aspectos gerais referentes à formação e atuação dos docentes-pesquisadores, sem que se incluíssem os discentes. Devido a isso, deixou-se de obter uma visão mais completa com relação ao panorama de ensino-aprendizagem dos programas em questão, uma vez que um dos principais produtos, que é o aluno formado, não foi incluído.

Nos aspectos mais específicos, pode se destacar: a) não foram consideradas as orientações em andamento porque, até onde se pesquisou, não foi possível detectar se o *Sistema Lattes* dispõe de informações sobre orientações que foram iniciadas e não foram concluídas. Vale lembrar que, na proposta de Ronir Luiz (2006), utilizada como base para este trabalho, somente as orientações concluídas foram consideradas; b) no item “produção bibliográfica”, os dados não foram tratados quantitativamente em sua totalidade. Para verificar as publicações na área, foram considerados somente os artigos publicados em periódicos classificados no Sistema *Qualis* de Administração e no último triênio.

Desde o início do trabalho, procurou-se identificar uma obra que tratasse do assunto Formação Acadêmica do docente/pesquisador *versus* Atuação Profissional, na perspectiva da coerência entre essas duas dimensões, mas sem ter logrado êxito.

Em função do tempo exíguo, não foram cruzadas as variáveis referentes a formação e produção bibliográfica, tendo sido apresentadas neste trabalho isoladamente.

Contudo, deve-se considerar que o objetivo do estudo se limitou à conhecer as características da formação acadêmica e as áreas de atuação dos docentes do universo pesquisado. Além do que, foram escolhidas algumas características dos docentes, mas há outras características observáveis que também poderiam ser utilizadas para tentar traçar o perfil.

Dessa forma, sugere-se que em pesquisas futuras, sejam inseridas novas variáveis para tentar descrever o perfil dos docentes e que amostras representativas de outras regiões possam ser utilizadas, além de se investigar as causas do resultado apresentado neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Cecília P. A Pós-graduação em enfermagem no Brasil – situação atual. **Revista Latino – Americana de Enfermagem**, vol.1, n.1, Ribeirão Preto, Jan.1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v1n1/v1n1a06.pdf>.> Acesso em: 7 de maio 2007.

ALVES, Cláudio. **A formação do Administrador frente aos Desafios da Gestão**: A função da escola na motivação e capacitação de empreendedores. 1996. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

ANDRADE, J. B. A avaliação por pares. **Revista Química Nova**. v. 28, n. 6. São Paulo, nov./dez. 2005.

ARRUDA, José J. A.; PILETTI, Nelson. **Toda história**. São Paulo: Ática, 2002.

BARBOSA, Luiz Alberto Horta; BARRETTO, E. S. de S.; MITRULIS, E. Trajetória e desafios dos ciclos escolares no País. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.15, n.42, maio/jun. 2001.

BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel Pinto, WOOD JR, Thomaz. Produção científica em Administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. **RAC**, v.3,n.1, jan/abril, 1999. Disponível em:

<http://www.anpad.org/rac/vol_03/dwn/rac-v3-n1-doc.1.pdf> Acesso: 10/07/2007.

BONINI, Adair. Qualis de Letras/lingüística: uma análise de seus fundamentos. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v.1, n.2, p.141-159, nov. 2004.

BORTOLOZZI, Flávio; GREMSKI, Waldemiro. Pesquisa e pós-graduação brasileira – assimetrias. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v.1, n.2, p.35-52, nov/2004.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 03 de ago. de 2007.

BRASIL. Diretrizes e Parâmetros de Avaliação de Propostas de Cursos – CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 8 ago. de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Censo Escolar de 2003. Inep/MEC. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em 03 de agosto de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/resultados/relatorio.html>>. Acesso em 18 ago. 2007.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei nº.10172/2001. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG (2005-2010). Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/export/sites/capes/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf> Acesso em: 3 de ago. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – MEC. **INFOCAPES**, Brasília, v. 10, n. 4. out./dez, 2002. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 3 de ago. de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. MEC. **Documento da área de administração, Ciências Contábeis e Turismo**. Avaliação trienal, 2004-2006 Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 20/08/2007

CALDERÓN, Alfonso Ignacio. Revendo o papel da universidade. **Revista de Administração de Empresas**.

CASTRO, Cláudio M. Memórias de um orientador de tese: um autor relê sua obra depois de um quarto de século. In: BIANCHETTI, Lucidio.; MACHADO, Ana Maria Neto (Orgs.). **A Bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.

CASTRO, Cláudio de Moura. O Ensino da Administração e seus Dilemas: notas para debate. **Revista de Administração de Empresas**, jul./set. 1981.

CARDOSO, L. da. S. **Exercícios e notas para formular uma pesquisa**. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2000.

CERVO, A. L. ; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COMINI, Graziella Maria. **Realidade e Perspectivas das Escolas de Administração do Brasil: um Enfoque Estratégico**. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da USP, em 22.03.95.

COSTA, Sérgio F. **Introdução ilustrada à Estatística**. 2 ed. São Paulo: Harbra, 1992.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **A formação e a ideologia do administrador de empresas**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 61-66, 92 e 181.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

DIRETRIZES E PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS DE MESTRADO ACADÊMICO E DE DOUTORADO. CAPES – Critérios de Implantação Mestrado e Doutorado Acadêmico. Avaliação de Proposta de Cursos Novos APCN. Área de Avaliação: Administração / Turismo, out./2005.

FIGUEIREDO, Nébia M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. São Paulo: Difusão Editora, 2004.

FISCHER, Tânia M.D. **Sobre as tentativas de organização de modalidades de ensino-aprendizagem nos currículos dos cursos de mestrado em administração no Brasil**. Fundação para o desenvolvimento dos recursos humanos. Porto Alegre, 1977.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA M. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. **Educação & Sociedade**. vol.24, n.82 Campinas Apr.2003.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da Educação**. São Paulo em Perspectiva. vol.14, n.2 São Paulo Apr./June 2000.

GUIMARÃES, R.; CARUSO, N. **Capacitação Docente: O lado escuro da Pós-Graduação – Notas sobre o estado da arte e elementos para uma Política**. INFOCAPES – Boletim Informativo,

Brasília, p.117-128, 1996. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 08 de maio de 2007.

HOFF, Débora Nayar; DEWES, Homero; RATHAMANN, Régis; BRUCH, Kelly Lissandra; PADULA, Antonio Domingos. **Os desafios da pesquisa e ensino interdisciplinares**. RBPG, Brasília, v.4, n.7, p. 42-65, julho de 2007.

HORTA, José S. B. Prefácio. In: BIANCHETTI, Lucidio; MACHADO, Ana Maria Neto (Orgs.) **A Bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.

LEITE, Maria Flávia Barbosa et al. uma pesquisa **Métodos quantitativos na avaliação da CAPES: bibliográfica**. In: **FACEF PESQUISA**, v.9, n.2. 2006. Disponível em: <<http://www.facef.br/facefpesquisa/2006/nr2/v9n2artigo4.pdf>>. Acesso em: 12 de maio de 2007.

LINARDI, Pedro M.; PEREIRA, Marcos H.; RAMIREZ, Jaime A. Qualis da área de Ciências Biológicas III: críticas e sugestões ao modelo de classificação de periódicos como critério para avaliação dos programas de pós-graduação. In: **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v.3, n.5, p. 43-58, jun.2006.

LUIZ, RONIR R. Avaliação de produtividade acadêmica: uma proposta de quantificação. In: **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v.3, n.6, p.300-312, dez.2006.

MARCHELLI, Paulo S. Formação de doutores no Brasil e no mundo: algumas comparações. In: **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v.2, n.3, p. 7-29, mar.2005.

MARTINS, C. Surgimento e Expansão dos Cursos de Administração no Brasil (1952-1983). In: Ciência e Cultura. **Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**, julho, 1989, p.663 a 676.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOREIRA, Antonio F.B. **Ensino Fundamental na Rede Pública de ensino da Educação Básica do Estado do Paraná**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/institucional/def/pdf/def_ensino_fund_rede_publica.pdf>. Acesso em 03 de agosto de 2007.

MOREIRA, Carlos O.; HORTALE, Virgínia A.; HARTZ, Zulmira A. Avaliação da pós-graduação: buscando consenso. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, n.1, p.26-40, jul.2004.

MOREIRA, Júlio César. **O Curso de Administração de Empresas em tempos de Globalização: um estudo da formação do Administrador no Brasil e na Espanha.** São Paulo, 2004. Tese (Doutorado) – Pontifícia Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisas.** São Paulo: Pioneira, 1997.

OLIVE, A. C. (org.) **Histórico da educação superior no Brasil.** In: A Educação Superior no Brasil. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

PARDO, M. B. L.; ANDRADE, T.C.; SANTANA, I. T. T. ; CARVALHO, A.B.G.C. **A formação em pesquisa segundo a opinião de alunos de um programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe.** RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação, n. 1, jul./ 2004.

PESQUISA SOBRE O PERFIL, FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E OPORTUNIDADES DE TRABALHO DO ADMINISTRADOR. Brasília: Conselho Federal de Administração - CFA, 2004.

PIZZINATTO, NÁDIA K. **Ensino de Administração e o Perfil do Administrador:** Contexto Nacional e o Curso de Administração da UNIMEP. Impulso, n.26 p.173-189, dez/99.

PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO (PNPG) – 2005-2010. Resumo Executivo. Brasília, dezembro de 2004. In: **Revista Brasileira de Pós-Graduação.** v.2, n.3, p. 185-198, mar.2005.

QUELHAS, Osvaldo L. G.; FARIA, José R.; FRANÇA, Sérgio L. B. O mestrado profissional no contexto do sistema de pós-graduação brasileiro. In: **Revista Brasileira de Pós-Graduação.** Brasília, v.2, n.4, p. 97-104, jul.2005.

RÉGIS, Maria E.L. **Avaliação do Curso de Mestrado em Administração da Universidade Federal da Paraíba.** João Pessoa, Paraíba: UFPB. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado (Administração). Universidade Federal da Paraíba, 1991.

RELATÓRIO FINAL DA AVALIAÇÃO TRIENAL DA PÓS-GRADUAÇÃO - Período Avaliado: 2001-2003. BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/resultados/relatorio.html>>. Acesso em 18 ago. 2007.

RIBEIRO, Renato J. O mestrado profissional na política atual da Capes. In: **Revista Brasileira de Pós-Graduação.** Brasília, v.2, n.4, p.8-15, jul.2005.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. O SINAES como Sistema. In: **Revista Brasileira de Pós-Graduação.** Brasília, v.3, n.6, p. 193-213, dez.2006.

RODRIGUES, C. M.C.; RIBEIRO, J.L.D; LEITE, D.B.C. **Uma proposta para auxiliar na integração dos processos universitários de avaliação e planejamento anual**. 3 ed.. Porto Alegre: FEENG/UFRGS, 2006.

SGUAREZI, Sandro Benedito. **O Perfil do Futuro Administrador: da Formação Técnica à Educação para a Responsabilidade Social**. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SENAC. DN. **O público, o privado e a cidadania possível: a construção do espaço público**. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2001.112p.

SEVERINO, Antonio J. Pós-Graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento no campo educacional. In: BIANCHETTI, Lucidio; MACHADO, Ana Maria Neto (Orgs.) **A Bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.

SILVEIRA, R. M. G. Pesquisa na UFPB: percursos e alcances. In: FERREIRA, L. de F. G; FERNADES, D. (Orgs). **UFPB: 50 Anos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

SPANOLO, Fernando; SOUZA, Valdiney Costa. **O que mudar na avaliação da Capes? RBPG**, v.1, n.2, p. 8-34, nov. 2004.

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira**. 3. ed. São Paulo: IBRASA, 1986.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Ed. Atlas, 2004.

VIDIGAL, Cornélia C. **A formação do administrador na visão de professores e alunos da Universidade Federal de Viçosa**. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1996

APÊNDICES

APÊNDICE A

APÊNDICE B

